

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

24 DE SETEMBRO DE 2010

No dia 24 de Setembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 25 de Junho de 2010.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do número 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
 - 4.2- Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.
 - 4.3- Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal.
 - 4.4- Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais.
 - 4.5- Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) – 2011.
 - 4.6- Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.) – 2011.
 - 4.7- Alteração ao Regulamento Municipal de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mirandela.
 - 4.8- Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Participação à prática Desportiva do Concelho de Mirandela.
 - 4.9- Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros – Transporte em Táxi – Artigo 22º - A.
 - 4.10- Adesão à Agência de Energia de Trás-os-Montes.
 - 4.11- Pedido de Isenção de IMT – Maria João Magalhães da Costa.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 60 presenças, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 68 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Elina Marlene Sousa Fraga, Adérito Joaquim Ferro Pires, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Fernando Manuel Gomes Alves, Fernando Santos Pilão, Márcio Paulo da Silva Filipe e Hernâni Augusto Lopes.

Justificação de Faltas:

- Dinis Humberto Veiga: sessão de 25 de Junho de 2010.
- José Maria Faustino da Cunha: sessão de 25 de Junho de 2010.
- Marisa de Fátima Seixas Aranda: sessão de 25 de Junho e 24 de Setembro de 2010.
- Adérito Joaquim Ferro Pires: sessão de 24 de Setembro de 2010.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, e os vereadores, António José Pires Almor Branco, Júlia Maria Almeida Lima Sequeira Rodrigues, Maria Gentil Pontes Vaz, Maria da Graça Faria Calejo Pires, José Assunção Lopes Maçaira e João Maria Casado Figueiredo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Começo por cumprimentar o Secretário da Mesa, Humberto Cordeiro, o senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes vereadores, os senhores Deputados, os membros do público aqui presentes e a comunicação social, caso cá estejam.

Queria antes de mais, dizer que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal está algo atrasado. Segundo ele me disse há cerca de 10 minutos, estaria em Murça. Portanto, já não falta muito tempo.

De qualquer forma, a ordem de trabalhos é demasiado extensa e penso que não teria muito sentido estarmos à espera que ele viesse para iniciar esta sessão da Assembleia Municipal.

A Mesa quer sensibilizar e alertar os senhores Deputados municipais para que ao longo desta sessão se sentassem nas cadeiras referentes ao respectivo grupo municipal, caso contrário, a Mesa terá mais dificuldades para contar e saber se temos quórum e também por causa das votações. Como nós fazemos a contagem por partidos, se houver pessoas fora da sua bancada municipal isso acaba por dificultar o trabalho da Mesa.

Em relação à correspondência recebida e enviada, como é habitual, a Mesa enviou uma lista com toda a correspondência até ao dia 10/09/2010, que vocês todos com certeza receberam.

Para além dessa informação, nós queríamos aqui destacar um concurso que está a ser organizado pelo Governo Civil de Bragança relativamente a personalidades femininas do distrito de Bragança, isto no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Portanto, se conhecerem mulheres do concelho de Mirandela que possam fazer parte deste concurso, que tenham qualidades e que tenham demonstrado serem mulheres de excelência a vários níveis (participação civil, profissional, político ou outro), podem fazer essas propostas directamente ao Governo Civil de Bragança. Com certeza que em Mirandela haverão mulheres com este perfil.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 26 DE JUNHO A 10 DE SETEMBRO DE 2010

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
28.06.2010	Deputado Fernando Pilão	Resposta sobre intervenções e questão sobre Regimento
28.06.2010	Deputado Ricardo Pinto	Resposta sobre intervenções e questão sobre Regimento
29.06.2010	Deputado Dinis Veiga	Justificação de falta à sessão de 25/06/2010
14.07.2010	Museu Abade de Baçal	5ªs à Noite nos Museus – Verão 2010
19.07.2010	Agência Portuguesa do Ambiente	Aproveitamento Hidroeléctrico do Foz Tua
20.07.2010	Assembleia Distrital de Bragança	Envio de actas
20.07.2010	Gabinete do 1º Ministro	Resposta à Moção sobre Crise
04.08.2010	Pároco de São Bento	Convite para Bodas de Ouro Sacerdotais
04.08.2010	ANMP	Boletim nº 193
04.08.2010	Restaurante Santa Luzia	Fornecimento de refeições
04.08.2010	Bienal do Douro	5º Bienal Internacional de Gravura do Douro
01.09.2010	Comissão de Festas Nª Srª do Ó	Pálio na Procissão
03.09.2010	ANMP	V Fórum Ibero-Americano de Governos Locais
03.09.2010	Governo Civil de Bragança	Personalidades Femininas de Bragança
07.09.2010	CHNE	Convite para a Cerimónia de Acreditação Internacional do CHNE, EPE

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA DE 26 DE JUNHO A 10 DE SETEMBRO DE 2010

DATA	DESTINATÁRIO (S)	ASSUNTO (S)
28.06.2010	Deputados Municipais	Pedido de intervenções em formato digital
30.06.2010	Delegado da EP de Vila Real	Intervenção sobre a Estrada Nacional 315
01.06.2010	Ministro das Obras Públicas, Governador Civil e Conselho de Administração da EP	Moção sobre a Estrada Nacional 315
07.07.2010	Deputados Municipais	Proposta de Contenção de Custos
16.07.2010	Presidente da República, 1º Ministro, Grupos Parlamentares, Jornal Terra Quente e Notícias de Mirandela	Moção da CDU sobre Crise

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Fiquei surpreendido por não ver referência à carta que enviei a justificar a minha falta à assembleia de 25 de Junho.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Isso não significa que todo o tipo de correspondência conste dessa listagem. Obviamente que a justificação de faltas é importante, consta dos nossos dossiers e a falta está claramente justificada. Por lapso não foi incluída.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Senhor Presidente, membros da Mesa e Senhores Deputados. Na listagem de correspondência recebida está uma carta da Agência Portuguesa do Ambiente no que concerne ao aproveitamento hidroeléctrico da Foz do Tua. Agradecia que me elucidasse sobre o conteúdo dessa carta.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Eu sugiro que o Deputado Municipal depois contacte a D. Natividade Januário. Nós trazemos para aqui toda a correspondência para esclarecer essas dúvidas.

Queria também referir outro facto (e agradecer a compreensão e a colaboração das pessoas) relativamente a esta nova metodologia da Mesa da Assembleia de enviar por e-mail a documentação para os Deputados municipais que não se importem de a receber dessa forma.

Queremos também dizer que mantemos o suporte de papel para quem, por várias razões, possa ter alguma dificuldade em receber por e-mail, ou porque não o têm ou por outros motivos.

Também optamos por enviar a todos os líderes dos grupos municipais os documentos em suporte de papel e nesta primeira experiência posso dizer-lhes que poupámos 6.000 impressões, ou seja, cerca de 3.000 folhas A4.

Acho que é uma boa medida que será de continuar e eu apelo a outras pessoas que ainda recebem em suporte de papel que, caso o possam, optem pelo e-mail. Penso que seria importante e uma boa forma de contenção de algumas despesas e também de aproveitamento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Como sabe, já lhe referi a minha posição sobre este assunto. Congratulo-me pelo facto de haver alguma flexibilidade em continuar a distribuir o material em papel para quem assim o desejar, ou por várias razões técnicas ou até mesmo de por causa da info-exclusão. É verdade que há pessoas que receberam por Internet e estão perfeitamente contentes com isso. Não há problemas de maior e acaba o custo da impressão mas essa poupança de papel acaba por não acontecer porque essas pessoas imprimem em casa. É de louvar que se façam essas poupanças, sobretudo do ponto de vista do impacto ambiental que estas medidas têm. Acho muito bem mas também é preciso entender que é para não cairmos em demagogia. A democracia tem os seus pequenos custos e estou em crer que os custos desta Assembleia Municipal são menores em toda a despesa da Câmara. Se pudemos contribuir para que sejam ainda menores, melhor ainda, mas não estou em crer que não será por aqui que as contas não estão de boa saúde.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Tudo é importante e costuma-se dizer que «grão a grão enche a galinha o papo».

E já que o Deputado Luís Sousa falou na questão dos custos, eu por acaso até tive curiosidade em fazer umas contas relativamente ao que custa uma Assembleia Municipal em Mirandela e posso dizer que, se aparecerem os 75 Deputados, e incluindo despesas de ajudas de custo, subsídio de transporte, senhas de presença e também o som, cada sessão desta Assembleia Municipal custa cerca de 9.800,00 €.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Diga-me o seguinte, quanto custam as assessorias da Câmara?

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Também posso fazer as contas. Não as fiz mas posso fazer. Mas isso é um assunto para outros palcos e outros debates.

PONTO 1: ACTAS – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2010.

Vamos passar então à discussão e aprovação da acta que também vocês todos receberam. Queria dizer, desde já, que a Mesa introduziu uma inovação que não constava das actas anteriores. Entendemos por bem fazer constar também da acta a presença dos membros do Executivo. Penso que é importante. Nunca o tínhamos feito mas é uma questão de verdade histórica e desta vez optámos por esta solução e vamos com certeza mantê-la.

Está então aberto o período de discussão da acta da sessão ordinária realizada no dia 25 de Junho de 2010. Deputado Jorge Pereira, faça o favor de usar a palavra.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Muito bom dia a todos.

A questão em torno da acta é sempre muito subjectiva na medida em que se coloca a questão se a acta deve ser a transcrição integral daquilo que aqui se diz na Assembleia ou se deverá ser um documento mais resumido e referenciando apenas a situações que têm verdadeiro interesse para o documento.

Contudo, constata-se que nesta acta e nas primeiras folhas, há referências que do meu ponto de vista estão a mais. São pequenos comentários da Mesa, do Presidente da Assembleia e dos Secretários da Mesa que não fazem qualquer sentido.

Além disso, pela primeira vez é referida a presença dos vereadores e fiquei sem saber se a situação é referenciar as presenças ou as faltas.

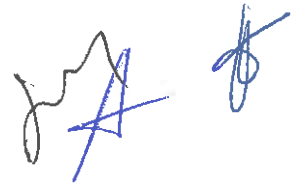
Voltando à questão inicial da transcrição integral, há uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Estrada Nacional 315 que não é transcrita na íntegra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Muito rapidamente, queria salientar o trabalho que tem vindo a ser feito na transcrição das actas. Acho que estão com melhor qualidade do que estavam no passado, embora nós tenhamos que ter sempre o cuidado de rever essas actas para ver se falta alguma informação que por lapso não foi transcrita ou por qualquer outra razão.

Eu também notei que na página 6 há uma segunda citação da tomada de posição da vereadora Gentil e, sendo uma citação, deveria constar em aspas como está a primeira citação.

Outra questão que me agradou foi verificar que, tal como era uma prática no anterior mandato, a Mesa acolheu esse meu pedido de que à frente da identificação CDS/PP fosse colocada a palavra Independente por extenso. Foi



nessa qualidade que eu entrei nas listas do CDS/PP e é nessa qualidade que eu gostava de ser recordado neste documento histórico porque as actas são documentos históricos. Espero que posteriormente alguém faça o estudo do trabalho desta casa e era nessa qualidade que eu gostaria de ser recordado.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Em resposta ao Deputado Jorge Pereira, ele sabe como poucos como é que se constrói uma acta porque ele também já foi secretário da Mesa desta Assembleia Municipal. E também sabe que em relação às actas da Assembleia existem várias metodologias possíveis.

É um facto que a lei diz que da acta deve constar o que de essencial se tiver passado na sessão da Assembleia Municipal. Isso é o que diz claramente na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, mas tem sido prática desta Assembleia traduzir em acta tudo aquilo que é dito nas sessões da Assembleia Municipal com alguns ajustamentos em termos de correcção frásica.

A elaboração das actas começa com a transcrição em texto do que ficou gravado em cassetes. Aí é efectuada a primeira correcção da responsabilidade da D. Natividade Januário. Seguidamente eu faço a correcção da acta. Há algumas frases que alteramos por uma questão de sentido mas procuramos respeitar aquilo que é dito nas sessões da Assembleia. Não me parece correcto transformar (não é o caso de Mirandela) um péssimo orador no melhor orador do mundo caso alterássemos demasiado o conteúdo e a construção das frases. Procuramos que haja aqui algum equilíbrio. Não escamoteamos nada daquilo que é dito e posso garantir, já o disse várias vezes, que é um trabalho muito saturante e difícil e eu aqui louvo a D. Natividade pelo trabalho que faz. O trabalho que ela faz eu não gostaria de o fazer porque é de facto um trabalho cansativo e muito aborrecido. A Mesa procura melhorar a qualidade das actas e, se possível, também respeitar algumas orientações que nos são aqui dadas pelos membros da Assembleia.

Feito este esclarecimento, vamos então passar a votar a acta.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

Bom dia a todos.

O resultado da votação foi o seguinte:

- Votos contra – 0 (zero)
- Abstenções – 2 (duas)
- A favor - 50 (cinquenta)

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 25 de Junho de 2010.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Há algum munícipe que se queira inscrever? Não vejo nenhuma indicação. Penso que não há público aqui presente interessado em intervir. Passemos ao Período de Antes da Ordem do Dia.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Estão abertas as inscrições. Façam o favor de se inscrever.

Posso informar de que para já há sete inscrições. Pedia que os tempos de intervenção fossem respeitados. Estão inscritos: Luís Sousa, Carlos Fraga, Odete Ferreira, Baltazar Aguiar, Rui Magalhães, Faustino Cunha e Jorge Pereira.

Tem a palavra o Deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Muito bom dia a todos e a todas.

No seguimento da discussão que teve lugar na sessão passada entre o Deputado Baltazar Aguiar e o senhor vereador Branco sobre a utilização da rede de banda larga gerida pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, gostaria que o Executivo nos clarificasse alguns pontos.

A rede intermunicipal de banda larga gerida pela Associação abrange cinco municípios da região e conta ainda com uma ligação ao IPB de Bragança.

A minha questão (e penso que foi essa a questão que o Senhor Deputado Baltazar levantou) é a de saber a quem serve a rede de momento. Inicialmente, este tipo de redes intermunicipais foi implementado pelos municípios, com apoios financeiros comunitários. Mais recentemente o Governo entendeu assumir a coordenação desse processo e isso implicou, por um lado, que houvesse uma maior participação das Câmaras. Quando a rede foi projectada, as Estradas de Portugal levantaram vários entraves à sua execução, como, por exemplo, a cobrança de direitos de



passagem elevados pela colocação da fibra óptica nas estradas nacionais. Como tal, optou-se por usar estradas nacionais descontinuas, que agora são das Câmaras Municipais, estradas municipais, caminhos rurais, etc.

Estas restrições, porém, não impediram que alguns municípios, mais atentos à necessidade de capitalizar este investimento, de estudar o percurso da rede em função das necessidades do concelho e sobretudo da sua actividade económica, de impor condições. Tomo como exemplo o município de Vila Flor que durante as negociações do circuito da fibra óptica quis que a rede passasse pelo Vale da Vilarça (onde está localizada uma importante produção agro-alimentar), pela freguesia de Benlhevai (onde está sediado um dos maiores produtores ibéricos de cogumelos) e em Sampaio (onde estão sediadas as águas Frize), o que cobre cerca de 2/3 do seu concelho.

Mirandela, pelo contrário, ficou com a zona norte do concelho fora dessa infraestrutura. Não conheço totalmente os contornos da questão e é por isso aqui estamos a questionar o Executivo, mas não entendo porque é que não teve o Município de Mirandela o cuidado de iniciar a cobertura da vila de Torre D. Chama. É certo que a rede de banda larga não resolveria todos os problemas de interioridade que a vila tem vivido nos últimos tempos mas seria seguramente mais um recurso à disposição das instituições e das actividades económicas aí residentes para combater esse flagelo.

Em segundo lugar, gostaria também de saber do Executivo quais os operadores de comunicações que exploram actualmente a rede, ou melhor, se está prevista uma concessão a um privado com licença de exploração e se está prevista, quem vai ser ou não.

Em terceiro lugar, gostaria também de saber quem cobra a receita e como é distribuída a mesma. Isto é, qual a proporção para a Associação de Municípios e para as Câmaras que fazem parte deste consórcio. O vereador Branco também referiu na intervenção a seguinte citação, passo a citar:

"E dizendo-lhe em exclusivo, a PT em Mirandela tem os mesmos direitos, repito, que a Zon e que a Onway com uma grande diferença, a Zon neste momento já paga à Câmara Municipal pela utilização das infraestruturas, conforme diz a lei e a PT não o faz".

Li várias vezes a intervenção do Eng.º Branco e fiquei algo confuso. Estamos a falar das infraestruturas relativamente à rede coaxial ou à rede de fibra óptica? Porque é que a PT não paga direitos de passagem? O que gostaríamos de saber é porque é que não paga – como lhe compete, deveria pagar – e que medidas foram tomadas para regularizar essa situação.

E já que estamos a falar de direitos de passagem, gostaria de saber quanto é que a Zon paga actualmente.

Mais adiante o senhor vereador também mencionou que a Zon, a PT e a Onway já têm rede própria e eu aí fiquei também algo perplexo. Qual é a lógica dos operadores privados instalarem a sua própria rede em vez de utilizarem aquela que foi criada pela Associação de Municípios? Não estaremos numa situação de esvaziamento da rentabilidade da rede pública? No meu entender acho que estamos, se não nos apressarmos a concessionar a um privado a sua exploração.

Por último, também fiquei sem saber o que é que impede a Câmara Municipal de ramificar a rede de banda larga. Eu sei que ela já está na Zona Industrial e já chega à rotunda. Devia haver essa ramificação de modo a que a indústria e as empresas aí sediadas possam usufruir de um serviço de Internet de alta velocidade, melhorando deste modo a sua eficácia e eficiência.

Penso que este seria um passo importante a dar. A Câmara deveria de uma vez por todas decidir qual o operador que vai gerir a rede para que então os empresários da Zona Industrial possam usufruir deste investimento.

Não penso que sirva de muito dizer aos empresários para contactarem os operadores privados, enquanto a exploração da rede não estiver concessionada como um todo. É sobre este ponto muito preciso que eu acho que a Câmara deve desenvolver os seus esforços. Não sei em que ponto está dessa negociação e terá todo o nosso apoio para que esta situação se resolva porque nós gostaríamos que este investimento e esta infraestrutura pública que foi criada tivessem a sua maior rentabilidade e seja também fonte de receita para a Câmara.

Quanto à questão das populações mais remotas e das empresas que porventura estarão nas zonas mais remotas, estamos a referir-nos em particular à zona norte do concelho, brevemente essas populações e empresas sediadas na vila de Torre D. Chama poderão aceder à rede de banda larga através de um novo satélite da Eutelsat que em princípio disponibilizará serviços triple play, isto é, Internet de banda larga, televisão e telefone.

Em princípio, os destinatários para este serviço de banda larga por satélite, tanto quanto sei, são as famílias e as pequenas empresas. Portanto, há aqui uma vantagem para esta região que não foi coberta pelo projecto da Associação e tudo indica (já sabemos que estas coisas demoram o seu tempo) que este novo serviço vai arrancar no 2.º semestre de 2011 e, portanto, a questão da cobertura da rede fixa de banda larga de não dar resposta eficaz a essas zonas vai deixar de ser um problema ou entrave ao desenvolvimento de empresários que estejam nessa zona e também às famílias aí residentes.

Deputado Municipal Baltazar Agular (PS):

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da Mesa da Assembleia, Câmara Municipal de Mirandela, Senhores Deputados, Municipais aqui presentes, bom dia a todos. Espero que tenham tido umas boas férias e vamos ao trabalho outra vez.

Não era minha intenção voltar a falar de banda larga porque entendi esse assunto já encerrado, dado que parece que ficou claro para toda a gente na última Assembleia que a Câmara Municipal não gosta de quem é independente, não apoia o tecido empresarial, não faz nada pela Zona Industrial e, portanto, para mim, cada um resolve os seus problemas. É isso que a Câmara quer, é isso que eu entendi fazer e, portanto, não iria falar da banda larga. No entanto, como o Deputado Luís Sousa voltou ao tema, eu gostaria de esclarecer duas coisas porque me parece estar a haver uma grande confusão em relação à banda larga.

Uma coisa é a banda larga intermunicipal que não serve para nada, são sete milhões de euros atirados à rua, não serve para nada. Como o próprio nome diz, é uma banda privada de uso privado e, portanto, faria sentido nas grandes cidades onde há muito tráfego. Hoje, nem as grandes empresas nem os bancos usam redes privadas porque alugam às operadoras. Neste caso quem tem a rede é a PT. Esta é uma questão, os 7,5 milhões que a Associação de

Municípios por influência da Câmara Municipal de Mirandela deitou fora e outra coisa completamente diferente, e aí tem toda a razão, é a operadora PT que é aquela que tem a fibra óptica que passa na rotunda da Zona Industrial para a Zona Industrial e influenciar e fazer lóbi para que isso acontecesse porque, e como muito bem diz, não faz sentido dizer porque é que não consulta as outras operadoras, quando não há rede no lugar. É a mesma coisa que dizer porque é que não compra um avião e não tem aeroporto ou porque não compra o carro e não tem estrada. Isto é tão caricato quanto isso.

Na entrevista que ouvi de um membro da Câmara Municipal, a única coisa que conseguiu dizer para que poderia servir era para o IPB. Era a única utilidade dada à rede privada e outra coisa distinta é influenciar quem faz as estradas, quem tem a rede, quem tem a estrutura e até direi que é de alguma má fé dizer porque é que não consulta as outras operadoras quando sabe que quem faz a parte estrutural é a PT.

Na maioria dos casos, a não ser nas grandes cidades, é a PT quem faz a rede e depois as outras operadoras alugam à PT parte da rede para a comercializar junto dos clientes. É isto que se passa.

Passado esse esclarecimento, eu gostaria hoje aqui reflectir sobre dois temas importantes para o concelho de Mirandela, sobretudo nos dias que passamos.

Um deles, volto a ele porque já há alguns anos atrás o trouxe, é a necessidade da definição estratégica de Mirandela no concerto dos concelhos da região de Trás-os-Montes. Também é nas horas difíceis que as grandes decisões são tomadas, sobretudo as estratégicas.

Há três ou quatro anos atrás, no outro mandato, coloquei a questão de se reservar no orçamento uma pequena verba para criar um concurso de atribuição de um prémio para os jovens sobre ideias estratégicas para Mirandela. Eu volto a esta questão porque aquilo a que nós assistimos é que as decisões são tomadas tipo cata-vento, ou seja, do lado que vem o vento assim se vão fazendo as coisas, sem haver um rumo, sem saber para onde queremos ir, sem se saber o que é que Mirandela tem em objectivo. Na altura até disse que esse projecto de devia chamar «Ideias para Mirandela 2020».

Isto é tão mais real quanto é certo que o paradigma de criar emprego através da função pública de há 40 ou 50 anos atrás ou à custa da criação do aumento dos funcionários autárquicos e equiparados vai sair caro às famílias. Também não funciona o de cata-vento, que é o paradigma dos projectos para receber umas verbas e pagar salários. Não importa aquilo que se quer com o projecto, se o projecto se vai manter no futuro ou se vai alavancar qualquer actividade económica. Não é isso que nos importa mas sim que venham algumas verbas e como é vulgo dizer-se, "o que vem para cá ninguém o de cá tira e cá fica". Não é assim, não será assim e eu atrever-me-ia até a dizer que cada vez menos será assim e, repondo aquilo que eu disse há três ou quatro anos atrás, direi que os diferentes concelhos estão em concorrência entre si e é preciso que Mirandela saiba qual é nesta concorrência entre si o jogo que quer jogar e onde quer chegar. Usei na altura um exemplo que é o seguinte: se eu souber e se o meu objectivo for para o Porto, eu posso demorar mais ou menos tempo mas chego lá. Se eu não souber para onde quero ir...

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Senhor Deputado, é só para chamar a atenção que tem 10 minutos neste tempo.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Eu sou rápido Senhor Presidente. Uma vez que a Câmara está em fase de preparação do orçamento, podia reservar um pequeno dinheiro para premiar um concurso de ideias estratégicas para Mirandela em que eu sugiro que se lhe chame «Ideias para Mirandela 2020» ou até mesmo «Prémio José Silvano». Não vejo nenhum óbice a isso.

A segunda questão tem a ver com a saúde. Eu trago aqui a questão da saúde porque neste momento, (de uma forma rápida que a Mesa já me chamou a atenção) há um silêncio muito ruidoso por parte da Câmara Municipal. Todos nós estamos de acordo que Bragança tem espoliado Mirandela. Não tenho medo às palavras e digo isso de uma forma clara.

Digo também de uma forma clara que uma boa ideia transformou-se numa má prática, uma boa ideia que parecia esta, dizer...bom, vamos fazer uma gestão conjunta de três unidades hospitalares e vamos fazer poupanças, só que foi mal concretizada e não funciona. Mas por outro lado, quero dizer que é claro que nós somos defensores e faremos tudo para defender o Serviço Nacional de Saúde. E não sei se o Senhor Presidente José Silvano ou a Câmara influenciam muito ou pouco a actual direcção do PSD na revisão constitucional em que o PSD propõe que se acabe com o Serviço Nacional de Saúde. A Câmara Municipal fez tanto ruído com a maternidade e muito bem mas agora, que as valências continuam a ser retiradas do Hospital de Mirandela e que Bragança continua a espoliar Mirandela, não se justifica que haja um silêncio ruidoso por parte dela.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Se me permitem, a Mesa às vezes é aqui e ali acusada de não saber conduzir os trabalhos mas tem que haver alguma compreensão por parte dos Deputados municipais.

Vocês sabem que, de acordo com o Regimento, neste ponto da ordem de trabalhos cada Deputado municipal tem direito a intervir até 10 minutos.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Exmo. Senhor Presidente e demais Membros da Mesa da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores.

Há aproximadamente dois anos, em reunião deste Órgão do Município, dando voz às preocupações dos Trabalhadores do Matadouro do Cachão, questionei o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre que medidas estariam a ser tomadas, tendo em vista salvaguardar o futuro daquela unidade industrial. Servi-me até duma expressão popular muito utilizada no Cachão, a qual já então transportava uma boa dose de preocupação, que dizia o seguinte: "O matadouro está como a batela do João Russo, quanto mais vai, mais se afunda".



O Senhor Presidente da Câmara, porque face ao calendário eleitoral não seria politicamente conveniente, remeteu-se ao silêncio e limitou-se a dizer que, caso fosse útil, o Presidente do Conselho de Administração da AIN poderia vir a esta Assembleia prestar todas as informações. É caso para afirmar que o Senhor Presidente da Câmara nada disse e nada fez.

Não obstante, a mensagem transmitida no Cachão e veiculada via Câmara Municipal foi a de que as questões por mim suscitadas nesta Assembleia apenas contribuiriam para acelerar o estado de degradação daquela unidade industrial.

Passados estes dois anos, eis que pela primeira vez em cerca de cinquenta anos de existência daquele pólo industrial, gerido actualmente pelos Municípios, é vivido o primeiro movimento grevista por exclusiva iniciativa dos próprios trabalhadores.

Entretanto, face à paralisação dos trabalhadores e na sequência das declarações contraditórias dos elementos do Conselho de Administração da AIN, apesar da distância dos dois anos as minhas inquietudes eram oportunas, só que, em vez de entendidas como legítimas e na defesa dos reais interesses daqueles que me elegeram bem como da região, tal como o são as de qualquer um dos membros desta Assembleia, não tiveram qualquer efeito em termos da busca de uma solução duradoura.

Em face de tudo isto, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara informasse a Assembleia Municipal das reais medidas adoptadas ou a adoptar, tendo em vista a salvaguarda do matadouro do Cachão e consequentemente dos cerca de 40 postos de trabalho.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Eu também tinha feito a inscrição na Mesa e vou aproveitar para intervir. Peço desculpa por intervir aqui na Mesa. Se eu sair da Mesa, ela fica apenas com um membro e não me parece correcto.

Também vou ser rápido e não vou utilizar os 10 minutos. Cumprimento novamente o Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores, o Secretário da Mesa, os senhores Deputados, o público e a comunicação social.

A minha intervenção tem apenas como objectivo partilhar convosco dois factos que me parecem de grande relevo e que dizem respeito a duas pessoas de Mirandela. Não procurei transformar isto num voto de louvor na medida em que não tive tempo de consultar e de dialogar com o grupo municipal do PSD mas pareceu-me que era da mais elementar justiça aqui dizer o que vou dizer.

A minha primeira palavra de apreço, de consideração e de reconhecimento público vai para o astrofísico Nuno Cardoso Santos, investigador do Centro de Astrofísica da Universidade do Porto e Professor afiliado do Departamento de Física e Astronomia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Ele recebeu recentemente na Arménia um prémio internacional chamado Viktor Ambartsumian, prémio esse que foi partilhado com dois dos seus colegas Michel Mayor e Garik Israelian, que foi atribuído pelo seu trabalho no estudo das estrelas que têm planetas em órbita e que fornecem indícios essenciais para a compreensão dos processos de formação planetária.

O prémio que referi é atribuído de dois em dois anos e distingue investigadores de qualquer país por excepcionais contributos para a ciência. Este ano foram nomeados 14 investigadores ou equipas, onde também se incluiu o astrofísico Nuno Cardoso Santos, que não tendo nascido em Mirandela, viveu em Mirandela, estudou na Escola Secundária de Mirandela e os seus pais vivem e trabalham em Mirandela.

Fica aqui o meu louvor por tão brilhante prémio que é o prémio de maior categoria a seguir ao prémio Nobel da Física.

Outra palavra também de carinho, de compreensão e de atenção para um jovem do 8.º Ano de Escolaridade, da Escola Secundária de Mirandela, que ganhou recentemente a medalha de ouro nas Olimpíadas Ibero-Americanas de Matemática. Um feito brilhante que deve também ser enaltecido. Devo dizer também que este jovem é um brilhante xadrezista no Clube Amador de Mirandela.

Deputada Municipal Odete Ferrelra (PS):

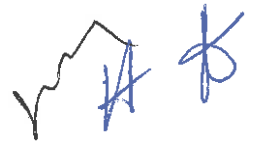
Bom dia, quero cumprimentar a Mesa, o Executivo, os colegas Deputados municipais, a comunicação social, o público presente se o houver. Apetece-me rematar, nas suas qualidades e funções, etc., que é uma frase que eu ouço muitas vezes ao senhor Presidente da Câmara e gosto particularmente dela.

A nossa bancada incumbiu-me de dar aqui um arzinho de graça e é evidente que eu teria que falar do ano lectivo e mais propriamente da rentrée. A palavra é francesa mas banalizou-se e usa-se a rentrée para qualquer coisa, seja o ano lectivo, seja a parte cultural e por acaso ocorreu-me mesmo agora, porque não um desafio ali no átrio, alguém a receber-nos com uns acordes musicais. Já não peço uns aperitivos porque estamos em período de contenção. Isto foi assim um aparte porque as coisas sérias também se devem dizer de uma forma leve.

Espero também dar o meu contributo sempre no sentido positivo embora por vezes seja entendido como negativo. Argumentar contra não quer dizer que se esteja contra as pessoas.

Eu começaria primeiro pela grande polémica que foi a questão dos almoços na primeira semana no 1.º Ciclo. Com os dados que recolhi, fiquei com a ideia de que a autarquia teria hipótese de começar a fornecer os almoços na cidade porque nas aldeias isso estava perfeitamente resolvido logo a partir do dia 13. Tanto quanto sei, o agrupamento terá recebido um mail, que só seria a partir do dia 20. Estou a falar em factos e depois desmentir-me-ão se estiverem incorrectos.

Sei que houve uma reunião com os pais em todas as escolas, (estou-me a referir ao 1.º ciclo) salvo o erro, dia 9, ou 10, por aí, uns dias antes do dia 13, em que foi perguntado aos pais quem almoçaria. Eu não sei muito bem como é que a autarquia gere esta situação mas acho que já não estamos no tempo de prolongar atrasos que se vêm repetindo porque tem havido um atraso sistemático no início de fornecimento de refeições.



Não quero imputar culpas a ninguém. Pode ter havido da autarquia ou do agrupamento, não sei bem. As informações que tenho é que terá sido da autarquia mas vamos agilizar e criar um documento interno e no final do ano lectivo fazer um diagnóstico do número de refeições. Penso que isso não será difícil.

A nossa bancada gostaria, assim, de ser elucidada do porquê dessa decisão do dia 20 nas escolas da cidade.

Segundo aspecto. De uma vez por todas queremos factos sobre o Centro Escolar e eu aqui nem sequer vou aduzir ou falar muito de várias coisas porque já desde 2003 que se fala no Centro Escolar. Já lá vão sete anos e estamos rodeados por concelhos que têm Centros Escolares. Uns a funcionar brevemente e outros a funcionar há imenso tempo e nós parece que somos excepção. É evidente que as excepções fazem a regra mas eu nesta excepção não me revejo nada. Portanto, gostaria de factos de uma vez por todas, questões de projecto, questões de arranque, para quando, etc. Estou a referir-me ao Centro Escolar do 1.º Ciclo. Parece que a última é na zona dos castanheiros.

Outro ponto que queria falar tem a ver com a entrada da escola sede do agrupamento mas vou reservar-me para os outros assuntos porque senão está ali a Mesa a cortar-me a palavra e eu assim acautelo-me no tempo.

Outra grande celeuma foi o pagamento do apoio à componente social de apoio à família e assim englobo tudo isso.

Diz-se por aí que houve um aumento mas a autarquia não aumentou nada mas sim decidiu aplicar o que estava consignado em legislação. Porque mudou a sua política e porque o não fez de forma faseada? Porque a não aplicou em anos anteriores? Eleitoralismo? É uma pergunta que fica no ar. Portanto, má política porque devia ter aplicado a legislação se calhar com parcimónia ou pouco a pouco e não ouvirmos aí pela cidade dizer que houve um aumento de não sei quantos por cento. Claro que não mas sim a aplicação cabal do que está consignado. Sabem que as autarquias dantes tinham um bolo global para gerir a parte da educação e agora cada vez mais há regulamentos próprios, tem que ser, é evidente, o 1.º ciclo tinha que ser regulamentado, assim como já existia nos subsídios, nos 2.º e 3.º ciclos.

Allás, no início a filosofia dos agrupamentos era essa se bem que depois esteja muito desvirtuada mas isso é outra história.

Queríamos também saber porque não houve aumento e que dissessem claramente porque é que fizeram este ano a aplicação da tabela e não nos anos anteriores.

Agora vamos à parte mais doce porque é evidente que não perco o que se passa porque sigo de muito perto as actividades do meu concelho, pela minha função de professora e educadora mas também noutras funções que sabem que eu exerço. Portanto, quando soube que a nossa escola, a "Esproarte", integra a "Aproarte" que é uma associação de seis escolas, que tem estágios comuns e que pelo menos 15 alunos (falei com uma aluna e foi este o número que ela me deu, mas pode ser mais) da nossa escola integram a Aproarte e que a Aproarte deu um concerto na Casa da Música, no Porto, só me posso sentir orgulhosa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhora deputada, atenção ao seu tempo, se faz favor.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Eu termino. Louvor para a Esproarte, foi um sentimento de orgulho, é uma oportunidade única, eu não conhecia a Casa da Música e ainda por cima havia três autocarros à disposição das pessoas e foi pena não haver mais pessoas.

Um louvor também à Escola Profissional de Agricultura que está a fazer um trabalho de divulgação e promoção muito interessante. Onde havia uma escola moribunda, existe agora outra que está bastante viva.

O ensino superior está de facto em negociações para construir mas eu pessoalmente, e já o disse noutras assembleias, fui sempre contra a construção da cantina naquele espaço porque não havia estratégia. A construção da cantina naquele espaço condicionava a hipótese de fazer um Campus à nossa dimensão mas um Campus universitário que devia ter sido há muito tempo na zona de Carvalhais mas pronto, agora tem que ser para ali. Voltarei ao assunto quando houver mais dados sobre a questão do ensino superior.

Não me deixou gabar mais a escola. Não é promoção pessoal, mas eu fiz um poema para a rentrée dos meus alunos...mas então já não o leio porque me cortaram a palavra. Depois em Outros Assuntos, se me deixarem, eu leio. Está bem senhor Presidente?

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Senhora Deputada, a Mesa não corta a palavra a ninguém. A Mesa cumpre o Regimento e cada um de nós tem obrigação de o cumprir.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Mesa do Executivo e Senhores membros da Assembleia.

Senhor Presidente, a intervenção que vou fazer é para mim muito penosa na medida em que vou censurar a Mesa. E sabe que não sou eu mas toda a Câmara que tem por V.ª Ex.ª a maior consideração e apreço e quanto aos senhores Secretários unem-nos laços de cordialidade e num dos casos até de vizinhança.

Porém, tenho que reclamar pelo facto de desde 26 de Fevereiro findo não ter sido dado seguimento a um compromisso de V.ª Ex.ª.

Com efeito, quando na citada assembleia ordinária expus um exemplo demonstrativo da falta de acessibilidade interna no concelho de Mirandela, V.ª Ex.ª comprometeu-se a submeter o assunto à reunião de líderes para debate em assembleia extraordinária do tema "Política Concelhia de Transportes". Está recordado?

Ainda pensei que a apresentação das contas do Metropolitano de Mirandela desse origem à abordagem do tema, uma vez que se tratava de transportes internos. Engano meu, já que a nova interpretação que o Executivo deu ao art.º 47, n.º 2, da Lei nº 2/2007 das Autarquias Locais, enviando as contas para casa dos membros da Assembleia Municipal inviabilizou qualquer discussão.

Não fora a intervenção do líder do CDS/PP na Assembleia Ordinária de 25 de Junho e nem o assunto teria sido aqui falado.

Não obstante uma situação de falência técnica explicitada pelo relatório de auditoria externa, com um passivo superior a um milhão e quinhentos mil euros, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela emitiu o parecer que vou citar:

"Esta preocupação não deve existir nem nos Mirandelenses nem no Metro, por uma questão simples. Lá diz claramente que a gestão é perfeitamente equilibrada e sem preocupações".

Oxalá seja por muito tempo verdadeira esta afirmação. Sinceramente, como membro desta Assembleia Municipal, não sei o que fazem os dois autocarros que param sistematicamente no terminal rodoviário e que não sei donde vêm ou para onde vão.

Por tudo isto, reitero o pedido a V.^a Ex.^a no sentido de um debate sério sobre a problemática dos transportes ou falta deles no concelho de Mirandela.

Muito obrigado Senhor Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também Senhor Deputado.

A Mesa agradece as palavras de cortesia que lhe foram dirigidas e acolhe a expressão de censura como um contributo para o bom funcionamento da Assembleia e como um testemunho de que a Mesa transmite sempre ao Executivo e trabalha com o Executivo no sentido de promover a eficácia e o progresso do concelho e o debate dos temas que interessarão às populações do concelho, de modo que não caiu em saco roto. A observação foi acolhida com urbanidade e com a responsabilidade que nos têm testemunhado durante os trabalhos desta Assembleia e, portanto, saberemos encaminhar o assunto como é nosso dever.

A palavra agora para o senhor Deputado Figueiredo.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Bom dia senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e restante público.

Eu só venho aqui fazer um pequeno comentário àquilo que o Senhor Deputado municipal Eng.º Baltazar veio aqui comentar em relação ao PSD sobre a nova Revisão Constitucional.

O Senhor Deputado disse que o PSD quer acabar com o Serviço Nacional de Saúde, em sede de Revisão Constitucional. Eu disse-lhe que era uma pura mentira e é. É uma farsa o que o Senhor Deputado veio aqui dizer. É uma farsa autêntica para enganar as pessoas.

O PSD não quer acabar com Serviço Nacional de Saúde porque é um partido que tem um programa e que tem pessoas que também têm a ver com o Serviço Nacional de Saúde. Portanto, Senhor Deputado, o que tentou aqui dizer foi uma autêntica finta, uma finta para a arraia-miúda.

Quem acabou com o Serviço Nacional de Saúde? Foi o PS. Quem acabou com os hospitais regionais, que ainda agora o Senhor Deputado o disse, foi o PS. Quem acabou com os Centros de Saúde? Foi o PS. Quem vai acabar com as análises de rotina? Vai ser o PS. Isto não é acabar com o Serviço Nacional de Saúde Senhor Deputado? Eu acho que é. O seu partido a que pertence está no poder há 15 anos. Não são 2, 3, 4 anos. São 15 anos de poder e é o seu partido que tem destruído o Serviço Nacional de Saúde. É o seu partido que tem destruído o Serviço Nacional de Saúde a nível nacional e tem endividado esse mesmo sistema em termos de financiamento e é aquilo com que nós hoje deparamos. Quer dizer que daqui a uns dias as pessoas que precisam não têm Serviço Nacional de Saúde. O Senhor Deputado de certeza que vai ter sempre Serviço Nacional de Saúde mas os mais pobres e as pessoas que precisam não vão ter Serviço Nacional de Saúde, conforme aquilo que o seu partido está a fazer, duma forma errática, sem rumo e de forma manipuladora. É isso que o Senhor Deputado quer? O meu partido não quer isso. Tenho dito.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Digníssimo Presidente da Câmara e demais elementos do Executivo, Senhores Vereadores em regime de não permanência, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Excelentíssimo público e meios de comunicação social.

As fragas são poupadas em tempo e eu vou saber gerir bem o meu tempo porque parece que há pessoas que as incomoda muito às vezes mais meio minuto ou mais um minuto ou dois. Portanto, eu vou dar a compensação para essas pessoas que ficam assim tão importunadas, digamos assim.

O que eu aqui trago é objectivo, é rectilíneo e é directo e penso que diz respeito a todos, sem excepção, independentemente da tendência política de cada um de nós. Trago aqui uma proposta que passo a ler:

Proposta:

"Com base nos artigos 37º e 44º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, é proposto à votação desta Assembleia a constituição de uma comissão temporária de trabalho e estudo, a qual pretende aquilatar das realidades actuais da P.S.P. de Mirandela.

O objectivo é o de contribuir em todas as suas vertentes para um maior e melhor policiamento de futuro e de forma a dotar a nova esquadra da cidade dos meios necessários".

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhor Deputado Miguel Ângelo, faça o favor.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente, aproveito para o cumprimentar e a todos os Deputados municipais.

Sobre esta questão do Serviço Nacional de Saúde, muito se tem dito e muito se tem escrito e eu parece-me que era bom que houvesse uma postura intelectualmente mais séria relativamente à questão do Serviço Nacional de Saúde. Caso contrário, caímos numa lógica de partidos e acho que assim não vamos a lado nenhum.

É preciso compreender que em primeiro lugar (o Deputado Figueiredo farta-se de pensar sobre Mirandela e esquece-se de pensar também noutras coisas) o Serviço Nacional de Saúde Nacional está cotado entre os melhores Serviços Nacionais de Saúde. Não é perfeito, custa muito ao orçamento de Estado, pagamos todos do bolso, mas o que é facto, com todos os defeitos, não há ninguém hoje a quem lhe seja reservado o acesso à saúde.

Eu tive oportunidade muito recentemente, e infelizmente, de ter que recorrer ao Serviço Nacional de Saúde e não tenho uma palavra negativa a dizer à forma como um familiar directo meu foi tratado pelo Serviço Nacional de Saúde.

Dizer-se aqui que o Partido Socialista destruiu o Serviço Nacional de Saúde, não só não adianta nada para a discussão que tem que haver sobre o futuro do Serviço Nacional de Saúde como é mentira. Só uma pessoa muito distraída ou que de facto não beneficia do Serviço Nacional de Saúde porque vai ao serviço particular é que pode dizer uma coisa destas.

Ninguém aqui pretende fingir a arraia-miúda e quando algum membro do grupo municipal do PS aqui se dirige, dirige-se com toda a seriedade a esta Assembleia e não se finta a arraia-miúda. Estamos numa Assembleia Municipal que tem essa dignidade. Portanto, classificar uma intervenção deste tipo, acho no mínimo de muito mau gosto.

É bom que compreendamos que o delapidar de certos serviços tem razões que se enxertam eventualmente com a política local mas tem sobretudo que ver com as circunstâncias que hoje ocorrem em termos de demografia.

Já aqui falei nesta Assembleia nessa circunstância. Fechou a maternidade e muito provavelmente outros serviços não-de fechar porque a lógica não pode ser outra. Um determinado serviço de saúde ou um determinado serviço de prestação médica só pode funcionar se tiver um conjunto mínimo de casuística. Se essa casuística não existe porque as pessoas não existem, esse serviço não pode existir. E é esta lógica inexorável que negá-la à força de dizer que a proposta é do PS ou do PSD é uma forma indirecta de estarmos a matar e a ajudar a matar a região.

A discussão sobre o Serviço Nacional de Saúde tem que ser mais aberta e menos partidária. Rejeito intervenções deste tipo que não levam a nada e chamo a atenção para o seguinte:

A referência feita pelo meu companheiro de bancada não pretendia dizer que se pretendia de facto destruir o Serviço Nacional de Saúde. É preciso contextualizar em que momento essa frase é proferida. É proferida em função da instalação de um hospital privado e, portanto, é preciso contextualizar as coisas. Retirar uma frase do contexto e vir tentar metê-la numa lógica de luta partidária não adianta nada para aquilo que a região precisa.

Obrigado Senhor Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado também.

Tem a palavra o Deputado Luís Sousa numa segunda intervenção.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Vou ser muito breve. Muito obrigado à Mesa por me ter dado esta segunda oportunidade e eu explico porquê. Porque o senhor Secretário antecipou-se a um tema que nós gostaríamos de trazer aqui nos «Outros Assuntos de Interesse para o Município» e, portanto, queremos comungar das felicitações que foram aqui proferidas a esses dois prodígios da nossa terra, sobretudo em áreas que nós sabemos tão sensíveis e tão difíceis em que o desempenho português não é seguramente o melhor, nomeadamente a Matemática e a Física. É extraordinário que consigam sair mentes brilhantes desta terra.

Nós tínhamos como proposta e já agora adicionando àquilo que referiu no caso do nosso caro amigo Nuno Santos, de haver de facto a atribuição das honras honoríficas da cidade e por uma simples razão. Eu sei que as pessoas às vezes gostam de uma certa idoneidade e as pessoas têm que ter uma certa idade para receber essas honras honoríficas. Eu sou totalmente contrário a isso e penso que quem conseguiu num curto espaço de tempo, como foi o caso, um prémio tão elevado, e não é o primeiro nem será o último, merece ser elogiado e, portanto, é de saudar o seu mérito. Por muito menos já foram atribuídas as honras honoríficas desta cidade e eu acho que neste caso muito específico, tratando-se do domínio do saber, deveriam ser atribuídas.

Quanto ao jovem matemático, também fico muito satisfeito. Por acaso não sei o nome mas eu soube através da comunicação social da atribuição deste prémio. Gostaríamos que fosse uma coisa mais simbólica tendo em conta que ainda é um jovem mas que proporcionalmente lhe fosse entregue um prémio não monetário, mas com algum valor de encorajamento destes sucessos pessoais e profissionais que vamos tendo na nossa terra. Não sei o que ele necessitará para os seus estudos mas se calhar um bom computador ou uma coisa do género podia ser providenciada e numa cerimónia como deve ser.

Já agora, relativamente à questão que estavam aqui a levantar a bancada do PS e do PSD relativamente ao Serviço Nacional de Saúde e à Revisão Constitucional, queria dizer duas coisas muito brevemente.

O problema da revisão constitucional e o barulho que se tem feito foi um barulho despropositado porque houve de facto um erro de sentido de oportunidade, um erro de método e um erro de conteúdo. E como o PSD não soube, em termos de sentido de oportunidade, recolher contributos em princípio à sua direita mas sobre determinadas matérias como é o Serviço Nacional de Saúde e outras mais estratégicas seguramente ao centro.

Estas reformas a serem feitas têm que ser pensadas não para cinco mas para dez anos porque são reformas demasiado estruturais. Os senhores tiveram aqui duas intervenções muito interessantes mas não há números e dados. É a mera opinião e cada um tem a sua opinião. Portanto, quando quiserem falar sobre reformas do Serviço Nacional de Saúde, tragam dados aqui à colação.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o Senhor Deputado Figueiredo. Faz favor e é o último Deputado inscrito.

Deputado Municipal António Figueiredo (PS):

Ó Senhor Deputado Luís Sousa, traga esses números e podemos discutir também aqui.

Para o senhor Deputado Miguel, esse recado deve ser dado ao senhor Eng.º Baltazar. Nós somos mais a favor do sistema do utilizador pagador em relação a esse sistema porque todos pagam por igual. A expressão que utilizou aqui o Deputado Miguel induz a ideia de que talvez se estivesse a referir ao hospital particular mas esse recado devia ser dado ao Eng.º Baltazar e não à bancada do PSD.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então encerramos este Período de Antes da Ordem do Dia e temos aqui uma proposta que foi apresentada pelo senhor Deputado Carlos Fraga e que irá ser votada.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Terminado este ponto, temos uma proposta para votar. Ela foi lida há pouco tempo mas de qualquer maneira penso que tem sentido ler outra vez a proposta.

Proposta:

“Com base nos artigos 37º e 44º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, é proposto à votação desta Assembleia a constituição de uma comissão temporária de trabalho e estudo, a qual pretende aquilatar das realidades actuais da PSP de Mirandela.

O objectivo é contribuir em todas as suas vertentes para um maior e melhor policiamento de futuro e de forma a dotar a nova esquadra da cidade dos meios necessários.”

Não sei se alguém quer intervir sobre a proposta.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Eu penso que há uma comissão de segurança que foi já constituída nesta Assembleia.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Posso esclarecer. Existe de facto o Conselho Municipal de Segurança que infelizmente ainda não conseguiu reunir este ano porque as informações que eu aqui dei na sessão anterior mantêm-se actuais. Nós contactamos as instituições e neste momento apenas metade dessas instituições é que indicaram o respectivo representante.

Vamos insistir e ver se há indicação de novos representantes para reactivar o Conselho Municipal de Segurança, sem prejuízo eventual da constituição de outras comissões para objectivos muito mais específicos.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, muito bom dia.

Eu não era para intervir porque o Senhor Secretário já disse tudo.

Nós não andamos agora aqui a duplicar comissões porque existe um Conselho Municipal de Segurança e é aí que se deve fazer a análise de todos esses problemas.

Por outro lado, a Assembleia Municipal não tem nada que se meter na organização policial porque isso pertence ao Ministério da Administração Interna. Nós não temos poderes para fazer isso. Podemos chamar a atenção através do Conselho Municipal de Segurança mas mais nada. Agora andamos aqui a duplicar, mais uma comissãozinha, mais outra comissãozinha, depois fazer mais umas reuniãozinhas, depois assinar mais umas senhazinhas, enfim, mais despesas, mais despesas. Eu, por exemplo, nem voto.

Presidente da Assembleia Municipal:

É claro Senhores Deputados que, sob o ponto de vista regimental, a criação de comissões, seja qual for o seu objectivo, é sempre possível. No entanto a Mesa, como é seu dever, chama a atenção desta Assembleia que estas coisas devem ser reflectidas e deve haver bom senso. De facto existe um Conselho Municipal de Segurança que tem atributos próprios e bastante importantes de maneira que a Assembleia saberá decidir por si.

Faz favor Senhor Deputado Carlos Fraga.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente da Mesa, respondendo à intervenção do Professor Dinis, conhecendo a pessoa há vários anos e sendo um dos elementos mais antigos de presença aqui na Assembleia e que presidiu vários anos a esta Assembleia Municipal, desconhecer o actual regimento, porque é deste que estamos a falar e foi neste que nos baseámos e começar por uma das suas últimas afirmações.

Falou aqui do oportunismo das senhas de presença. Ó Senhor Deputado municipal, pela minha parte e também estou à vontade para lhe responder que em nome do Partido Socialista, e a constituir-se essa comissão que esta Assembleia nomearia, nós desde já abdicamos de qualquer valor pecuniário nessas senhas de presença, que fique bem entendido. Outros o podiam fazer. O Carlos Fraga como Deputado independente do Partido Socialista e todos os outros elementos independentemente de serem independentes ou não ser independentes, não querem isso. Querem é contribuir para o bem comum, num assunto que eu penso que é de suma importância para todos nós, principalmente

para os residentes na cidade e o senhor Deputado também é residente nesta cidade há vários anos. Portanto, não tendo nada a obstar ao Conselho de Segurança. Se não funciona, o problema não é meu que não fui eu que intervi quando foi da sua constituição, o que me leva a aferir é saber que ele está inoperante, que não funciona e que o Regimento desta Assembleia, no art.º 44º fala precisamente da constituição de comissões. E diz assim, no ponto n.º 2:

"Poderão ser constituídas as seguintes comissões especializadas permanentes:

- a) Planeamento e finanças;
- b) Saneamento e ambiente;
- c) Urbanismo, habitação e trânsito;
- d) Mercados, abastecimentos e exposições;
- e) Turismo, cultura e desporto;
- f) Trabalho, segurança social, saúde e policiamento;
- g) Ensino."

E depois diz o n.º 3: "a Assembleia Municipal quando entenda conveniente poderá constituir comissões especiais temporárias" que no fundo foi aquilo que aqui se propôs para o estudo de matérias que digam respeito ao interesse da autarquia. E eu digo, este assunto não é específico? Não é preocupante? Não diz respeito ao interesse de todos nós e ao interesse do Município?

Ó Senhor Deputado, com o devido respeito (pelos seus cabelos brancos que eu também já os tenho, embora às vezes os encubra) e com valores que foram inculcados na minha pessoa por pessoas da sua família.

Senhor Presidente, o que está dito, está dito da minha parte, que eu não retiro nada à proposta que apresentei à Mesa.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa regista o seu contributo, antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Luís Sousa.

A Mesa repete que de facto é possível, sob o ponto de vista regimental, a constituição de uma comissão. Agora é claro que tem que haver bom senso no pedido destas comissões uma vez que há sobreposição.

Não se trata aqui das questões da senha, são questões menores em que a Assembleia pode falar mas acho que não deve porque são questões acessórias e que tiram o objectivo principal da constituição da comissão. Existe de facto uma comissão que é conhecida, que tem competências próprias, que tem talvez mais robustez regimental, se assim se pode dizer. Mas a Assembleia saberá discutir e votar a importância e a oportunidade da proposta que é apresentada por um Senhor Deputado e que tem toda a validade regimental.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Em tudo o que se disse, acho que tem que haver bom senso e podemos chegar a um meio-termo.

Vamos a meio deste mandato e está a haver dificuldades de colocar em pé o conselho e daí que a questão se coloca. Se esse conselho for difícil de colocar em pé, teríamos então aqui espaço, se isto é um tema que está dentro das competências da Assembleia de se criar essa associação. É uma questão de bom senso esperar para ver porque estão a ser encetados esforços para que esse conselho levante e reúna como lhe compete.

Se houver dificuldades maiores então passaremos à outra solução.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa tudo fará para que, junto do Executivo, este Conselho Municipal de Segurança seja activado e no espaço de 30 dias tenha algum trabalho em exercício. Se esta minha intervenção de acção intermediária junto do Executivo que também é regimental pode ir influenciar a proposta do Senhor Deputado Carlos Fraga, naturalmente ele o dirá.

Mas o que eu peço, e acho que devo recomendar, é reflexão e bom senso e sobretudo equilíbrio.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Obrigado Senhor Presidente. Sou breve.

De alguma forma está a dar já à Assembleia uma solução para esta votação, o que também não me parece muito correcto, permita-me que lhe diga.

A proposta que aqui é apresentada pelo meu companheiro de bancada Carlos Fraga tem em vista um fim muito específico e não vejo porque razão é que esse fim muito específico não deve ser encarado com a seriedade com que a proposta foi sustentada porque ela não esvazia em nada nem se substitui em nada ao Conselho Municipal de Segurança. É uma situação muito concreta e pelo menos teve o mérito de desencadear a activação deste Conselho Municipal de Segurança mas não era esse o mérito que ela pretendia ter porque o mérito que a proposta pretende ter é que rapidamente se resolva o assunto que aqui se traz.

Presidente da Assembleia Municipal:

Claro que mérito há sempre porque da discussão dos assuntos nasce a luz e nasce a decisão.

Mas Senhores Deputados, a Mesa acolheu sempre e interpretou sempre a proposta com seriedade, agora, não esvazia, estou convicto que ninguém entende que esvazie, pelo contrário, duplica ou multiplica a acção das comissões.

Os Senhores Deputados vão votar e naturalmente saberão dizer da validade e da oportunidade desta proposta.

Vamos então votar.

Quem é que vota contra?

Quem vota a favor?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação da proposta é o seguinte:

- Votos contra 43 (quarenta e três)
- Abstenções 3 (três)
- A favor 9 (nove).

A proposta foi rejeitada por maioria dos Deputados presentes.

Presidente da Assembleia Municipal:

Terminamos o nosso Período Antes da Ordem do Dia. Tem a palavra o Presidente do Executivo.

Presidente da Câmara Municipal

Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero saudar o Senhor Presidente, os Senhores Deputados, o público e a comunicação social que esteja presente e também os Senhores Vereadores. Vou tentar fugir da política nacional, coisa que sei discutir pouco e já vi discutir aqui bem melhor do que eu e tentar fazer as respostas concretas a alguns temas que são actuais e que foram aqui colocados.

Em primeiro lugar, dizer ao Luís Sousa sobre a rede de banda larga, conjugada com a do Eng.º Baltazar, que, na sequência da decisão que eu anunciei aqui na última reunião, falei com o Senhor Presidente da Associação de Municípios para estar aqui presente porque o projecto da Rede de Banda Larga é da Associação de Municípios. Esta é gerida, embora as cinco câmaras sejam associadas, por uma pessoa que tem a ideia da globalidade do projecto. Ele entendeu que seria mais adequado elaborar um relatório exaustivo sobre todo o projecto, a situação actual, as empresas convidadas e os passos que foram dados. Dentro de pouco tempo cada líder do grupo parlamentar vai receber esse relatório completo e acho que depois fará muito melhor discussão técnica do que estar eu agora aqui a pegar numa ponta ou outra sem saber o objecto concreto e a situação actual das negociações.

Quanto à outra questão que colocou o Eng.º Baltazar sobre saúde e em relação ao hospital, – eu falo da questão concreta sobre o silêncio por parte da Câmara Municipal de Mirandela – eu diria se quisesse agora responder com algum humor realista era seguir o conselho dos vereadores do PS na Câmara Municipal. Quando levantamos a questão em reuniões do Executivo sobre a entrega de uma acção judicial para impugnar o protocolo, os Senhores Vereadores do Partido Socialista disseram que esse espectáculo não era de fazer e que era melhor pedir uma reunião à Senhora Ministra da Saúde e, em silêncio e com calma resolver o problema do hospital. Com algum humor ter-lhe-ia respondido desta maneira e estaríamos à espera de sermos recebidos pela Senhora Ministra da Saúde para depois tomarmos uma decisão sobre esta matéria.

Embora possa haver ainda muito para fazer, a verdade é que o único barulho que houve foi da parte da Câmara Municipal quando os médicos saíram para Bragança, principalmente os cirurgiões.

A única coisa que neste momento lhe posso dizer é que este silêncio pode ser a previsão de uma trovoadas enorme que se aproxima. Só estou à espera que o Tribunal dê a primeira decisão sobre isto. E como essa trovoadas pode acontecer, eu nessa altura tenho a certeza que todos nós vamos estar presentes para que o estrondo seja maior.

Em resposta ao Deputado Jorge Pereira sobre o Matadouro do Cachão, dizer-lhe que a preocupação dele devia ter sido também manifestada há mais tempo porque há aqui duas coisas que é preciso enquadrar: porque é que as Câmaras têm a AIN hoje e porque é que as Câmaras têm o Matadouro hoje? E esta questão tem que ser prioritária e prévia. As Câmaras só têm a AIN hoje porque os Governos ou os sucessivos Governos o abandonaram e entregaram às Câmaras Municipais como massa falida o Complexo Agro-Industrial do Cachão, Caso contrário, tinham encerrado naquela altura e as Câmaras da altura quiseram ficar com ele com o único objectivo que era tentar manter os postos de trabalho ou tentar pelo menos que aquilo se prolongasse no tempo.

Depois a PEC deixou os matadouros que lhe interessavam, fechou-os e se as Câmaras não tivessem querido ficar com ele tinham encerrado logo ali e sido despedidos logo ali todos os trabalhadores que estavam no Matadouro do Cachão.

Portanto, o que as Câmaras fizeram, pelo menos, foi prolongar no tempo postos de trabalho que tinham sido extintos naquela altura se as duas Câmaras não estivessem disponíveis para lá meter dinheiro dos contribuintes para que tentassem dinamizar alguns postos de trabalho.

Mas o passado é passado. É só para lembrar que a situação actual é esta. Roupa suja sobre o Cachão não é para lavar aqui mas para tratar nas Assembleias-Gerais. Já vi muita roupa suja sobre o Cachão aí na rua e em minha casa ensinavam-me que quando temos roupa suja para lavar, a lavamos dentro de casa primeiro do que no público, conforme as situações que acontecem nas empresas.

A situação actual, que é isso que me perguntou e que directamente lhe respondo, é que houve uma Assembleia-Geral do Matadouro onde foram decididas questões essenciais.

O Matadouro até este momento dá 45.000 euros mensais de prejuízo e as duas entidades sócios do Matadouro são as duas Câmaras Municipais. O Matadouro neste momento tem um milhão e seiscentos mil de crédito de devedores ao Matadouro e deve um milhão, duzentos e dez mil a outros credores. Se fosse tudo cobrável, podíamos dizer que o Matadouro até podia ter uma situação financeira agradável porque tinha quatrocentos mil euros de superavit. A verdade é que nós não sabemos o que é cobrável nem o que é incobrável e, portanto, está-se a fazer essa análise para poder dar essa situação. Os processos estão muitos deles em Tribunal, outros estão em vias disso, por isso é que não foi ainda tomada uma decisão definitiva de qual o valor global.

A solução mais viável será encontrar um parceiro estratégico privado para a exploração do Matadouro. Concorrerem já dois mas não sei se algum deles está disponível para aceitar as condições até Outubro. Com os actuais prejuízos (não vale a pena estar aqui com palavras mansas) o Matadouro terá a breve prazo de fechar porque as Câmaras não são capazes de sustentar este prejuízo mensal. Esta é a situação real e objectiva.

Em relação à questão da Professora Odete, ela é a questão mais actual do momento e é importante que todos tenham acesso aos dados.

É que quando se fala em prioridade de educação, as pessoas pensam que se está a falar de cor porque é o Presidente da Câmara que está a falar porque quer tirar dividendos políticos da educação.

Eu dou cinco vertentes antes de enquadrar esta questão para vocês saberem quanto se gasta e como é a prioridade na educação.

Eu gasto em pessoal ligado à educação um milhão e quatrocentos mil euros por ano. Todos os funcionários que foram recebidos pela Câmara Municipal custam 1.400.000,00 euros por ano. Recebo do Fundo de Equilíbrio Financeiro do Estado para este pessoal 900.000,00 euros. Os 500.000,00 euros anuais a menos são suportados pela Câmara Municipal de Mirandela.

Em transportes escolares eu gasto 1.475.000,00 euros por ano (não sou eu que gasto, é a Câmara, é evidente). Recebo do Estado zero. Zero para transportes escolares da parte do Estado no ano 2010.

Para as refeições, as tais que são fornecidas quer ao 1.º ciclo, quer ao Pré-escolar, gasto 750.000,00 euros por ano escolar. Desses 750.000,00 euros, recebo no tal programa generalizado do Estado sobre as refeições 250.000,00 euros, isto é, coloco de fundos municipais para educação 500.000,00 euros.

A título de apoios sociais, que o Ministério da Educação no 1.º Ciclo e no Pré-Escolar abandonou e passou para as Câmaras Municipais, gasto 250.000,00 euros com os livros e recebo do Estado para isso zero euros, isto é, tenho de pagar por fundos municipais 250.000,00 euros.

No total, são quatro milhões de euros de gastos em educação. Recebemos um milhão, cento e cinquenta mil do Governo mas pagamos dois milhões, oitocentos e cinquenta mil de fundos municipais. Basta olhar para estes valores para ver a prioridade que a Câmara dá à educação porque representam 20% de todo o orçamento municipal, quando do Governo só chega a 5% para educação. Aí se vê a prioridade ou não a educação para o concelho e para a Câmara Municipal. É que normalmente ninguém reflecte nestes dados. Depois, vai-se ao caso pontual e discute-se, esquecendo o global e o todo.

Isto para chegar ao quê? Às tais prioridades da educação.

Em relação à inscrição para as refeições, eu não posso fornecer refeições a pessoas que não sei se existem.

À Câmara Municipal só chegaram os dados dos alunos inscritos para refeições durante a semana de 13 a 17. Eles não se inscrevem na Câmara Municipal mas no Agrupamento de Escolas ou no resto das escolas.

Chegaram os dados até 17 e nós começámos no dia 20 com os dados que tínhamos. A justificação é esta, rigorosamente mais nenhuma. Claro que quem fala disto, cada um diz o que quer, já ouvi tantos disparates que nem vale a pena sequer comentar.

Em relação ao Centro Escolar, é outra questão. Neste momento já funcionam dois centros escolares, o da Torre D. Chama e o de Carvalhais.

Referiu-se a deputada Odete ao Centro Escolar de Mirandela para 900 alunos e que custa 7 milhões de euros (4,5 milhões só do edifício e 2,5 milhões do equipamento e infraestruturas). Toda a agente sabe o local porque foi deliberada na Câmara e na Assembleia a compra do respectivo terreno, por trás da Reginorde, aquele terreno que está ali e que faz também confrontação com o Bairro de Fomento. É ali que fica o Centro Escolar. Não foi para Carvalhais porque entendemos dinamizar o centro da cidade.

Terminou o prazo do concurso de ideias do projecto definitivo para o Centro Escolar e nós esperamos que até Dezembro esteja adjudicado o respectivo concurso por ajuste directo, como permite a lei agora, e que no primeiro trimestre de 2010 tenha o seu início o Centro Escolar. Estes são os factos concretos sobre o Centro Escolar.

Quanto à componente de apoio à família, disse e bem que é a lei que obriga a essa situação. Só aplicamos a componente de apoio à família com aqueles escalões porque vamos à lei e determinamos os escalões. Basta darem os pais o rendimento do agregado familiar e é com base nesse rendimento do agregado familiar que se chegam aos escalões e ao valor a pagar em cada situação. Agora podem perguntar porque é que a lei já existe há uns anos e só foi agora aplicada. Quais são as razões? Eu quero explicar tudo toda a transparência.

Em primeiro lugar, em todo o concelho de Mirandela só havia há 10 anos atrás dois jardins-de-infância públicos e, portanto, não havia prática de nas nossas aldeias e até na nossa cidade as pessoas mandarem os filhos para os jardins-de-infância.

Sá mais tarde é que foram criados, ao abrigo dos programas de luta contra a pobreza, outros jardins-de-infância nas aldeias e a componente de apoio à família nos públicos na cidade. Esta valência não existia e as escolas funcionavam das 8h30 até 15h30.

No início, para sensibilizar todas as famílias e dar acesso à universalidade do acesso ao jardim-de-infância entendemos que não devíamos levar dinheiro. Penso que isto era lógico. Se o objectivo era cobrir toda a rede para que as pessoas lá tivessem acesso, não havia que colocar entraves ao seu acesso. Nas aldeias, quando passámos a levar um pequeno contributo para a refeição, os pais tiravam logo do jardim os garotos, deixavam-nos em casa com a avó, mesmo passando fome nas refeições. Portanto, chegamos à conclusão neste percurso de anos de que essa situação tinha que ser gratuita para toda a gente e houve 4 ou 5 anos em que foi universal e gratuita para toda a gente a componente de apoio à família, fossem das aldeias, fossem da cidade, fossem deslocados ou não.

Nos últimos 5 anos os pais pagavam até 50 euros, valor máximo para quem tivesse componente de apoio à família na cidade. Porquê? Porque também entendíamos que as pessoas das aldeias e deslocados não podiam pagar nada porque se quisessem ir a casa com os pais a buscá-los tinham que fazer quilómetros para os ir buscar. Continuam a não pagar nada, estão todos isentos e são 251 crianças que estão nos jardins-de-infância das aldeias e da cidade que não pagam rigorosamente nada porque são deslocados. Os pais não podem cá vir buscá-los, já lhes basta o transporte de cá chegarem e depois ficam 85 crianças que são as que estão no jardim-de-infância da Praça e de Carvalhais, que são da cidade de Mirandela e que são objecto do pagamento desta componente de apoio à família.

De 50 euros no máximo, podem pagar agora de 24 a 240 euros por uma questão de justiça social e de equidade.

No jardim-de-infância da Praça em 80 crianças 40 pagavam. Se fossem para um privado eram incluídos nos escalões médios ou máximos. Esse jardim-de-infância estava a receber crianças cujos familiares tinham posses para os colocar em estabelecimentos privados. Não era correcto estar a fazer concorrência desleal aos jardins privados que em

Mirandela pertencem a instituições particulares de solidariedade social. Por outro lado, caso estas não tenham o rendimento necessário para o seu funcionamento, lá têm que as Câmaras dar subsídios para os sustentar e, portanto, estamos a pagar indirectamente também a essas instituições.

E foi este conjunto de factores, que são objectivos, que nos levaram a tomar a decisão de cumprir a lei e, eu repito, de cumprir a lei e fazer os escalões que são iguais aos que pratica a Misericórdia. Pode haver aqui um desfase pontual de cálculo de rendimentos, (já me fizeram a queixa, que eu quero ver no concreto). Enquanto houver 85 crianças potenciais que possam estar num jardim público a pagar 24,85 euros, que são os que pagam menos, eu gostava que todos saíssem do jardim público para que essas crianças pudessem lá estar e os que tivessem mais rendimentos fossem para o privado.

Isto é a minha intenção final, a minha esperança e o meu objectivo final. Até lá são as componentes que estão e têm o preço que têm. As pessoas se os quiserem inscrever, inscrevem, se não quiserem, não inscrevem, sendo certa uma coisa: ninguém deixa de ter acesso ao jardim-de-infância público porque a componente pedagógica normal é gratuita para toda a gente. Só estamos a falar na componente de apoio à família, que é a refeição e o complemento até às sete da tarde.

Sabemos que ninguém gosta de pagar mais e passar de 50 para 113 ou para 240. O único problema que aconteceu, e que assumimos, tem a ver com o atraso na comunicação da decisão que não foi atempada.

Dizem que é para fazer mais dinheiro mas isso não é verdade. Eu não me importava que os que pagam mais procurem outras soluções e permitam que os carenciados ocupem o jardim-de-infância, pagando apenas 24,85 euros. É esta a função do jardim público.

Em relação à Esproarte, dizer-lhe que já há dez anos que integra a APROARTE e que dá este tipo de concertos em S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e noutros vários auditórios nacionais.

Ao Senhor Fraga, dizer-lhe apenas que eu não vou discutir a moção nem a validade da moção, mas já aproveito nesta rubrica para lhe dizer que a esquadra da PSP será entregue ao Ministério da Administração Interna no dia 07 de Outubro, isto é, a obra estará concluída e será entregue definitivamente ao Ministério da Administração Interna no dia 07 de Outubro e a partir dessa data o Senhor Ministro pode inaugurar-la ou ocupá-la quando quiser.

Eram estas as questões a que eu queria ter respondido e que respondi agora.

Muito obrigado Senhor Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Senhor Presidente.

Então agora passamos ao ponto 4.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO Nº 1 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/ Independente):

Antes de me referir em concreto à Informação do Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, eu gostava de agradecer a disponibilidade da elaboração deste relatório porque eu acho que iria clarificar muitas das questões técnicas que se têm levantado em torno do projecto de banda larga gerido pela Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana. Devo também congratular o esforço que a Associação tem feito para dar vida a este projecto para que não se transforme num elefante branco.

Sabemos também das condicionantes do programa e das dificuldades que existem na operacionalização dessa rede. Portanto, também gostaria de deixar aqui um voto de agradecimento à Associação.

Houve só uma questão muito em concreto que não foi respondida e que eu penso que não tem a ver com a questão da banda larga e que tem a ver com uma citação que o senhor Vereador Branco fez na última sessão e que dizia muito concretamente o seguinte:

“A ZON neste momento já paga à Câmara Municipal pela utilização das infraestruturas conforme diz a lei e a PT não o faz”. A única coisa que eu gostava de saber é se estava a referir-se aos direitos de passagem, porque é que não paga, o que é que já foi feito para regularizar essa situação, etc.

Mas deixo isso para depois porque gostaria de avançar com a Informação escrita do Senhor Presidente à Assembleia Municipal.

Ela está muito bem organizada, embora tenda a misturar o que é essencial com o acessório, havendo alguma repetição entre esta comunicação escrita e a agenda que nos é distribuída.

Penso que nesta informação deveria seguramente constar (porque estamos a falar de actividades desenvolvidas ou apoiadas pela Câmara Municipal) uma referência a montantes desembolsados, caso se trate de um apoio pecuniário. Não se tratando de um apoio pecuniário, devia identificar que tipo de apoio se confere (logístico, humano ou administrativo).

No final do ano devia ser trazida a esta Câmara uma avaliação do impacto de algumas dessas actividades que se vêm repetindo ao longo dos anos e que nós gostaríamos de saber se de facto se justifica ou não o esforço financeiro, tendo em conta a actual conjuntura.

Aproveito também para congratular o Executivo por finalmente ter acolhido o nosso desafio lançado ainda no anterior mandato, e repetido durante a última campanha eleitoral, de implementação de um orçamento participativo. Sei que a formação ainda está em curso mas aguardaremos com interesse o desenrolar desta iniciativa.

Congratular igualmente a aposta na formação interna de dirigentes da Câmara Municipal. Temo-nos batido nesta Assembleia por uma melhor e mais rica formação e actualização de conteúdos por parte dos funcionários da Câmara. A modernização e o bom serviço da administração local passam por esse esforço de capacitação institucional. Porém, o facto dessa informação ser bastante sintética não nos responde aqui a duas ou três questões que gostaria que nos informassem, nomeadamente quais foram as necessidades efectivas e realistas de formação identificadas, quais e quantos os endereçados desta formação e quem administrará os cursos de formação.

Em relação à questão financeira não podíamos deixar de tecer algumas considerações relativamente à sua evolução. Continua-nos a preocupar o valor elevado de dívida à banca e os custos que isso implica. A Câmara deve actualmente 11.184.383,00 euros. Trata-se de uma dívida no nosso entender bastante alta e também estanque. Desde a última informação desceu apenas 235.000,00 euros (estamos a falar desde Maio) já para não falar da dívida acumulada que já foi aqui mencionada, relativamente ao Metropolitano Ligeiro de Mirandela, ao Complexo Agro-Industrial do Cachão e outros organismos onde a Câmara detém interesses e participações.

Actualmente, o que a Câmara está a pagar de juros à banca servia para pagar a formação dos funcionários. Até ao dia 31 de Agosto, a Câmara apresenta um valor de juros e outros encargos de 213.291,00 euros. Em nosso entender, uma Câmara desproporcionalmente endividada é uma Câmara mal gerida.

Continuamos também a ter um valor excessivamente alto para outras despesas correntes, quatro vezes mais alta do que o valor de outras receitas correntes registado para o mesmo período.

No nosso entender, uma Câmara que no seu funcionamento corrente gasta mais do que o que encaixa de receita é uma Câmara mal gerida.

Não menos preocupante é o aumento constante da dívida a fornecedores e terceiros. A 31 de Maio o valor dos compromissos assumidos e não pagos era de 8.663.442,00 euros e actualmente já ronda os 10.032.736,00 euros, um aumento de mais de quase 1,5 milhões no espaço de cerca de três meses.

No nosso entender, uma Câmara que vive às custas do trabalho e do suor dos fornecedores também é uma Câmara mal gerida.

Tudo isto é, na nossa óptica, incomportável na actual conjuntura em que se pedem tantos sacrifícios aos cidadãos e à iniciativa privada e merece, por isso, a nossa impugnação.

Apelo ao Executivo para que faça uso e fruto das palavras do actual líder do PSD que se tem batido publicamente pela redução da despesa pública e do número de funcionários de modo a não sobrecarregar o Estado e, sobretudo, os contribuintes, a menos que considerem que o PSD tem dois pesos e duas medidas, isto é, que defende uma coisa para a administração central e o seu inverso para a administração local.

Governar, como já aqui referi várias vezes, é saber gerir a escassez e assegurar que as necessidades das pessoas serão tratadas de um modo equitativo, solidário e sustentável.

É necessário que as contas da Câmara sejam sustentáveis. Não podemos pensar que não há um futuro e que não virão outros que vão ter que assumir esta dívida que tem vindo a crescer ao longo dos anos.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Vou debruçar-me na informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, fundamentalmente sobre um tema que ver com o Plano Municipal de Contenção da Despesa e de Aumento da Receita.

Temos assistido durante este mandato, e também durante o mandato anterior, que a Câmara Municipal tem por prática aderir rapidamente às coisas novas e querer ficar bem na fotografia, mas depois não lhe importa muito a substância e este é um dos casos paradigmáticos desta afirmação. Quer ficar bem na fotografia, quer dizer a toda a gente que tem um Plano Municipal de Contenção de Despesas mas depois quando se esmiúça é uma mão cheia de nada.

De facto aquilo que eu esperava que acontecesse aqui, era a primeira mensagem política, era que se dissesse que não entra mais ninguém para a Câmara Municipal e que não aumentamos a despesa de pessoal mas não há nada quando a isso. Já não peço que por cada dois que saia entre apenas um porque a realidade do concelho não o permite.

Deveria haver também uma declaração ou posição sobre as parcerias público-privadas neste plano municipal de contenção de despesa e de aumento da receita. Eu não sei se elas estão de pé ou não, se vão continuar a endividar a Câmara e o futuro, ou se também aqui temos duas políticas. Aqui faz-se política e a Câmara faz política e estas mensagens políticas eram importantes que fossem dadas. Não está nada dito e depois, espanto dos espantos, quando se desce para os objectivos quantificados assiste-se à maior das incompetências na discussão quando alguém que diz "eu não me posso comprometer a um objectivo, porque não sei o que vai acontecer ao Sábado ou ao Domingo".

É essencial quantificar objectivos e monitorizar ou dar feedback da execução deste plano. Como tal, interrogo o senhor Presidente da Câmara sobre se existe ou não uma avaliação em termos quantificados do plano municipal de contenção das despesas.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da apreciação da informação escrita do Senhor Presidente eu queria também fazer aqui sobre dois casos específicos algumas considerações.

Como introdutório, e contrariamente àquilo que já foi aqui afirmado por um Deputado, a maneira como chega a informação não está boa nem está má. Pode ser melhorada, como, por exemplo, numerar as actividades, os eventos e as inovações se as houver e não meter tudo como que no mesmo saco. E então aqui passo já para o caso da Reginorde 2010.

Se leram com atenção, porque se calhar até há pessoas que nem leram, vêem que há ali mais que um conjunto de coisas. Esqueceram-se até da Festa da Geografia que não vi aqui nenhuma referência mas que ela decorreu, decorreu, isso sei.

Falando concretamente na Reginorde 2010, já que o Senhor Presidente nos fez chegar essa informação e ao novo calendário que decorreu no pretérito mês de Julho, do dia 10 ao dia 17 e que diz lá uma coisa que para mim me causou algum espanto porque a Câmara também é aqui parceira neste projecto e tem-no sido, segundo decisão tomada pelo Conselho Executivo da Associação. Eu por acaso até sou sócio da Associação Industrial e Comercial de Mirandela e desconhecia que agora os conselhos consultivos se sobrepõem às decisões das Assembleias-Gerais dos associados. Isto é um alerta, inclusive para os Senhores Vereadores do Executivo e para aqueles que estão em regime de não permanência, de que quando futuramente chegarem decisões desse teor que devem ter em atenção e estar de olho aberto se são deliberações da Assembleia Geral que continua a ser o único órgão social mais válido de soberania, de entre os três que existem, que compõem a Associação Comercial e não a gosto dum conselho executivo nomeado à maneira e feito de alguns e cuja importância querem pôr à frente dos reais interesses dos seus associados.

Mas quanto ao calendário propriamente dito, de 17 de Julho de 2010, eu queria aqui recordar que nós somos naturalmente a favor do progresso e não do retrocesso e eu aqui também posso falar na qualidade de quem exerce uma actividade comercial.

A Reginorde foi um impulso motor criado para expor, para promover, para negociar as potencialidades da economia de Trás-os-Montes e Alto Douro e isso já tem alguns aninhos, algumas décadas. E mais, expandir a sua credibilidade a nível nacional e até internacional e os primeiros passos foram extremamente positivos.

Na altura, sem grandes recursos, sem grandes meios eu chamar-lhe-ia a essas antigas Reginordes, Reginordes de sucesso e de progresso.

Contrariamente, e isto não é só de agora, mas é da de 2010 que estamos a falar, passou-se do progresso para o retrocesso. Anda-se com novos calendários para lá e para cá, com novos figurinos, com o apoio da Câmara, que todos nós sabemos. Isso custa dinheiro e é dinheiro que se calhar nos faz falta para outras coisas, porque faz certamente e para dizer em conclusão, desta Reginorde 2010, que nós acabámos por ficar (e falo na experiência como comerciante) com uma mão vazia, uma mão sem nada. É caso para dizer basta Senhor Presidente destes fiascos.

E mais nos entristece ou desencanta, diria eu, o facto de nós sabermos que em concelhos limítrofes do nosso município decorrem hoje em dia feiras muito mais recentes, com outra expressão, com outra pujança e que de facto têm credibilidade de se afirmar ou se estão a afirmar cada vez mais na nossa região e a nível do país, enquanto que a Reginorde é uma feira, "costuma-se dizer há uns que semeiam e ao semear produzem e há outros que vêm por trás e cortam aquilo que outros plantaram e que era bom". Por isso neste momento há uma ilação concreta e a tirar e se eu estiver errado, afirmem-me factualmente porque é que estou errado.

Portanto, actualmente é uma feira moribunda e então é caso para perguntar que ilações a tirar pela Câmara Municipal. Estamos no sucesso ou estamos no fracasso? Vale a pena continuar a apostar nesta feira nestes moldes?

Depois, na informação do Senhor Presidente, no ponto n.º 4, fala dum orçamento participativo, onde a determinado ponto diz: "a elaboração do orçamento municipal passa a ser partilhada com os cidadãos". Ótimo Senhor Presidente, vamos esperar para ver.

Depois fala-se no projecto do meu bairro. Eu diria aqui também, excelente. E termina dizendo que os habitantes de um determinado bairro, sejam eles próprios, os vigilantes da qualidade e pertinência das intervenções e serviços urbanos. Toda esta redacção é muito bem intencionada, muito bonita certamente no seu articulado e nas suas palavras, sabemos que às vezes toda a gente está cheia de boas intenções e eu queria que aqui a Câmara Municipal me respondesse se isto é para concretizar.

Em termos práticos o que é que se vai vincular de concreto?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Indo às questões concretas, dizer ao Deputado Luís Sousa que a ZON paga cerca de 5.000 euros anuais pela utilização de condutas. As outras não pagam por uma questão simples. Existia, antes da lei que está em vigor, um conflito e eles recusam-se a receber as condutas que na altura eram feitas numa forma diferente. A luta é nacional e a Associação Nacional de Municípios está a conduzir esta situação com grupos de trabalho específicos e o que eles decidirem será aplicado a todas as Câmaras Municipais. Daí a Telecom e as outras não estarem nesta porque existiam antes da legislação. A ZON paga porque existiu e teve que negociar, porque já existia a legislação das condutas. Os dados que pediu estão em candidatura e são públicos e, portanto, podem-lhe ser fornecidos. Peço à Mesa da Assembleia porque estão numa candidatura e são públicos.

Em relação à dívida que foi indicada pelo Eng.º Baltazar, concordo que a dívida é grande e que devemos estar preocupados com ela. Todos, e principalmente eu, todos os dias temos que explicar a determinadas pessoas porque é que o dinheiro ainda não está e temos de ter dados objectivos para o justificar.

A Câmara Municipal tem aprovados neste momento – não é candidatos, é aprovados – dez milhões de euros para a Regeneração Urbana, seis milhões de euros para o Centro Escolar, cinco milhões de euros de Acções Inovadoras, seis milhões de euros na contratualização do ON, três milhões de euros do Ecocitras. Isso dá um total de trinta milhões de euros de projectos comunitários aprovados, não é candidatos é aprovados. Cerca de nove milhões de euros já estão executados e ainda não foram transferidos pelas respectivas unidades de gestão para a Câmara Municipal, nomeadamente as estradas que estão concluídas e os saneamentos que estão concluídos.

É uma boa dívida e deve ser aproveitada até existirem financiamentos comunitários e poderem ser usados os 80% desse valor.

Depois há dois factos que eu também vos digo: não deve haver excessiva preocupação por causa disto porque a preocupação existe agora consagrada em lei quando foi a aprovação do PEC2 e não sei o que é que virá no PEC3 mas fala-se em endividamento "zero" e contratação de pessoal "zero". E pior, estes dados são analisados todos os meses por informação prestada pela Câmara, em plataforma informática dos dados registados para a DGAL e para o Tribunal de Contas. Isto é, até agora a Câmara Municipal de Mirandela ainda não foi avisada por nenhuma destas instituições que ultrapassou os limites, quer do endividamento zero, quer do aumento de pessoal zero, porque senão já acontecia

como noutras câmaras em que agora automaticamente é deduzido logo na transferência mensal esse valor em que se ultrapassam esses dois limites, que estão definidos no PEC2 e que foram atribuídos às autarquias, além dos cem milhões que já ficaram no PEC2 retirados às autarquias e que à Câmara de Mirandela foram cerca de seiscentos e dez mil euros que ficam retirados.

Há também a considerar outro facto. É que dos trezentos e oito municípios, cento e vinte e sete já estão inseridos naquele plano de recuperação de Câmaras Municipais, como entrou há pouco tempo a Câmara de Alfândega da Fé e já estava a de Carrazeda de Ansiães. E a Câmara de Mirandela ainda não chegou aí. Se não chegou aí é porque não tem uma situação financeira tão grave, como dizem os Senhores Deputados municipais. Ainda está nas restantes duzentas e ainda não chegou a esse plafond de endividamento.

Portanto, quanto à dívida, ela é grave, não se devia dever a ninguém, mas deve. Existem vários factores que explicam a situação. Não se pode pagar se não se receber. Isto é um ciclo vicioso complicado nesta fase principalmente para os pequenos fornecedores. Eu assumo isso porque todos os dias tenho que lidar com este assunto mas também tenho um objectivo mais geral: é que enquanto se puder ter a possibilidade dos 20%, - todos os fundos comunitários agora são comparticipados a 20% - quando tiver capacidade financeira para executar projectos que tenham 80% de comparticipação, acho que não estou a fazer mal nenhum aumentando a dívida, se puder beneficiar o meu concelho desse excesso que é recebido em termos de 80%.

Quanto ao Plano de Contenção de Despesas e de aumento de receitas que a Câmara implementou, devo garantir que nós monitorizamos isso mensalmente e vamos colocar as avaliações nas reuniões de Câmara para virem nas actas que é para também os cidadãos saberem, os municípios saberem e os membros da Assembleia saberem qual foi o resultado desse plano.

Eu dou-lhe os dados que já temos do primeiro mês e meio de execução. Depois vão constar em acta nas próximas reuniões de Câmara. Em seguros reduzimos 43%, em comunicações 33%, em comunicações móveis 30%, em impressões 60%, em horas extra 39% e em pessoal 15%.

Em relação às parcerias público-privadas, no próximo plano e orçamento nós temos já que trazer a reflexão que estamos a fazer em termos práticos do que vai acontecer.

A parceria público-privada que vamos manter é a Esproarte. Tudo o resto vai ter que sair e vou assumi-lo com toda a tranquilidade. Não há dinheiro, não há vícios e não se gasta. O próximo orçamento vai trazer quais as que vão continuar e quais as que vão parar.

Basta um solavanco financeiro em determinado momento para outros compromissos que achávamos que estavam já assentes terem que ter redução. Não é fácil nesta altura ter ideias concretas de um planeamento a 5 ou 10 anos mas deve haver esse planeamento.

O próximo plano e orçamento vão ter já a monitorização, nomeadamente no que diz respeito aos grandes investimentos porque esses é que se reflectem nas grandes rubricas do orçamento.

Ao Senhor Carlos Fraga dizer-lhe que eu registo a sua opinião sobre o que disse. Não lhe vou dizer qual é a minha opinião porque não é o momento para a dizer ainda. Em relação à tal participação nos bairros, nós já concretizamos a iniciativa na Preguiça e no Bairro Operário, onde houve as tais reuniões participadas. Chegamos a várias conclusões, sobretudo em relação a pequenas obras que para nós são pequenas mas que para os habitantes daquele bairro podem ser muito úteis e muito urgentes e mais tarde vamos continuar a fazê-las pelos outros bairros do concelho de Mirandela.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Muito brevemente para dizer o seguinte:

Senhor Presidente, estamos de acordo que a dívida é alta e que era preferível reduzi-la até pelo impacto que isso tem em termos de juros e o facto de isso estar a sobrecarregar a Câmara Municipal.

Aquilo que nós gostaríamos era que ficasse aqui um compromisso claro, porque numa coisa estamos definitivamente de acordo: despesa de investimento é bem-vinda. Em várias intervenções que tive oportunidade de fazer aqui ainda no anterior mandato, referi várias vezes que a Câmara devia ter margem de manobra para as comparticipações de dinheiros comunitários para que houvesse uma diversificação das fontes de financiamento. Eu sempre defendi isso e desse ponto de vista estamos de total acordo.

Despesa de investimento é bem-vinda dentro de uma lógica sustentável, que falou aqui precisamente destes riscos, destes abalos que estamos a ter e tudo pode alterar de um momento para o outro. A situação está de facto muito frágil para o Governo e para as transferências para as autarquias também. O problema coloca-se na despesa corrente e aí tem que haver um esforço mais sério para reduzir essa despesa corrente.

Mais à frente falaremos da questão do PEC relativamente à cláusula de contratação. Aliás no mês de Junho passado o PS retrocedeu nessa tentativa de criar essa cláusula travão de que se continuasse a haver esse recrutamento desmesurado nos municípios a verba do Orçamento de Estado que lhe estava destinada poderia ser bloqueada. Infelizmente não se avançou com essa medida e houve um retrocesso e uma cedência à pressão de alguns autarcas e, portanto, essa cláusula travão que mencionou aqui desde Junho que foi retirada. Mas esse assunto deixarei para depois quando for a discussão da reorganização de serviços.

Presidente da Assembleia Municipal

Então agora passaremos ao ponto seguinte que é a questão do Regimento.

PONTO 4.2 – APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Se me permitem, e falando em nome da Comissão de Revisão do Regimento, queria começar por partilhar convosco as características do novo Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela.

- Teve como base um modelo de Regimento elaborado pela ANMP;
- Tem 63 artigos contra 54 do anterior;
- Está dividido em 3 partes: Índice, conteúdo normativo e correspondência de normas;
- Foi retirada a matéria da Secção VI referente aos Regulamentos na medida em que essa matéria consta expressamente do CPA;

• Foi eliminado o número 6 do artigo 39º que impedia intervenções do público por parte de quem não fosse residente no Concelho de Mirandela;

Contudo essas limitações mantêm-se por exemplo em Castelo de Paiva e em Oliveira do Bairro (só a título de curiosidade).

• Foram alterados os tempos de intervenção no sentido de evitar a sua monopolização por parte de um grupo restrito de Deputados municipais e incentivar o uso da palavra por parte de outros, obrigando a uma melhor organização dos grupos municipais;

• Foram mantidas ou introduzidas algumas inovações (normas que não existem ou que dificilmente se encontram noutros regimentos), assim como uma diferente estruturação e arrumação das matérias, salientando-se as seguintes:

- Número 4 do artigo 8º: Tem a ver com a disposição dos membros da Assembleia na sala.
- Número 5 do artigo 8º: A possibilidade de colocar faixas ou obstáculos físicos para delimitar os espaços e facilitar o trabalho da Mesa.
- Número 2 do artigo 24º: Demos à discussão da proposta de revisão do Regimento a mesma dignidade da discussão das Grandes Opções do Plano, PPI e Orçamento e do Relatório de Gestão e Contas.

Embora tal já constasse de uma deliberação da AMM, incluímos a obrigação da apresentação de um relatório escrito à Mesa da AMM até 31 de Janeiro relativamente a Deputados municipais que representem ou estejam a representar esta Assembleia em comissões, concelhos ou estruturas similares.

A Mesa da Assembleia Municipal dará conhecimento ao plenário desses relatórios na sessão de Fevereiro.

Mantivemos também a prática de só permitir a assinatura das folhas de presença no final de cada sessão.

No fim do documento vocês podem ver a tal correspondência de normas que eu falei, compaginando a lei autárquica, o estatuto dos eleitos locais e o Código de Procedimento Administrativo, podendo verificar-se em geral, que o Regimento traduz normas desses diplomas, que são insusceptíveis de alteração, sob pena de ilegalidade.

Este Regimento teve a colaboração dos elementos da Mesa (José Manuel Pavão, Rui Magalhães e Humberto Cordeiro) e da Deputada Municipal do CDS/PP, Marisa Aranda.

A Deputada Marisa Aranda partilhou uma série de propostas que lhe haviam sido apresentadas pelo grupo municipal do CDS/PP mas foram aceites apenas duas ou três, tendo as outras sido rejeitadas pela Comissão.

Os restantes elementos foram convocados para duas reuniões (12 de Abril e 21 de Maio de 2010) mas não compareceram (o Deputado Municipal Baltazar Aguiar compareceu à 1ª reunião uma hora depois quando ela já havia terminado; o Deputado Municipal Fernando Pilão justificou a sua ausência à 1ª reunião e a Deputada Elina Fraga justificou a sua falta às duas reuniões).

Foi efectuada uma reunião final no dia 17 de Julho de 2010, com os elementos da Mesa, para encerramento do texto final.

Concluo, dizendo pela minha experiência (porque é a segunda vez que faço parte duma comissão de revisão do Regimento), que é uma tarefa difícil.

Infelizmente não é fácil contar com a colaboração de todos. Acreditem que tentámos. Eu tenho provas, para que a memória não me atraíçoe, de toda a correspondência que a Mesa da Assembleia Municipal trocou com elementos que faziam parte desta comissão de revisão do regimento. Foi feita sobretudo através de correio electrónico e há aqui pessoas que de certeza que não desmentem aquilo que eu disse.

Quisemos que este Regimento fosse um Regimento equilibrado, que servisse os interesses dos Deputados municipais e que permitisse tempos de intervenção suficientes para que todos possam exercer a nobre função para que foram eleitos.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/ Independente)

Um trabalho extenso que incluiu uma fundamentação das alterações e das emendas que foram feitas ao Regimento, com trabalho comparativo com outros regimentos, o que congratulamos.

Da lista de inovações (chamemos-lhe assim) que sugerimos à Comissão foram aproveitadas seguramente aquelas que têm um enquadramento nestas fontes normativas.

Um dos problemas que nós temos no poder local português de não se conseguir inovar a democracia a nível local está a montante do trabalho destas comissões. Portanto, aqui nada fere o trabalho que a comissão teve na elaboração deste regime e é precisamente o facto de a lei e do Código de Procedimento Administrativo ser demasiado limitativo a certo tipo de inovações e a lei até ser em determinados casos pouco convincente naquilo que pretende. Eu já dei várias vezes esse exemplo que é a questão da regulação de interesses nestas Assembleias Municipais. É menos grave para uma Assembleia desta dimensão, tendo em conta a dimensão da nossa população, da nossa comunidade, mas é mais grave para outras Assembleias de maior porte porque a identificação, a regulação dos impedimentos que vêm mencionados no regime para este tratamento não está previsto uma entidade monitora no seio da própria

Assembleia, nomeadamente uma comissão de ética ou uma comissão de interesses que pudesse fazer essa supervisão para saber se há ou não há numa determinada votação um impedimento por parte dum Senhor Deputado.

A Mesa faz o seu trabalho com muito rigor e tenta acompanhar essas situações e os Senhores Deputados também têm obrigação de o fazer e porque podem chamar a atenção. Já tivemos aqui um caso uma vez, no anterior mandato, em que o Deputado Garrido do PCP levantou essa questão de impedimento relativamente a uma votação de um Senhor Presidente de Junta do PSD. Não se inova mais porque o enquadramento normativo não nos permite e isso é pena. Efectuamos sugestões que a nossa representante levou à comissão para que tivessem conhecimento daquilo que gostaríamos que fosse a nossa democracia local no século XXI. Sabíamos de antemão que esse trabalho terá que passar primeiro pelo legislador lá em baixo e, portanto, congratulo novamente o trabalho da comissão.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Antes de dar a palavra, uma observação a esta Assembleia lembrando que o trabalho de renovação e de revisão do Regimento é um trabalho inesgotado. Não se trata Senhores Deputados de um Catecismo ou duma Bíblia. Trata-se duma base de trabalho com regras que são da responsabilidade de todos através duma comissão e que tem em vista o melhoramento da nossa actividade e do decurso das nossas próprias reuniões.

Eu não gosto muito de maçar os Senhores Deputados mas é meu dever e dever da Mesa lembrar que as regras do Regimento são feitas por todos e são para respeitar. Os deveres da Mesa em estar a fazê-los respeitar são deveres iguais de cada um dos Deputados desde o mais destacado até ao menos visível e isso é um dever de que todos temos de nos de nos lembrar permanentemente.

A palavra então ao Senhor Deputado Carlos Fraga. Pediu a palavra?

A ordem de inscrição é essa, Baltazar Aguiar e Deputado Carlos Fraga.

O Senhor Deputado Carlos Fraga prescinde da palavra, é? Prescinde da palavra, mas tem tempo para intervir.

A Mesa como os Senhores Deputados sabem, orienta-se e rege-se pelo que os Senhores Secretários vão registando e não pelo que os Senhores Deputados nos fazem chegar. Nem sempre é fácil a observação visual. Senhor Deputado Carlos Fraga tenha a bondade de usar da palavra.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, vamos aqui sanar polémicas. As fragas não são assim tão pequenas que não se consigam fazer ver de uma forma visível nesta Assembleia.

Eu inscrevi-me de facto para este ponto antes do Senhor Deputado Baltazar Aguiar e os Senhores Secretários certamente têm essa responsabilidade.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Senhor Deputado vá directo ao assunto.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Ó Senhor Presidente, desculpe lá mas é sempre a mesma história.

Presidente da Assembleia Municipal:

Eu não tenho nada que desculpar Senhor Deputado mas tenho que pedir-lhe o obséquio de respeitar o Regimento. Estamos a discutir a Revisão do Regimento e Vª Exª deve ir directo ao assunto e ser objectivo. Estas discussões não interessam à Assembleia. Senhor Deputado, quando a Mesa fala o Senhor Deputado devia silenciar-se. Isso é uma regra universal.

A Mesa tem dado um testemunho franco e aberto de estar sempre disposta a acolher os Senhores Deputados. Portanto, o Senhor Deputado não se desvie do assunto, seja objectivo, respeite o Regimento e respeite a nós próprios.

Estamos na questão da Revisão do Regimento. Tenha a bondade, faz favor de usar da palavra.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

E façam favor de usarem de rigor e de isenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Senhor Deputado, eu peço desculpa à Assembleia e faça o favor de deixar ouvir a Mesa. A Mesa não pode aceitar que o Senhor Deputado fale em isenção.

Isenção é uma questão de grande dignidade e de grande preocupação desta Mesa e o Senhor com essa questão de falar de isenção ofende a Mesa na sua totalidade. Aconselho-lhe a que retire esse termo.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, não ofendi Vª Exª, não ofendi ninguém e apenas chamei a atenção para o rigor de como as inscrições são feitas.

A primeira observação que aqui me fica, com todo o mérito naturalmente desta Comissão de Revisão, é que esta Comissão de Revisão pelos vistos, o tal trabalho inesgotado, como o Senhor Presidente há pouco falou foi objecto apenas (pelo que constato) da Mesa desta Assembleia Municipal e de uma deputada do CDS/PP. Ontem numa outra Assembleia falava-se em divórcio entre o Governo e o PSD e hoje se calhar estamos aqui perante um casamento entre o CDS/PP e o PSD. Até que enfim, parece que se começam a entender.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados, atenção ao orador por favor.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, é estranho para mim, é confrangedor que desta Comissão de Revisão, que ficou aqui deliberado numa das reuniões desta Assembleia, os elementos que cada partido proporia ou nomearia e naquilo que me chegou à mão e mesmo dos signatários da revisão só vem lá uma assinatura, não aparece nada em concreto contra outra força que é a CDU, não aparece nada por parte do Partido Socialista e o tal trabalho inesgotado. Penso que um Presidente que preside a esta Comissão de Revisão, deve naturalmente fazer as diligências todas, necessárias e mais algumas para que haja a maior abrangência e a maior participação possível e aqui verifica-se o caso, 3 elementos que o Senhor Presidente nomeou, que foram: a Dr.ª Elina Fraga, do PSD, ela saberá porque não compareceu, o Deputado Fernando Pilão a mesma coisa. Se o Senhor Eng.º Baltazar foi ou não convocado, ele saberá responder por si, eu certamente é que não fui convocado.

Nós queremos uma democracia participativa do cidadão. Há quem diga que não há regimes perfeitos. O que será mais perfeito é o regime democrático é aquele no qual nós estamos é aquele pelo qual nós lutamos e está sempre num processo evolutivo. Eu fico seriamente preocupado que esta Comissão de Revisão, nomeadamente e contrariamente àquilo que o Senhor Deputado Rui Magalhães disse, (com todo o respeito), quando se diz, enfim, para benefício dos Senhores Deputados, eu não tiro daí essa ilação de benefício, antes de prejuízo. Prejuízo logo aqui na democracia participativa do cidadão, porque no art.º 20º e no ponto n.º 2, se formos a ler, do resumo da sua leitura parece-me evidente que resulta restringir ao mínimo a intervenção e destinada ao público.

Pressupõe que vamos estar perante uma comissão de censura a qual visa que o cidadão fale o menos possível e mais grave ainda é que se o assunto da intervenção não nos agrada porque o cidadão vai ter com antecedência que ter que se inscrever na Mesa, vai ter que dizer qual é o assunto em concreto e se o assunto não nos agrada, nós não autorizamos o cidadão a falar, pois fala-se ali também numa alínea que o assunto não poderá ser puramente político, isso é muito subjectivo também, há aí muita forma de interpretação, isso não é claro.

Eu discordo plenamente do art.º 20º, n.º 2 e o art.º 26º, n.º 2 e 3 e dizer aos Senhores Deputados que a nenhum eleito passe pela cabeça ter medo da democracia participativa do cidadão, pelo que deve prevalecer o art.º 39º do actual Regimento da Assembleia, excepto no n.º 6 que aqui foi falado também pelo Senhor Deputado Rui Magalhães, o qual eu penso que esta Assembleia aprovou e mal na altura, mas que foi chumbado posteriormente e bem sob proposta da CDU, por isso é que o retiraram, porque era inconstitucional.

Quanto à matéria proposta, relativa aos Senhores Deputados municipais, o art.º 23º, n.º 1 e 2 e o art.º 24º, n.º 1 e 2, também daqui se retira ou se resume que as intervenções dos Senhores Deputados passam a ter menor poder interventivo, parece que também aqui o objectivo é silenciar ao mínimo este órgão fiscalizador. Não estamos a falar em concreto nesta ou naquela força partidária. Estamos a falar e referimo-nos a esta preocupação para com todas as sensibilidades políticas, aquelas que hoje aqui estão presentes e aquelas que poderão estar também futuramente. Parece que o objectivo é silenciar ao mínimo este órgão fiscalizador porque uma das incumbências e muito importantes da Assembleia Municipal é de ser fiscalizadora das actividades do Município.

E a confirmar-se este objectivo, é caso para perguntar para que serve a eleição de uma Assembleia Municipal. Em conclusão, deve prevalecer o artigo 40º do actual Regimento da Assembleia. Caso contrário, consideramos este novo articulado que resulta desta revisão, consideramo-lo seriamente antidemocrático e penso que não pode ser votado na generalidade. Também era uma questão que eu perguntava à Mesa, se vai ser votado na generalidade ou se vai ser votado na especialidade, se há alterações ou não há alterações, era isto que eu queria que o senhor Presidente para já me respondesse e depois usaria novamente da palavra, caso seja necessário.

Presidente da Assembleia Municipal:

Segundo as normas regimentais em vigor até aqui, cada Deputado neste período da ordem do dia, lembro mais uma vez, tem 15 minutos na primeira, 10 na segunda e 5 na terceira, o que corresponde a 30 minutos. Portanto, o Senhor Deputado utilizou dentro do Regimento, daí que a Mesa não tenha chamado a atenção. Intervirá dentro do que está regimentado.

Devo dizer-lhe que no que respeita à metodologia utilizada na votação, as comissões que preparam, por isso é que são nomeadas e não foi o Presidente que nomeou. Senhor Deputado, aproveito para o informar e esclarecer disso porque pelos vistos ignorava. Não é o Presidente que nomeia porque não tem competências para o efeito. São os partidos ou os seus chefes partidários, neste caso municipais, que dão a entender quais são as pessoas representativas.

O debate deve vir preparado para a generalidade, penso que a revisão – esta é mais uma dentro dos tempos em que aqui nos encontramos na Assembleia - deve ser votada na generalidade porque votada na especialidade quase seria uma sessão só para esse efeito.

Tem a palavra agora o Senhor Deputado Baltazar Aguiar.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu gostaria de dizer ou reafirmar mais uma vez que o grupo parlamentar do Partido Socialista candidatou-se à Assembleia Municipal com o lema que era da participação cívica e do apelo a todos para participarem na coisa pública. Este foi o nosso denominador comum.

Desde sempre este lema para mim foi muito caro e tenho várias testemunhas aqui presentes de que sempre que me foi colocada esta questão da minha participação cívica eu sempre disse presente.

Este é o ponto prévio que eu queria aqui colocar para passar à questão seguinte.

Parece que nos tempos actuais há registo de tudo, eu não fujo a isso e a minha actividade política começa primeiro pela participação e pelo conceito da participação cívica.

O Secretário e redactor informou-nos de que à primeira reunião eu teria chegado com uma hora de atraso, não vou discutir se foi meia hora, se foi ¼ hora, se foi uma hora, mas vou dizer aquilo que me foi dito: "olhe, chegou atrasado, já saiu daqui a deputada do CDS/PP e eu depois farei nova convocatória".

Devo dizer que ontem à noite, e por força disto, estive a verificar a minha caixa de correio (não estou a dizer que não foi enviada) e não encontrei, não estou a pôr em causa, por qualquer motivo, pelos meus afazeres profissionais, eventualmente, porque a minha vida é outra, ganho dinheiro doutra maneira, mas não tenho isso registado na caixa de correio. Algum problema pode ter acontecido mas que fique bem claro esta questão da participação cívica.

A segunda questão que eu queria colocar é uma pergunta que eu gostaria de deixar à Assembleia Municipal. Há história de alguma Assembleia Municipal ter sido adiada por não terem sido possíveis as intervenções serem feitas nesse dia? Eu perguntei a membros de Assembleias Municipais anteriores e todos me disseram que não tinham (não sei se aqueles mais antigos se recordam de alguma Assembleia Municipal não poder ter sido realizada no dia em que estava convocado, por excesso de intervenções) conhecimento de isso ter acontecido.

Se isso nunca aconteceu, a pergunta que se põe é porque diminuir o tempo das intervenções. Se não há memória de isso ter acontecido, que razão leva a que o tempo das intervenções seja diminuído. Se hoje os munícipes não intervêm, pode ser que amanhã intervenham e a nossa posição devia ser exactamente ao contrário. Devia ser fazer tudo para que os munícipes participassem e viessem cá. Esse deveria ser o nosso empenhamento e não ao contrário.

Quer Antes da Ordem do Dia, quer na Ordem do Dia, há limitações sucessivas de tempo, porquê, querem-nos calar? Essa é a pergunta.

Eu gostava de ver uma preocupação maior que era fazer-se sair a Assembleia Municipal das quatro paredes, ou seja, aquilo que aqui se diz, os temas que aqui são trazidos, serem levados aos munícipes de Mirandela, não vejo esforço nenhum nesse sentido.

A própria comunicação social só quer saber do que aqui se diz quando isso faz parte da agenda da Câmara Municipal de Mirandela. Fora disso não lhe interessa o que se passa na Assembleia Municipal. Quando é um assunto que não está na Agenda da Câmara Municipal de Mirandela não interessa à comunicação social mas quando é um assunto que interessa à Agenda da Câmara Municipal a comunicação social está presente e interroga-nos. Não se deve reduzir o tempo das intervenções e a voz a quem quer e a quem se prepara e a quem faz o trabalho de casa para aqui contribuir fisicamente para a evolução do concelho.

Por essas razões, por nos quererem calar, esta é uma questão política, nós votaremos contra este Regimento, sobretudo pela diminuição do tempo, quer para os Munícipes, quer Antes da Ordem do Dia, quer na Ordem do Dia. Por essa razão, por nos quererem calar e nós não nos deixamos calar, votaremos contra este Regimento.

De resto, em todo o resto eu gostava de dar os parabéns pelo trabalho desempenhado porque a obra é meritória e ficam aqui os meus parabéns.

Na questão política eu tenho que dizer claramente não, votaremos contra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado pelas palavras elogiosas e de parabéns. Os trabalhos devem ser sempre apreciados, é uma questão de justiça, mas Senhores Deputados não houve da parte dos elementos que participaram neste trabalho de revisão qualquer objectivo de cercear ou de limitar a palavra e a expressão dos Senhores Deputados. De modo algum isso podia acontecer.

Acontece, porém, e temos chamado a atenção desta câmara para o efeito, que na verdade os tempos de utilização da palavra no Período da Ordem do Dia eram manifestamente excessivos e poderiam redundar num prolongamento inaceitável das sessões da Assembleia. Daí que seria sempre muito importante a participação de todos ou dos seus representantes na discussão destes assuntos.

Não vamos em demagogia, longe de mim utilizar tal palavra, porque os argumentos, sejam eles quais forem, desde os mais humildes aos mais eruditos, merecem-me igual respeito, mas o trabalho devia ser feito, devíamos melhorar o nosso Regimento, porque se compararmos com outros Regimentos de outras Assembleias ao longo do País, há-de ver com certeza que as coisas não são como na nossa casa porque o objectivo foi melhorar. O caminho que seguimos desde o início dos trabalhos até ao final, pode naturalmente ser comentado e pode ser criticado. Mas estamos cá para isso, para o fazermos serenamente, respeitosamente, porque só temos um objectivo, um único objectivo, melhorar, melhorar, melhorar.

Quanto ao facto de que o que aqui se passa, as nossas discussões, os nossos comentários, as nossas sugestões não cheguem lá fora, eu não direi uma palavra sobre a comunicação social, porque essa me merece profundo respeito.

Tenho vivido nos últimos dias na cidade do Porto uma questão de participação activa, de vivência permanente por causa de uma grande questão social do equipamento de saúde, com a comunicação social.

Há críticas a fazer, elas deverão fazer-se em voz alta e por escrito mas da boca do Presidente da Assembleia Municipal não sairá uma palavra do que aqui foi dito sobre o papel e o desempenho da comunicação social.

Estão mais dois Deputados inscritos: Deputado Rui Magalhães e Deputado Luís Sousa.

Tem a palavra o Deputado Rui Magalhães.

Deputado Municipal Rui Magalhães:

Tal como eu disse, foram analisados quase ao pormenor 86 regimentos de outras Assembleias Municipais porque para se fazer o que quer que seja, na minha opinião, esta pelo menos é a metodologia que eu defendo, é importante também saber o que os outros andam a fazer.

São tantas coisas que eu tenho algum receio de me perder e vou tentar não me perder.

Vou apenas dar um exemplo.

Em relação ao Período de Intervenção Aberto ao Público, que aqui foi falado quer pelo Deputado Carlos Fraga quer pelo Deputado Baltazar Aguiar, posso-lhes dizer que a Assembleia Municipal de Mirandela é pioneira a esse nível e eu desafio as pessoas a encontrarem noutros regimentos dois períodos de intervenção abertos ao público. Eu só encontrei isso em três regimentos. Isso é cercear a intervenção e a participação cívica? Eu acho que não. Se vocês contabilizarem os dois períodos de intervenção aberto ao público, o público pode intervir 60 minutos. Não me parece

que seja assim tão pouco tempo de intervenção e é mais do que suficiente para que o público possa aqui vir intervir e infelizmente isso não acontece, nós sabemos bem. Eu sou Deputado municipal há nove anos e só me lembro duma sessão da Assembleia Municipal em que houve intervenção de três pessoas do público.

As pessoas têm oportunidade de aqui vir, nós não estamos aqui a limitar a liberdade de expressão de ninguém, nunca foi essa a nossa intenção e volto a dizer: a Assembleia Municipal de Mirandela é uma das assembleias do País que mais tempo de intervenção dá aos cidadãos.

E se quiserem (eu também não me queria alongar muito) eu também fiz essa análise por partidos políticos. Isso pode até eventualmente não interessar mas a nossa preocupação foi saber até que ponto havia aqui questões políticas ou ideológicas relacionadas com a liberdade de expressão. Posso-lhe dizer que os regimentos que prevêem mais tempo de intervenção quer aos Deputados municipais quer ao público são do Funchal (aquele arquipélago em que toda a gente diz que não há democracia) e são de Vila do Porto, que também é por acaso do PSD.

Vou dar só mais alguns exemplos:

Barreiro da CDU permite apenas 20 minutos de intervenção ao público, num único período de intervenção. Sesimbra, que também é da CDU, permite 60 minutos no início dos trabalhos. Montijo do PS, 30 minutos apenas no início dos trabalhos. Grândola do PS, 20 minutos apenas para intervenção do público. Só mais um exemplo: Trofa, 30 minutos de intervenção do público, isto sem contar os períodos de Antes da Ordem do Dia.

Vejam Lisboa, que também é do PS, que tem uma norma que diz o seguinte:

"O mesmo município não pode usar da palavra por mais de duas vezes em cada período de seis meses". Chegam a este pormenor que nós aqui não temos. Se forem a Vila Nova de Cerveira, o PS distribui o tempo de intervenção, tal como acontece com outros municípios e com outras assembleias municipais, de acordo com a representatividade política dos partidos, ou seja, cada partido político tem um determinado tempo de intervenção consoante a sua representatividade. Nós não optamos por essa solução.

Para concluir, dos tais 86 regimentos que eu consultei, em 51 regimentos, o tempo de intervenção aberto ao público é menor. Como é que nós pretendemos limitar a liberdade de expressão? Não, o que nós fizemos foi dar alguma coerência ao Regimento.

Na nossa opinião, os tempos que existiam no Regimento anterior eram demasiado extensos e poderia permitir que as sessões da Assembleia Municipal se eternizassem e vocês sabem perfeitamente que a partir de determinada altura as pessoas também se começam a cansar e se calhar a maior parte das pessoas já nem ouve nada.

Quer dizer, se calhar os grupos municipais têm que se organizar para em vez de 7, 8 ou 10, seja o que for, que falem todos. Em vez de falarem só dois ou três, podem falar todos. Organizem-se porque eu acho que o Regimento permite isso e não vejo qual é o problema.

Só para dar outro exemplo, que este não tem a ver com o PS, não tem a ver com a CDU, não tem a ver com, ninguém mas é só para terminar.

Câmara de Lobos, diz o seguinte: "as sessões da Assembleia Municipal devem começar às nove horas e terminar às treze, ou às treze e trinta, se houver intervenção do público".

Mais, no Período de Antes da Ordem do Dia, é verdade que nós tínhamos um período extra de 60 minutos que passou para trinta, mas também não se esqueçam que nós já vamos para além daquilo que a lei permite. Se lerem o artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela 5-A/2001, de 11 de Janeiro, diz assim: "*Em cada sessão ordinária dos órgãos autárquicos, há um Período de Antes da Ordem do Dia, com a duração máxima de 60 minutos para tratamento de assuntos gerais de interesse para a Autarquia*". E garanto-lhes que a maior parte dos Regimentos tem de facto estes 60 minutos e alguns até menos no Período de Antes da Ordem do Dia.

Portanto, meus Senhores, aceito que se viva em democracia. Sei que os Regimentos são sempre documentos algo complexos. Sei que cada um tem a sua opinião mas acreditem que não foi de forma nenhuma nossa intenção calar quem quer que fosse. E volto a dizer, nós entendemos que este Regimento a ser aprovado, permite intervenções razoáveis mais que suficientes, quer dos Deputados municipais, quer do público e o público que venha. Nós sempre estivemos receptivos a isso, não há qualquer tipo de problema, que venham assistir, que venham colocar questões que nós estamos aqui precisamente para servir o interesse público.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/ Independente):

Senhor Presidente, muito brevemente só para dizer ao Senhor Deputado Fraga que não lhe reconheço estatuto de diácono para celebrar matrimónios nesta casa.

Vamos ao seguinte: eu acho que há aqui duas questões que importa frisar e eu começaria pelo seguinte:

Aconselhar o Senhor Deputado Fraga a ler as intervenções que foram feitas pelo Deputado Garrido e por mim, quando aqui foi defendido vincadamente pela Dr.ª Elna nesta bancada para colocar o tal travão que o Tribunal veio dizer que não era possível.

Eu alertei aqui (é claro que eu não sou jurista) e quem estava a defender a regra era uma doutora das leis. Eu disse, olhe que isto vai falhar...ai deixemos correr para os tribunais. Pronto falhou de facto e o Regimento é feito destas constantes emendas, destes constantes erros e é também um processo de aprendizagem.

Aquilo que eu gostaria de facto, para não cairmos também em erros grosseiros, porque isso foi um travão grosseiro e ainda bem que foi retirado, não era preciso ordem do tribunal porque era uma coisa de bom senso.

Há aqui duas passagens que mereciam uma pequena correcção de português para que não houvesse problemas.

O Senhor Secretário mencionou, e bem, que há duas intervenções abertas ao público e que cada uma delas tem 30 minutos, mas se lermos o artigo 26.º ponto 3. diz: "o período de intervenção aberto ao público, tem a duração máxima de 30 minutos". Era preferível dizer: "cada período de intervenção tem duração máxima de 30 minutos". Cada tem 30, dá 60. Isso é uma questão de português.

Há aqui uma questão que eu acho que um bocadinho mais grave e eu vou explicar porque somos capazes de cair no mesmo erro grosseiro do tal travão e é até uma questão muito simples, que é a distribuição dos lugares na sala.

Há aqui uma referência directa às formações que foram eleitas neste mandato e nós não deveríamos incluir isso dessa maneira porque nós não sabemos o que é que o futuro nos traz. Amanhã podemos ter cidadãos eleitores, podemos ter o Bloco de Esquerda aqui representado ou alguns dos presentes até deixarem de estar aqui representados.

Eu optaria, no ponto 4 do art.º 8.º, por dizer o seguinte: os membros da Assembleia Municipal tomam lugar na sala, pela forma acordada entre o Presidente e os representantes dos grupos municipais independentes eleitos. Na falta de acordo, a Assembleia delibera.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

É só para dizer o seguinte: os Regimentos das Assembleias são revistos de 4 em 4 anos e são adaptados à realidade de cada um dos 4 anos. Será fácil depois alterar o que houver de alterar, se não demormos muito tempo. Mas foi uma opção, agradeço na mesma a sugestão.

Presidente da Assembleia Municipal:

Está a pedir a palavra o Senhor Deputado Carlos Fraga. É sobre a questão do Regimento, não é Senhor Deputado Carlos Fraga?

Mas eu acho, Senhores Deputados, que esta questão da localização dos Senhores Deputados integrados em grupos municipais merece da parte da Mesa ou de algum Senhor Deputado que tenha pertencido à comissão alguma explicação e permitam-me que lembre: a distribuição de lugares numa Assembleia ou num hemiciclo, vem de há 200 anos e da Revolução Francesa. É uma disposição universal e daí que nós nas nossas intervenções utilizemos muitas vezes a direita, a esquerda e o centro e tem a sua razão de ser. Esta é uma justificação que não é teórica mas histórica, mas é muito importante.

Mas, Senhores Deputados, nós convivemos muito uns com os outros e felizmente, e sabem bem, que isto tem sido uma nossa preocupação de alterarmos, tem havido aqui, perdoe-me e eu vou assumir o peso da palavra que vou utilizar, tem havido aqui algum desmazelo que recairá só em mim mas eu acho que com o trabalho de todos nós vamos modificar a nossa disposição na Assembleia.

Senhor Deputado Carlos Fraga, faça favor. Aproxima-se a hora do almoço e teremos que interromper os trabalhos logo a seguir à votação.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Senhor Presidente, para minha surpresa (eu sorri também) a vida tem destas coisas. Desconhecia que eu tenho o estatuto de diácono porque a hierarquia da Igreja ainda não mo concedeu. Tenho ministérios lá em casa que são coisas diferentes mas pelos vistos o Senhor Deputado do CDS/PP sabe mais do que eu e quis-me ele atribuir essa função mas não é ele que ma vai atribuir e também não é esse o meu intuito de estar a exercer essas funções.

Presidente da Assembleia Municipal:

A Mesa registará a informação.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Queria também dizer que muita gente entra muda e sai calada mas não temos culpa disso. Eu não sou desses. Sou Fraga, mas não sou mudo, por conseguinte, e sendo eleito pelo povo, é para representar o povo e é para defender o povo e não gosto de ser "prensado" a um período reduzido de tempo em matéria às vezes extremamente importante e sensível e quem teve o cuidado, porque acredito que muita gente, não é que seja mal intencionada, mas que por outros afazeres não tiveram o cuidado de ler esta revisão e eu vejo que afecta aqui gravemente em questão de tempo porque nós temos aqui situações em que há uma redução de mais de 50% do tempo que estava predestinado a qualquer elemento desta Assembleia Municipal.

Não tenho memória de esta assembleia ter de continuar no dia seguinte ou de ser adiada por excesso de tempo e de intervenções dos Senhores Deputados. O que aqui se quer fazer com esta reformulação é chegar aqui às 09h30, não começa às 09h30, começa às 09h40 ou às 09h45 e à hora de almoço vamos todos embora. É assim que nós estamos a defender os interesses do nosso concelho? É assim que nós estamos a ser os porta-vozes daqueles que nos elegeram? Não. Então aqui não há mérito mas há défice e como há bocadinho não frisei, no art.º 25.º agora proposto, nomeadamente quando se fala na defesa da honra, que actualmente são cinco minutos e em princípio se pretende restringir o tempo para apenas 3 minutos...chega, para muitos até se calhar era melhor nem haver nada, era zero...uns dizem aquilo que lhe apetece e outros não diriam nada.

Já assistí aqui na qualidade de cidadão a episódios infelizes (aplico este termo) em que alguém se sentiu ofendido na sua honra e tinha o direito de se defender e mesmo com os cinco minutos e com alguma tolerância da Mesa, também é bom que se diga, não pôde dizer grande coisa, quanto mais agora estamos a reduzir a defesa da honra dos cinco minutos para os três minutos. Eu penso que conforme o actual artigo 38º, n.º 6, deve prevalecer. Há outra situação também que me parece que está omissa que tem a ver com os Senhores Vereadores, porque diz-se e bem, honra seja feita, porque eu presenciei na qualidade de cidadão, em muitas Assembleias Municipais anteriores que os Senhores Vereadores da oposição, em regime de não permanência, estavam-se nas tintas e nunca apareciam aqui nesta Assembleia. Eles devem comparecer e sei reconhecer o mérito de há cerca de um ano para cá de ver efectivamente os Senhores Vereadores em regime de não permanência, que de uma forma bastante assídua têm participado e têm estado presentes, embora mudos, digamos assim, porque o regulamento não lhes dá para mais, mas que têm assistido às reuniões na Assembleia Municipal e falava-se também a esses vereadores no regime de não permanência de terem direito à senha de presença. Nesta revisão não vi nada que dissesse isso.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Está na lei...

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Ó Senhor Secretário está na lei mas era bom que estivesse aqui escrito.

Vou terminar a minha intervenção e queria dizer que a não serem alterados estes artigos e nestes pontos que eu falei porque não abduco de valores e de princípios que nascem com cada um de nós e com as pessoas e com todo o respeito de todos os presentes sem excepção, a não haver naquilo que eu frisei alguma flexibilidade, alguma alteração, eu só tenho a fazer uma coisa.

Em sinal de protesto e de indignação, retirar-me e o Senhor Presidente fará o favor de me avisar no momento da votação. Vou retirar-me desta sala e não participar na votação.

É assim, eu não tenho medo à luta e pede-se aqui em nome dos municípios, uma batalha material mas eu não estou para perder aqui batalhas morais. Ou seja, em nome desses valores dos quais eu não abduco, então a não mexer em nada daquilo que foi dito, eu vou retirar-me no momento da votação. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também Senhor Deputado Carlos Fraga.

Alerto os Senhores Deputados e recorro de que o procedimento e o comportamento de cada Senhor Deputado dizem respeito a ele próprio. A Assembleia não tem nada que lembrar ou que recordar o que quer que seja e aproveito também para dizer que a Mesa desta Assembleia tem sido sempre muito flexível no excesso de tempo e na concessão de tempo. Recorda e lembra que é necessário cumprir o Regimento e no que respeita ao cumprimento de horários julgo que temos cumprido com dignidade e com o rigor necessário.

Por outro lado, os nossos eleitores aqui representados não nos pedem longas permanências. Não, pedem-nos eficácia, trabalho profícuo e rigor, em suma, na linguagem de Mirandela, coisas que se vejam.

Senhor Deputado Miguel Ângelo tem a palavra, antes da votação.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Senhor Presidente, de facto eu queria colocar um pedido de esclarecimento na sequência de alguns dados estatísticos que aqui foram apresentados pelo Secretário da Mesa.

Sendo certo que em Portugal existem 309 municípios (não se esqueça de Olivença) e sendo certo que referiu ter consultado (que eu não acredito que o tenha feito de forma exaustiva) 86 regulamentos dum universo de 308, eu gostaria de saber qual é a sua opinião sobre o valor estatístico dessa consulta.

Ponto n.º 2: se os exemplos que deu do Montijo e de Grândola, por exemplo, se referem ao regulamento em vigor até agora ou se a um novo regulamento, ou seja, se os regulamentos que referiu eram regulamentos que diziam respeito a uma gestão da CDU ou do PS.

E por último, gostava de saber se encontrou nos 86 regulamentos que consultou algum que tenha sido, por absurdo e mesmo que não represente estatisticamente nada, se encontrou alguma Câmara do PSD em que o Período Aberto ao Público fosse apenas de 20 minutos. Obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Como fui instado a responder, responderei.

Eu consultei 86 Regimentos apenas porque nos portais dos municípios só lá estão 86. Por exemplo o de Mirandela tem mas confesso que até fiquei surpreendido porque um documento que me parece essencial não está publicado nos portais dos restantes municípios e essa foi logo a primeira surpresa.

Também posso dizer e já aqui disse, também encontrei alguns municípios, é verdade, que também têm tempos de intervenção de 20 ou 30 minutos do PSD. Também encontrei mas quem levantou as questões principais foram vocês. Posso dizer e não tenho qualquer problema em assumi-lo: Lagoa de Faro, porque há Lagoa também dos Açores, também tem um tempo de intervenção para o público de apenas 20 minutos. Aliás, posso enviar ao Deputado Miguel Ângelo os 86 regimentos que consultei já que não acredita que os consultei. Posso enviar-lhos por mail. Terei todo o prazer nisso. Pode vê-los todos e garanto-lhe que dá muito trabalho mas na minha opinião vale a pena. Eu entendi que o devia fazer e fiz. E volto a dizer, ainda bem que não havia mais regimentos publicados porque não teria tido tempo de fazer esta avaliação, mas fiz.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/ Independente):

Só para dizer ao Senhor Deputado Ângelo que Olivença não tem Assembleia Municipal, tem "ayuntamiento".

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há nada como a boa disposição, que é um óptimo aperitivo para o almoço.

Mais uma intervenção, Senhor Deputado Miguel Ângelo, faça o favor.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Agradeço a sua atenção Senhor Presidente e a sua boa vontade que geralmente tem para comigo. É mesmo porque vamos almoçar e é mesmo porque estamos em boa disposição.

Será que o "ayuntamiento" permite casamentos de pessoas do mesmo sexo no seu salão? Veja lá se me consegue esclarecer isso?

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados, estamos a desviar-nos do assunto e a Mesa vai utilizar o seu poder e a sua autoridade, passo a expressão, e então não havendo mais inscrições, vamos votar.

Quem vota contra? (Registar a saída do Senhor Deputado Carlos Fraga, no momento da votação)
Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:
O resultado da votação sobre o Regimento é o seguinte:

- Votos contra 7 (sete)
- Abstensões 1 (uma)
- A Favor 50 (cinquenta).

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:
Muito bem, está aprovado por maioria. Às 15 horas retomaremos os trabalhos. Bom apetite.

PONTO 4.3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de Setembro de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a presente alteração ao Mapa de Pessoal 2010 com a inclusão de cinco postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional – Sapador Florestal, motivada pela aprovação da Candidatura ao Programa de Sapadores Florestais da Autoridade Florestal Nacional;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

O favor da vossa atenção e vamos então para o Ponto 4.3 que é a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal. As inscrições dos Senhores Deputados. A Mesa não regista qualquer inscrição sobre este Ponto 4.3. Assim sendo, eu perguntava à Mesa do Executivo se há alguma informação a prestar? Não há.

Vou repetir, não há nenhuma inscrição, então passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade, alteração ao Mapa de Pessoal 2010 com a inclusão de cinco postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional – Sapador Florestal, motivada pela aprovação da Candidatura ao Programa de Sapadores Florestais da Autoridade Florestal Nacional."

PONTO 4.4 - PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de Setembro de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstensões (2 abstensões dos Senhores Vereadores do PS e 1 abstensão da Senhora Vereadora do CDS/PP), 4 votos a favor dos Senhores Vereadores do PSD, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o modelo estrutural misto, com as seguintes unidades orgânicas nucleares, sendo os departamentos unidades orgânicas de carácter permanente, aglutinando competências de âmbito operativo e instrumental, integradas numa mesma área funcional.

Serão eles:

- Departamento de Administração Geral, Finanças e Modernização (DAGFM)
- Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território (DUOT)
- Departamento de Construção, Manutenção e Operação (DCMO)
- Departamento de Educação e Assuntos Sociais e Culturais (DEASC)

- 2 – O número máximo de doze unidades orgânicas flexíveis, de vinte e nove subunidades orgânicas e de cinco equipas multidisciplinares;
- 3 – O estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares é equiparado ao do dirigente intermédio de 2º grau;
- 4 – Submeter esta deliberação à consideração da Assembleia Municipal.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Eu sobre este ponto gostaria de deixar aqui algumas considerações que têm a ver com a evolução do pessoal da Câmara e que me leva ainda a algumas intervenções que fiz no anterior mandato relativamente a uma proposta de regulamento de processo de selecção de pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado que esta Câmara apresentou aqui à Assembleia e que votámos contra a sua aprovação na altura porque a dita proposta no formato que nos fora apresentada não oferecia garantias suficientes para o estabelecimento de um processo de recrutamento assente na excelência, no mérito e na igualdade de acesso e de oportunidades.

Na altura quisámos questionar o Executivo se existia algum estudo objectivo e rigoroso que nos fizesse uma análise longitudinal e funcional das necessidades e da evolução dos recursos humanos nesta Câmara.

Esse estudo nunca nos foi facultado. O Executivo vem agora propor a esta Assembleia uma Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais, uma medida que reveste da maior importância para o funcionamento da Autarquia mas que sofre também do mesmo pecado original, isto é, falta de fundamentação e de informação dos grupos políticos com representação nesta Assembleia.

Os membros da Assembleia não podem ser chamados a pronunciar-se às escuras sobre uma matéria que é sensível e que tem implicações directas e financeiras para as finanças do Município e a proposta que foi submetida sem o envio de documentação que informe o teor e alcance dessa medida deixa-nos nessa situação de não compreensão do alcance da reforma.

A proposta menciona a existência de um relatório de avaliação efectuado sobre as necessidades e reestruturação dos serviços e de racionalização dos recursos humanos, cuja autoria e conteúdo desconhecemos.

De facto, o desenvolvimento verificado nas atribuições e competências das Autarquias Locais exige que as mesmas se dotem de estruturas e recursos humanos, de modo a poderem responder às solicitações dos Municípios, assegurando uma maior coordenação técnica e funcional.

Contudo, essa reestruturação dos serviços e de racionalização de recursos humanos deve ser proporcional e adequada às exigências.

Por outras palavras, a evolução dos recursos humanos tanto pode significar um aumento em determinados sectores como uma redução ou uma transferência e reorganização noutros. Tanto pode implicar a contratação de pessoal a tempo indeterminado como outsourcing ou a contratação a tempo determinado com possibilidade de renovação ou recurso à Bolsa de Emprego Público.

Em todo o caso, a política de pessoal deve reger-se pela viabilidade e sustentabilidade orçamental da Câmara e evitar uma situação de insolvibilidade financeira, com que os seus herdeiros se depararão num futuro próximo.

Hoje de manhã foi aqui referido que quando tratamos este tipo de matérias gostamos de trazer dados porque, como disse, opiniões todos temos a nossa, cada um tem a sua, os dados podem ser interpretados de maneira diferente e por isso estamos cá para os discutir. E eu trago-vos então aqui alguns dados que de certa maneira trazem luz às contratações que têm sido feitas a nível de poder local e talvez se desconheça que as Autarquias têm sido, não apenas mas também, um dos principais co-responsáveis pelo aumento desgovernado de funcionários, contrário às regras de contenção que têm vindo a ser anunciadas de contenção de despesa pública e que são de resto recomendadas pelas instituições financeiras mundiais e europeias.

Tudo isto nos leva a pagar uma dívida muito mais cara lá fora e todos nós contribuímos, (como aqui também já foi dito "grão a grão a galinha enche o papo") também as autarquias contribuem para este desmazelo.

Os números falam por si.

De acordo com o balanço social dos municípios de 2009, as Câmaras Municipais apresentam um total de 134.374 trabalhadores, mais 9.732 trabalhadores do que em 2008.

Certamente que esta subida se justifica em parte pela descentralização de competências para as Autarquias, nomeadamente ao nível do ensino, da protecção civil e de outras áreas. Contudo, estamos bem longe da regra de uma entrada por duas saídas que o Senhor Ministro das Finanças apregoou e que nem o Governo nem as Autarquias têm cumprido.

Basta referir que em média há um trabalhador municipal por 78 habitantes (por acaso não sei qual é o rácio na nossa autarquia, mas gostava de saber quantos habitantes serve um trabalhador da Câmara Municipal de Mirandela).

As autarquias gastaram dois mil milhões de euros com o pessoal e são por esta ordem co-responsáveis pelo endividamento financeiro deste país.

Os aumentos salariais nas autarquias foram em média de 3,3% contra 2,9% da Administração Central para o ano de 2009. Só de prémios de desempenho, (estamos a falar de prémios de desempenho, isto porque é preciso ter em conta que a criação de empresas municipais, de institutos, de fundações e outros organismos dessa natureza, muitas das vezes têm servido propósitos pouco claros) foram desembolsados 847.000 euros. Quanto ao método de recrutamento, não se tem primado pela qualidade e sustentabilidade. Não só as autarquias têm trabalhadores em excesso como estes se encontram em situação contratual precária e apresentando baixos níveis de formação.

A inexistência de restrições na gestão de recursos humanos tem servido para as autarquias admitirem pessoal a recibo verde indiscriminadamente, sobretudo no que concerne a técnicos superiores.

O número de trabalhadores a recibos verdes nas Câmaras aumentou 25,6% entre 2008 e 2009.

Quanto ao método de progressão de carreira, que também é importante e também pesa nas finanças das autarquias, impera a subserviência dos funcionários ao poder político. De acordo com um relatório da DGAL, a maioria das progressões de carreira, e estamos a falar de 51%, foram feitas através de três critérios: idoneidade, isto é, a longevidade de carreira, avaliações de natureza subjectiva, entrevista de desempenho e, sobretudo, o mais importante, existindo verba. Desde que haja verba progride e se não houver verba é que as coisas se tomam mais difíceis.

Importa também não esquecer que quem criou as condições, de certa maneira, para este abuso foi este Governo que no passado mês de Junho – daí eu estou a relembrar a intervenção que o Senhor Presidente fez há pouco relativamente ao PEC e ao tal travão que se tinha colocado – cedeu às exigências dos autarcas relativamente às regras de recrutamento e retirou a tal cláusula travão que previa uma retenção nas transferências do Orçamento de Estado para as Autarquias que não respeitassem os limites de endividamento.

Esta sanção foi retirada para que os Senhores Presidentes de Câmara (nem todos estarão no mesmo barco, mas sobretudo os dos dois maiores partidos, porque dos outros partidos a representação já é muito diminuta ou praticamente inexistente) pudessem gerir promessas de emprego que foram feitas em período eleitoral. Só que tudo isto tem um custo e nós andamos a brincar às políticas de emprego também a nível camarário e andamos a pesar nas contas da Câmara com recrutamentos que muitas vezes não têm qualquer estratégia. A única estratégia é uma resposta muito imediata à resolução de um problema de uma pessoa amiga, dum favorecimento, enfim, de questões que nós compreendemos e eu compreendo que às vezes há questões pessoais fortes que até se querem resolver mas nós não podemos entulhar as Câmaras de pessoal sem que isso tenha custos nas finanças e sobretudo custos no bolso dos contribuintes.

Concluindo e resumindo, esta proposta que vem aqui de reorganização de serviços camarários, não conhecemos o teor nem o propósito desta reorganização, porque não nos foi enviada. Eu enviei inclusive um e-mail ao Senhor Secretário, que foi reenviado para o Vereador que estava a tratar essa questão e não me foi respondido e também de qualquer das maneiras, mesmo que fosse respondido já não íamos a tempo porque estas matérias são demasiado sensíveis e importantes para ser tratadas no dia anterior e como não conhecemos o teor nem o propósito desta reorganização nem as suas implicações financeiras e, portanto, a nossa opção é que não vamos passar um cheque em branco e vamos optar pela abstenção. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também. Uma inscrição da Senhora Deputada Odete, faz favor pode usar da palavra.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Boa tarde. Peço desculpa do meu ar afogueado mas as mulheres de vez em quando mostram aos homens que têm que fazer assim umas coisitas, não é? Pronto.

Até tenho pena de não ter ouvido a intervenção do colega. Espero não me repetir em algumas questões ou alguns argumentos que terão sido produzidos.

Neste ponto, aquilo que nos apraz dizer (grupo municipal) é que de facto a Proposta de Reorganização dos Serviços Municipalizados, (se calhar até já peca por tardia) a exposição de motivos está bem elaborada, consubstanciada em legislação, o seu enquadramento. Nada a dizer e eu gostaria de ler o parágrafo da página 2, 5.º parágrafo.

Esta reorganização, pelo que nos foi dado entender, prende-se com aspectos de agilização, de optimização, etc., até porque a legislação ou organização da Câmara Municipal que nós conhecemos através dum organograma se calhar já se tomara obsoleta e as organizações crescem ou devem crescer precisamente numa base de previsão até de futuro, em critérios de organização, optimização, inclusivamente critérios de satisfação, operacionalização, trabalho cooperativo e por aí adiante.

Antes ainda de prosseguir, diz ainda na página 2, 5.º parágrafo, o seguinte: *"pretende-se com a revisão das estruturas, atingir objectivos de simplicidade de níveis hierárquicos e flexibilidade, comunicação e colaboração entre serviços, potenciando e optimizando recursos internos e externos."*

Eu acho que bastava este parágrafo (e nós não somos tontos, pelo menos entendemos que não somos, achamos que temos algumas competências para aqui estar) para perceber o que enforma esta reorganização dos serviços.

Contudo, temos aqui duas alíneas, b) e c) (já estou na página 3) que nos suscitam sérias dúvidas. A nosso ver devia ter vindo anexado ou ter já sido feito um novo organograma porque se mantém os quatro departamentos, eventualmente com uma outra semântica, mas diz assim a alínea b): *"o número máximo de doze unidades orgânicas flexíveis de 29 subunidades orgânicas e de 5 equipas multidisciplinares."*

Alínea c): *"o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares é equiparado ao do dirigente intermédio de 2.º grau."*

À partida parece claro mas a nós suscita-nos sérias questões. Gostávamos de saber em que é que isto consiste e se estas 5 equipas multidisciplinares com um dirigente com estatuto remuneratório dos chefes equiparado ao dirigente, não vão onerar o orçamento da autarquia.

Quanto à primeira parte da Ordem de Trabalhos, que é a Proposta de Reorganização dos Serviços Municipais, não teremos grandes coisas a dizer, excepto aquilo que está consubstanciado na parte final que é a partir de: *"assim sendo a Câmara Municipal de Mirandela propõe"* e gostaríamos de ser elucidados em que é que consiste esta reorganização e se onera ou não o orçamento municipal.

Penso que sucintamente é isso que pretendemos saber.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado, então o Deputado Faustino tem a palavra.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal, por uma questão de princípio, entendo que cabe ao Executivo gerir o potencial humano que tem na Câmara e, portanto, a reorganização é uma questão interna. Concorro totalmente com a ideia de uma lógica de racionalização dos serviços e daí eu pensar que desta reorganização resulta não só a eficiência como a economia.

Daí a minha pergunta sobre se os estudos que foram feitos levam a aumento da despesa com o pessoal. Se levarem ao aumento da despesa com o pessoal na medida em que estamos envolvidos numa guerra a aumento das despesas, eu não estou aqui para votar isso. Portanto, gostaria que alguém do Executivo pudesse assegurar que esta reorganização não traz um aumento das despesas. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições e então o Senhor Presidente tem a palavra?

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado pelas perguntas. Confesso-vos que esperava mais nesta matéria. Pensei que ela fosse objecto de mais conflitualidade ou de alguma discussão porque quando se trata de pessoal e de custos normalmente temos filosofias diferentes e nesta matéria nunca se agrada a todos. Por uma questão simples:

Como disse agora e bem o Senhor Deputado Faustino, é evidente que estas questões são do domínio interno da Câmara, são até por competência, exclusivas do Presidente da Câmara, nem são de partilha da Assembleia Municipal e, portanto, passam um bocado ao lado da Assembleia Municipal.

Perguntar-se-á e como é a primeira questão, então porque é que isto vem à Assembleia Municipal? E então começamos por aqui.

A reorganização é uma imposição da lei e não foi a Câmara Municipal de Mirandela que a quis fazer nesta altura. É obrigatório por lei e ela deve estar concluída até 31 de Dezembro de 2010.

A primeira questão a ficar clara é que nós, Câmara Municipal, até 31 de Dezembro, somos obrigados a fazer a reorganização do pessoal, sob pena do financiamento do próximo ano ser afectado sem esta reorganização.

Esta é a primeira ideia geral que tem que ficar explícita. Daí nós optarmos ou por esta Assembleia ou pela próxima que era antes de 31 de Dezembro. Como a próxima pode calhar perto do final de Dezembro porque normalmente se marcam até depois do Natal, depende dos calendários que cada um tiver nesta matéria, achamos mais prudente fazê-lo agora e poder cumprir o calendário até 31 de Dezembro.

Porque é que vem à Assembleia Municipal? Porque a lei prevê que o que é o princípio geral da reestruturação seja aprovado na Assembleia Municipal e daí não compreenderem, e bem, os membros da Assembleia Municipal toda a orgânica que vai seguir-se porque só é da Assembleia Municipal a aprovação dos princípios gerais em que vai assentar a reorganização das Câmaras Municipais. E quais são os princípios gerais? São os departamentos que a Câmara vai criar e esses têm que ter nome e depois basta apontar para aprovar o número máximo de unidades orgânicas e sub-unidades orgânicas ou de equipas multidisciplinares. Rigorosamente mais nada, o que é muito pouco para uma Assembleia Municipal ou para qualquer Município perceber o sentido da reestruturação porque essa reestruturação só vai acontecer, em termos práticos e de organograma, depois desta aprovação na aprovação da Câmara.

Nós escolhemos este princípio geral por uma questão que vos digo com toda a clareza que pode ser discutível por cada um mas da minha experiência destes anos de Câmara, porque é que optamos por este modelo?

Primeiro: porque ele é flexível, isto é, permite em qualquer altura, quem entra para uma Câmara Municipal, depois de passados os prazos, que normalmente são de três anos e das respectivas comissões de serviços das respectivas chefias, pegar na Câmara e reestruturá-la à sua maneira, às suas ideias, aos seus princípios, às ideias que tem para o futuro da Câmara Municipal. Isso não acontecia no passado porque a estrutura orgânica era fixa. Ninguém podia mexer porque não havia flexibilidade de aproveitamento funcional quer da estrutura, quer dos trabalhadores. Portanto nós, fazemos isto em termos de um princípio geral abstracto dizendo apenas quais são os departamentos, quantas divisões e quantas subunidades e depois a criação de cinco unidades orgânicas, como aqui vem, que podem ser flexíveis.

Isto depois de aprovado, dá o quê? Dá o indicador máximo que a Câmara pode ter, seja hoje seja daqui a dez anos, enquanto não houver nova reorganização do Quadro Municipal.

Perguntar-me-ão, custa muito? Pouco? Ou nada? Ou menos? Ou mais? Depende do que cada Câmara aprovar.

Esta estrutura conforme está montada é para ter menos custos do que o que tinha. Basta cumprir as exigências que tem actualmente a Câmara Municipal e as limitações financeiras que vai ter.

Mas pode permitir no futuro a quem quiser e se houver mais competências para as Câmaras Municipais, prover lugares que fiquem livres. Porquê? Com uma explicação simples: a Câmara actualmente tem quatro departamentos e eu posso só querer preencher três e isso vai depender da aprovação da Câmara ou da proposta a levar à Câmara, de quantos departamentos vão aparecer na unidade. Só vamos prover aquelas que aprovamos na Câmara Municipal sobre a respectiva estrutura. Temos é o máximo que pode atingir e o máximo que pode atingir vai depender de cada estrutura até este máximo que fica aprovado. Onde é que está aqui a flexibilidade? É que se eu tenho como prioridade no mandato, obras, eu posso fazer equipas multidisciplinares se entender sobre obras e depois mudar-lhe a função passado tempo para outra estrutura, que é, por exemplo, educação. Se não tiver dinheiro para obras posso ter que pôr os funcionários e as chefias a funcionarem em educação ou em protecção civil ou noutra matéria qualquer. A outra estrutura é de tal maneira fechada que eu tinha que manter as estruturas e não podia pô-las ao serviço das prioridades da Câmara Municipal. Daí ser uma estrutura flexível que pode acabar a qualquer momento. Não acabam os trabalhadores mas podem-se-lhe é mudar as funções e os objectivos e essa é uma faculdade que esta situação permite.

Respondendo às questões concretas do que aprova a Assembleia é se vai custar mais ou se vai custar menos. Vai custar menos de certeza a proposta que nós vamos fazer porque temos um objectivo de reduzir os custos que temos com pessoal. Depois ficará espaço para em qualquer altura, com qualquer situação, conforme o que entenderem, fazerem aquilo que quiserem, cada Câmara que cá chegue.

Eu dou-vos um exemplo concreto: depois destes anos todos eu podia chegar à conclusão de que se tivesse três vereadores podia não precisar dos directores de departamento. Com esta reestruturação orgânica, no fim dos três anos, posso acabar com o preenchimento desses lugares. Na outra que existia não posso. Tenho que os manter, mesmo acumulando funções com o respectivo vereador ou vice-versa, se isto fosse levado ao extremo ao que cada um entendesse.

Nessa perspectiva, nós só definimos os princípios gerais com uma estrutura flexível. Só vamos saber e aí é que vai a Assembleia ter a certeza se se tem pouco ou muito custo mas têm que acreditar que a vontade é esta e depois da Câmara aprovar a orgânica definitiva que vai abrir para preencher os respectivos lugares do quadro de pessoal.

Em relação ao que disse o Luís Sousa, destes dados que fundamentou sobre as Autarquias e esse estudo é nacional. Deveríamos compará-lo também a um estudo nacional que existe sobre as 20 empresas públicas que tem o Estado. É que nós estarmos a falar desse estudo de 308 municípios que cumprem por complementariedade funções no terreno do próprio Estado e às vezes do próprio Governo mas se pegarmos nas 20 empresas públicas estamos com dezoito mil milhões de euros de endividamento público e isso em relação às 308 autarquias é uma coisa fora do comum.

É verdade que temos que poupar todos mas temos que comparar os estudos porque uns têm que poupar mais do que outros com toda a certeza absoluta, porque dezoito mil milhões de euros são o custo das dívidas de 20 empresas públicas em Portugal neste momento e estas situações é preciso compará-las funcionalmente.

O que interessa à Câmara de Mirandela em dizer sobre isto nesta comparação é que nestes três anos passaram para a Câmara 200 trabalhadores, mais precisamente 202, do Ministério da Educação. Se lhe retirarmos estes 202 que passaram para a Câmara, comparando no quadro de pessoal de cinco anos atrás, nós temos menos 37 funcionários no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Mirandela. Isto é um dado real e objectivo. Nós pretendemos que com a proposta a apresentar cheguemos a menos 50 funcionários no total do que tínhamos há 5 anos atrás porque só assim é que cumpre os 10% de redução que nós tínhamos intenção de atingir naquele plano de despesa e contenção que fizemos.

Estes são os dados objectivos que nós podemos disponibilizar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem, então não há mais ninguém inscrito, vamos votar.
Está a pedir a palavra? Faça favor Senhor Deputado Miguel Ângelo.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Muito obrigado Senhor Presidente.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, vou ser muito breve porque fiquei um pouco mais confundido com a explicação que foi aqui avançada do que aquilo que era a minha ideia inicial.

Eu não faço ideia quantos modelos de reorganização de municípios é que o Dr. Rui Magalhães terá consultado para dar o seu contributo a esta proposta ou até se terá adjudicado esse serviço ao CDS/PP dadas as circunstâncias de ter apresentado aqui tão minuciosamente dados do que se passa a nível nacional.

É evidente que os dados são importantes mas o que é importante é não cairmos nesta lógica apenas de discutirmos dados a nível nacional como aqui foi um pouco esgrimido também pelo Presidente da Câmara. Se existem disparidades, eu acho muito importante que os municípios no local próprio as discutam.

Na óptica de uma Assembleia Municipal é uma discussão que não me parece que adiante muito constatarmos que a Administração Central eventualmente gasta mais do que a Administração Local ou exactamente o contrário.

Pode ser um exercício académico muito interessante e acredito que é muito interessante. No entanto, para a lógica da própria reorganização dos serviços não vejo que adiante muito.

Em 2.º lugar, a proposta que aqui é apresentada e a defesa que aqui foi feita a essa proposta não coincidem porque há dados que nos são dados a conhecer hoje e certeza relativamente à despesa que não vai aumentar como aqui foi dito e até ao número de funcionários que vai diminuir mas esse fundamento não aparece na proposta. E a proposta fala em aspectos que, sob ponto de vista técnico, eu subscrevo absolutamente por inteiro, que são a eficiência dos serviços, a melhor organização, a melhor comunicação, em relação a estes conceitos. Nada a dizer mas o que não surge claro é que como é que esses resultados surgem por força da aplicação desta reorganização.

Portanto, também não é menos verdade que é uma matéria que me parece que só transcendentemente atinge a Assembleia Municipal como aqui foi dito. Portanto, é um assunto que vem à Assembleia Municipal por força de lei mas é sobretudo algo que interessa numa óptica do próprio serviço.

Nessa perspectiva, aquilo que mais nos preocupou foi, em termos gerais como aqui ficou dito pela minha colega Odete Ferreira, saber quais eram as implicações que iriam daí resultar sob ponto de vista orçamental.

Não estamos convencidos que os resultados sejam tão claramente positivos como foi apresentado e, por isso, passamos um cheque em branco, não votamos contra, mas também não podemos votar a favor.

Muito obrigado Senhor Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal

Muito obrigado também.

Mais duas inscrições, o Deputado Rui Magalhães e o Deputado Luís Sousa.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Já que o meu nome foi invocado pelo Deputado municipal Miguel Ângelo, eu confesso que, também por decisão do grupo municipal eu não ia intervir nesta matéria mas como colocou uma questão muito concreta também posso dizer que já fui a duas acções de formação sobre esta matéria. Tenho estado particularmente atento às estruturas orgânicas que são publicadas no Diário da República e eu tenho-as todas, são cerca de 50 neste momento. Também já as li todas, isto para fazer face à sua curiosidade e dizer-lhe que o modelo maioritário é o modelo hierarquizado e esta Câmara, como vocês viram, optou pelo modelo estrutural misto, na medida em que o modelo matricial neste momento não foi adoptado por nenhuma Câmara e dificilmente o será face às competências e face à forma como trabalham as Câmaras Municipais.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Senhor Presidente e Senhores Deputados, também eu gostaria de retribuir as observações que foram feitas à minha intervenção e dizer o seguinte:

De facto há aqui uma diferença de estilo nas intervenções. As intervenções que eu tento fazer e esta intervenção eu podê-la-ia a ter feito no ponto anterior, como neste ponto, como Antes da Ordem do Dia ou noutros Assuntos de Interesse para o Município. Compreendi fazer neste ponto porque precisamente estávamos a tratar da reorganização de serviços e tinha mais directamente a ver com a política de gestão de pessoal na Câmara Municipal. Como tal, acho que fez todo o sentido fazer a intervenção nesse enquadramento.

A diferença de estilo é que quando eu venho para o microfone não venho falar por acaso nem dou opiniões. Procuo sempre que posso, porque às vezes os dados também não estão disponíveis, fundamentar as minhas intervenções. Há de facto quem goste de vir para os microfones pavonear-se, falar, falar mas não dizer nada de concreto e eu estou aqui numa função de Deputado para informar e para formar e desse ponto de vista pareceu-me que esta intervenção era importante para que se compreendesse que as Autarquias também estão no mesmo barco que a Administração Central. Seguramente há diferenças em termos de dimensão, seguramente há diferenças em termos de funcionalidades mas estamos todos no mesmo barco e com um objectivo comum de reduzir a despesa que tanto nos pesa, enquanto contribuintes, sejamos municípios, sejamos cidadãos nacionais.

Queria também referir o seguinte: vocês não se esqueçam que no Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela que ficou aprovado hoje, com os votos contra da bancada do PS, mas isso foi por posição que ficou justificada por várias ordens, não penso que haverá aqui alguma dificuldade em compreender as competências da Assembleia Municipal porque essas grosso modo mantêm-se as mesmas e não foi por aí seguramente que votaram contra.

Nas competências da Assembleia Municipal, art.º 2.º, 1, al. c) passo a citar, refere explicitamente "*acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das Fundações e das Empresas Municipais*", também do ponto de vista da evolução do pessoal, não é só da gestão, há implicações financeiras do ponto de vista da gestão do pessoal.

Ainda na al. o), "*tomar posição perante os órgãos de poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia*". Tudo aquilo que referi é de interesse para os nossos Municípios, ou se calhar a dívida pública não é do interesse público, não é do interesse dos que estão presentes nesta sala? Mais ainda "*Temos obrigação também de nos pronunciarmos e deliberarmos sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia*".

Mas eu compreendo que esta reorganização recaia sobre as competências da Câmara mas aquilo que nós hoje batalhamos aqui de manhã é que a prática desta casa não se resume ao Regimento. Este é um conjunto de regras para funcionarmos e para nos entendermos cá dentro mas há boas práticas que podem ser instauradas nesta casa e uma delas é quando trazemos um assunto tão interessante e tão importante e tão estruturante para a vida da autarquia que venha mais bem fundamentado do que apenas duas páginas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Ângelo.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Obrigado Senhor Presidente, não me interprete mal mas obviamente que há assuntos que são de todo o interesse para nós, nomeadamente tudo quanto tem a ver com despesas do Estado, pelo menos enquanto cidadãos, mas temos que colocar as coisas no seu devido ponto.

Se realmente a questão da dívida do Estado em termos de Administração Central, comparada com a Administração Local, é de forma a justificar uma posição da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, então vamos discutir, vamos propor ao Senhor Presidente que numa próxima Assembleia agende esse ponto e todos os dados que houver sobre esse assunto são bem-vindos e a Assembleia Municipal terá com certeza todo o gosto em apoiar o Executivo numa posição de princípio relativamente a essa questão.

Quando estamos a falar em reorganização de serviço, temos de saber que implicações financeiras existem e estas não estão descritas na nota justificativa.

Eu, se calhar em termos de Regimento, tinha muita coisa a dizer relativamente ao que é o trabalho desta Assembleia, entre Assembleias, porque esse é que é o grande problema desta Assembleia. É que durante entre Assembleias funciona apenas por força do empenhamento dos seus membros em estudar os dossiers, mas ponto final. Em termos de Regimento poder-se-ia dar uma evolução muito positiva mas isso são temas absolutamente marginais.

Para concluir, não vejo que o assunto esteja suficientemente claro na óptica que eu aqui apresentei que é a que me preocupa, admito que não seja a sua, mas paciência, não podemos dar a volta a isso e tenho que me abster.

Por último só para dizer que o Secretário da Mesa Rui Magalhães não sei quantas propostas de reorganização é que estudou para chegar a essa conclusão de que o modelo hierarquizado é que é o denominador comum....Quantas? 50...Ó Senhor Secretário, o Senhor estudou 50 propostas, estudou 86 Regimentos, eu estou à vontade para falar, que noutra circunstância já tirei o chapéu relativamente às suas competências.

Sei neste momento quem é o candidato do PSD a Presidente da Câmara, por força do trabalho apresentado. Tiro-lhe o chapéu.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados, a Mesa sente-se no dever de repetir e lembrar o dever de cada um de nós ter objectividade em cada ponto que estamos a tratar. A retórica é sempre bem-vinda, cria humor e cria boa disposição, mas objectividade é raramente indispensável.

Secretário da Assembleia Municipal de Mirandela:

Então significa que eu já sou candidato há nove anos porque eu sou eleito local há nove anos e sempre tive esta postura. As pessoas que me conhecem sabem que é assim.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos reencaminhar o debate sobre cada um dos assuntos que estão adiantados e registados no programa que é distribuído.

Não havendo mais inscrições, vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do ponto 4.4, é o seguinte:

- Votos contra 0 (zero)
- Abstenções 13 (treze)
- Votos a Favor 47 (quarenta e sete)

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou com 13 abstenções e 47 votos a favor, aprovar por maioria:

1 – Aprovar o modelo estrutural misto, com as seguintes unidades orgânicas nucleares, sendo os departamentos unidades orgânicas de carácter permanente, aglutinando competências de âmbito operativo e Instrumental, integradas numa mesma área funcional.

Serão eles:

- Departamento de Administração Geral, Finanças e Modernização (DAGFM)
- Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território (DUOT)
- Departamento de Construção, Manutenção e Operação (DCMO)
- Departamento de Educação e Assuntos Sociais e Culturais (DEASC)

2 – O número máximo de doze unidades orgânicas flexíveis, de vinte e nove subunidades orgânicas e de cinco equipas multidisciplinares;

3 – O estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares é equiparado ao do dirigente Intermédio de 2º grau.”

PONTO 4.5 – TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (I.M.I.) - 2011

Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de Setembro de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:

- 1 – Manter a Taxa do Imposta Municipal sobre Imóveis a aplicar no próximo ano de 2011:**
 - Prédios urbanos: 0,4%;
 - Prédios urbanos avaliados, nos termos do C.I.M.I.: 0,2%;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos ao Ponto 4.5. Um assunto importante o IMI, toda a gente fala sobre o Imposto municipal sobre Imóveis, nos cafés, nas ruas, em casa. Inscrições Senhores Deputados.

Não há inscrições? Senhores Deputados, a Mesa parte já para a votação. Acham bem?

Passamos então à votação.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade, aprovar:

- 1 – Manter a Taxa do Imposta Municipal sobre Imóveis a aplicar no próximo ano de 2011:**
 - Prédios urbanos: 0,4%;
 - Prédios urbanos avaliados, nos termos do C.I.M.I.: 0,2%.

PONTO 4.6 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (T.M.D.P.) - 2011

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de Setembro de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2011, ou seja, de 0,25%;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. Senhores Deputados, opiniões, registos.

Não há inscrições? Passamos então à votação do Ponto 4.6.

Quem vota contra?
Quem se abstém?
Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade, manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2011, ou seja, de 0,25%.

PONTO 4.7 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de Setembro de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Alteração ao Regulamento de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.7 – Alteração ao Regulamento Municipal de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mirandela.

Inscrição do Senhor Deputado Carlos Fraga. Pode usar já da palavra.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Muito boa tarde Senhor Presidente e Senhores Deputados. Sobre este ponto e por aquilo que me apercebi da sua leitura, tenho naturalmente algumas observações a colocar e algumas reticências quanto ao novo horário que penso será aqui aprovado e proposto.

Há aqui nalguns casos uma dualidade de critérios que não me parece justa (é o meu ponto de vista e naturalmente vale aquilo que vale), nomeadamente e quando dum modo geral se fala nos estabelecimentos comerciais e se propõe a sua abertura às 08h da manhã e que se pode estender até às 20h. Também se poderia ter ido um pouquinho mais além, ou, pelo menos, ter-se dado essa regra facultativa e estender-se até às 22h, por exemplo.

Depois, algo que me faz alguma confusão (uns são filhos e outros são enteados) penso que estamos todos na mesma terra e o direito que assiste a uns deve assistir a outros. Refiro-me, por exemplo, ao caso das casas de venda de produtos da terra, embora haja aí muitas casas que vendem gato por lebre mas eu não sou fiscal nem sou polícia para ver isso mas também não sou tolo, nem sou bruto, nem sou cego para não ver. Dizem que é presunto de Mirandela e vão buscá-lo para o meio de Espanha, digamos assim.

Esses comércio têm gozado dum privilégio (não sei a gosto de quem) porque ficam efectivamente com todo o tempo do mundo, inclusive de poderem abrir nos próprios domingos e feriados, praticamente o tempo que eles querem.

Outros, que exercem outra actividade, (como é o meu caso) já me aconteceu que estando a atender uma pessoa que passava pela nossa cidade com uma avaria e estava a atendê-lo para lá das 20h, num dia de semana, fui importunado, dizendo-me que o não podia fazer ou teria que o fazer às escondidas ou à porta fechada que não é a minha maneira de trabalhar.

Eu penso que neste aspecto e o horário que aqui foi proposto, quando se põe ali o travão até às 20h, de uma forma geral era facultativo, deveria ter sido levado em consideração pelo menos até às 22h porque o pequeno comércio que sempre tem sido o grande sustentáculo, quer queiram quer não, conjuntamente com a agricultura que diz respeito a esta terra, fica em muitos casos seriamente prejudicado, inferiorizado, como seja algo de menos relevante ou menos importante e eu penso que não.

Há ainda o seguinte facto de que Portugal entregou há já algum tempo Macau à República Popular da China e Mirandela também entregou o monopólio do comércio, com todas as mordomias, com todas as regalias, com todas as benesses aos chineses. Eu não tenho nada contra chineses, nem japoneses, sou um gajo porreiro (deixem-me dizer assim). Até sou membro da Amnistia Internacional, para que conste, de modo que não entendo porque é que os chineses podem ter todo o tempo do mundo, podem abrir ao domingo, podem abrir ao dia santo de guarda, no dia de Natal, no dia de Ano Novo, ninguém os incomoda.

Desculpem a minha pouca sabedoria nesta matéria, mas é algo que me faz muita confusão e é confrangedor para mim, muito mais se eu quiser atender um cliente que me apareça a bater à porta ou a tocar à campainha num fim-de-semana para o ir desenrascar à estrada Y ou X porque está lá empanado e quer seguir viagem e andar aí de porta em porta e não ter quem o desenrasque. Devia haver nalguns ramos alguns casos de excepção uma vez que há casos de excepção que o regulamento prevê, também tive oportunidade de ler, mas há aí outros onde se fala especificamente na prestação de serviços e não se retira daí nada onde se possa pegar para poder fundamentar e haver sempre a oportunidade de futuro o que poderia ter ficado já agora mais um pouco simplificado com o critério mais igualitário. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Não há mais nenhuma inscrição sobre este assunto

Não sei se o Senhor Presidente quer responder. Sim? Faça favor Senhor Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

É só para dizer ao Deputado Carlos Fraga duas coisas.

Em primeiro lugar, a pretensão que ele aqui manifestou quer em relação ao comércio dele ou de outros parecidos, não está em causa ser o dele ou ser o restante comércio, pode fazer em qualquer altura uma proposta à Câmara para que o horário seja alargado até às 22h, tendo que o fazer pelas instâncias próprias nesta matéria, até em termos individuais e a Câmara depois aprova ou não aprova. Se repararem, o que a Câmara aqui fez neste regulamento foi condensar um conjunto de normas que havia dispersas já de várias alterações, todas elas propostas pela entidade que representa ou que devia representar os comerciantes industriais de Mirandela e quando existem as instituições nós temos que as respeitar e condensaram-se todas as alterações neste regulamento para lavar à aplicação.

Todas as outras modificações podem ser feitas desde que cheguem à Câmara pelos órgãos próprios desta matéria.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito bem, então vamos votar. Quem vota contra?

Quem se abstém? (abstenção do Senhor Carlos Fraga)

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordelro:

O resultado da votação é o seguinte:

- Votos contra 0 (zero)
- Abstenções 1 (um)
- A favor 63 (sessenta e três)

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 64 membros dos 75 que a compõem, deliberou com 1 abstenção e 63 votos a favor, por maioria, aprovar a Alteração ao Regulamento de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mirandela."

PONTO 4.8 - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO À PRÁTICA DESPORTIVA DO CONCELHO DE MIRANDELA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de Setembro de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções dos Senhores Vereadores do P.S. e 5 votos a favor, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Comparticipações à Prática Desportiva no Concelho de Mirandela;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos continuar com o nosso programa. Ponto 4.8, Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Comparticipação à prática Desportiva do Concelho de Mirandela.

Tem a palavra o Deputado Ricardo Pinto.

Deputado Municipal Ricardo Pinto (PS):

Boa tarde Senhor Presidente, Caro Executivo, Senhores Deputados.

Traz-me aqui a prática desportiva e apraz-nos começar por referir que numa perspectiva global o papel fundamental e essencial do município é o de promover a melhoria das condições de vida das suas populações.

Atendendo à realidade nacional e ao vasto espectro de actuação dos municípios, o modelo de desenvolvimento desportivo a nível local que defendemos é aquele que assenta fundamentalmente nas necessidades básicas dos cidadãos, estruturando a actividade física e desportiva, numa perspectiva de saúde, bem-estar e qualidade de vida das populações.

As restantes dimensões da prática desportiva são para nós complementares ao referido objectivo.

Refira-se que um plano de desenvolvimento desportivo municipal deve assumir um carácter instrumental e deve definir uma estratégia, determinar fases de acção, especificar meios e limitar áreas de intervenção sugeridas num quadro alargado à participação de todos os agentes desportivos locais e num esquema descentralizado e coordenado com as Juntas de Freguesia.

Perante esta concepção de desenvolvimento desportivo, que é aliás a forma de colocar mais pessoas a praticar mais desporto e a forma do reconhecimento do domínio municipal, sejamos então claros ao aceitar que o assumir pelas autarquias das suas atribuições não pode confinar-se apenas aos domínios clássicos das atribuições de subsídios.

Nesta lógica faz sentido promover uma autarquia centrada no cidadão que leve em linha de conta que as pessoas manifestam a sua actividade física e desportiva de diversas formas e por várias razões.

Lembramos que o sedentarismo é um dos comportamentos morbidogénicos que afecta a nossa sociedade e cuja prevalência em Portugal é elevada. Há, portanto, motivos fundados para muita preocupação e elementos probatórios

que justificam uma mudança de paradigma, embora saibamos também que uma pessoa só altera o seu comportamento se vir vantagens nessa mudança. Contudo, não se vislumbram nem se desenvolvem medidas políticas nesse sentido, sendo prova disso esta proposta de regulamento e o seu enquadramento.

No que diz respeito ao entendimento de políticas públicas municipais e respectivas estratégias de desenvolvimento desportivo, têm prevalecido dois modelos. Um baseado na competição e no espectáculo elite, em que o desporto é tratado como objecto de consumo e o munícipe como mero consumidor, espectador. Outro baseado numa perspectiva dirigida a todos, supostamente capaz de responder às necessidades de qualquer munícipe, um desporto educador, integrador e recreativo.

É fácil compreender que este segundo modelo é muito mais difícil de levar à prática pelos municípios mas é também a escolha mais acertada porque é ancorado num projecto verdadeiramente democratizador. É um modelo que o Partido Socialista defende como sendo primordial e prioritário para o Município de Mirandela mas cuja responsabilidade máxima o Executivo delega nos agentes desportivos através de um simples e muito provavelmente impraticável programa de apoio à actividade desportiva informal. Falo num documento supostamente estratégico que está à nascença condicionado por opções políticas e que apenas serve para encontrar suporte técnico que as ratifique e possam constituir-se como argumentos sérios e credíveis para negociar financiamentos públicos.

É também sem surpresa que se assiste a opções políticas discricionárias à margem de qualquer critério de racionalidade para aproveitar a oportunidade de um evento mediático sem que isso acrescente um evidente valor desportivo para o Município.

Diz o documento que é função da Câmara Municipal definir e desenvolver uma política que promova o aparecimento e a realização de projectos desportivos mas aquilo que é possível constatar é que a Câmara actua não como entidade promotora de políticas desportivas mas apenas como uma mera entidade administrativa com autonomia para gerir um quadro delimitado de competências para o desporto no seu território.

Estamos, portanto, em divergência no que diz respeito à forma como deve ser encarada a política municipal e as suas opções estratégicas. Contudo, não é isso que consideramos grave, é até normal que assim seja.

Independentemente das opções que se pretendam tomar, a autarquia deve preocupar-se com a elaboração de uma política desportiva local que parta do recenseamento de necessidades, da definição de tendências, da análise da capacidade dos equipamentos existentes e que defina a orientação para a criação de nova estrutura, garantindo a sua optimização e complementaridade.

É preciso começar definindo uma estratégia, com base nela, um programa de actuação, calendarizado no tempo, subordinado à quantidade de recursos disponíveis para os vários anos e depois executar com rigor.

A Actuação do Executivo não tem gozado de um planeamento lógico e estratégico.

Primeiro promove os fóruns desporto e agora cria o conselho municipal, não deveria ser ao contrário? O conselho não é já um fórum? Diz que com o presente regulamento pretende a construção de uma nova estratégia de desenvolvimento desportivo. Não deveria ser ao contrário? Não deveria o regulamento ser já resultado e espelho de uma estratégia de desenvolvimento desportiva? Afirma que está a decorrer a realização de um inquérito aos hábitos desportivos da população, no entanto já estabeleceram como objectivo triplicar o número de praticantes desportivos. Não seria melhor esperar pelo resultado do inquérito e pela carta do associativismo desportivo e saber quantos praticantes de desporto existem de facto, antes de criar objectivos e expectativas que não sabemos poder cumprir?

Parece que a Câmara anda perdida em matéria de desporto e de quase todos os esforços que têm sido apresentados, apenas podemos louvar a intenção.

De facto reconhecemos a necessidade de um regulamento desta natureza mas que na nossa opinião não se deveria antecipar à carta desportiva ou a um plano de desenvolvimento desportivo municipal sustentado pelo menos em quatro questões chaves:

Quais os objectivos prioritários? Quais os meios? Qual a dotação orçamental e qual a lógica? Serviço público ou auto financiamento?

No entanto, cabe-nos a responsabilidade de nos pronunciarmos acerca do seu conteúdo.

Ao contrário daquilo que é dito no próprio documento, não o consideramos tão claro e transparente como se pretendia. São várias as vezes que aparece a expressão "*mérito e relevante interesse municipal*", enquanto conceitos, mas, não havendo um estudo profundo e sistemático da realidade desportiva e seu conteúdo, uma política municipal estruturada em bases e convicções políticas centradas numa lógica ou um documento de orientação estratégica capaz de definir e operar objectivos, continuam a aparecer-nos expressões demasiado subjectivas e abstractas.

Não obstante o referido interesse municipal tal como previsto no art.º 9.º poderia ser mais facilmente reconhecido se o art.º 7.º nos requisitos de candidatura para obtenção de comparticipação, apoios e subsídios com carácter regular, fosse acrescentado por exemplo um plano de formação desportiva contínua para dirigentes, técnicos e praticantes, um plano de investimento em infraestruturas e equipamentos, uma declaração de acompanhamento médico e social, uma declaração das qualificações técnicas dos treinadores e formadores, bem como as metas desportivas, segundo quadros competitivos.

Consideramos ainda que seria importante garantir a apresentação da prova da inscrição da colectividade na respectiva associação ou federação, por modalidade, composição dos atletas por escalão. É diferente ter 50 atletas e três equipas inscritas ou ter os mesmos 50 atletas mas apenas duas equipas inscritas. A apresentação de um plano de actividades e orçamento à época desportiva devem ser medidas de segurança.

As nossas grandes dúvidas surgem contudo nos artigos 13.º, 15.º e 17.º, relativos aos critérios para o cálculo do valor da comparticipação.

Consideramos que o método adoptado não é suficientemente claro, a descrição dos critérios pode ser minuciosa e evidente, mas relativamente aos valores de ponderação, desconhecemos o seu significado, bem como a forma como foram alcançados.

Gostaríamos de interrogar o Executivo sobre estas questões, bem como a forma como são feitas as contas e como esses valores são depois transformados em unidades monetárias.

Relativamente ao art.º 20º, parece-nos também importante que estejam previstos como condições para a comparticipação financeira e apoios a atribuir para a Câmara Municipal na área das infraestruturas que estas sejam concedidas apenas aos agentes desportivos, clubes e colectividades.

Ainda no que a este tipo de apoio diz respeito, trata-se de um estabelecimento a efectuar caso a caso, consoante a importância do projecto e sua prioridade no ordenamento desportivo do concelho.

Estes financiamentos deverão ser objecto de um protocolo com a autarquia e/ou entidades da tutela do desporto, em função dos montantes envolvidos e estes aspectos deveriam também eles constar deste regulamento.

Quanto ao programa de apoio à actividade desportiva informal, já nos pronunciámos e poderíamos concordar inteiramente com esta medida se ela fosse responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal. Um modelo de política desportiva pública deve colocar sempre os interesses gerais acima dos interesses particulares e envolver colectividades neste tipo de programa desvirtua o sentido e eficácia de qualquer modelo de política pública desportiva e cria todo um conjunto de filtros económicos, sociais e culturais que dificultam a entrada da população no mundo do desporto.

Em relação ao capítulo dois, da criação do conselho desportivo municipal, dizer que somos favoráveis embora consideremos estranha a sua inclusão neste regulamento. É óbvio que ela pode ser feita, não é a primeira autarquia a fazê-lo. No entanto, consideramo-lo como mais um sinal de desnorte deste Executivo em matéria de desporto uma vez que não nos faz grande sentido misturar uma ferramenta meramente administrativa com um instrumento político, como é o conselho municipal.

Face a tudo isto e uma vez que este regulamento será votado na generalidade, não podemos aprová-lo.

No entanto, porque consideramos válidos alguns aspectos, como por exemplo a criação do conselho municipal de desporto, também não devemos reprová-lo.

Assim sendo, o sentido de voto do Partido Socialista no presente regulamento será a abstenção.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Deputados.

O que me traz aqui é este regulamento de comparticipação financeira aos clubes e colectividades e para dizer tão-somente que este regulamento que há muito devia ser aprovado.

Não entendemos a intervenção anterior quando reclama que este regulamento está adiantado no tempo mas que depois à frente concordam com ele.

Diria que os tempos que se vivem hoje, onde o desporto e as verbas afectadas ao desporto têm sido crescentes e desmesuradas, onde cada vez mais há um conjunto de clubes e dirigentes desportivos que se dirigem à Câmara Municipal com o direito de reclamar o que quer que seja, – estamos a falar de dinheiros públicos – mas depois não conseguem justificar a actividade condicente com as verbas que recebem. Este documento, além de oportuno é estratégico e seguramente vai modificar a realidade do desporto local.

Vocês sabem e nós sabemos que vocês sabem que há clubes em Mirandela que recebem comparticipações da Câmara Municipal de Mirandela e que não têm movimento desportivo.

Aquilo que diz a bancada do PS, que há documentos que estão à frente uns dos outros, o que é que nos impede a nós de regulamentar aquilo que já existe? Visa em primeira instância regulamentar aquilo que é mérito desportivo, os clubes que têm actividade desportiva e que têm mérito vão passar a ver outra credibilidade por parte da Câmara Municipal. Outros clubes que só têm atrapalhado onde a actividade é de origem duvidosa porque não têm atletas licenciados nas suas federações mas que têm merecido ainda alguma comparticipação por parte da Câmara Municipal.

Estamos a falar de dinheiros públicos que é preciso regulamentar e estamos a falar da credibilidade junto de outras instituições.

Nós assistimos todos os dias por parte das diferentes bancadas com assento na Assembleia Municipal a reclamar mais e melhores instalações desportivas. A Câmara Municipal através deste regulamento cada vez que se dirigir a um departamento governamental sabe o que vai levar consigo e vai dizer quantos atletas tem, vai dizer quantos clubes tem, vai dizer que tipo de actividades e públicos alvos atinge, vai dizer sobretudo o défice que tem ao nível das instalações desportivas e vai sobretudo dizer que existe uma estratégia subjacente onde quer chegar.

É que o desporto já leva 25 anos, estamos a falar de quase 30 anos após o 25 de Abril, sob pena de dizermos que aquilo que está para trás não vale. Por essa ordem de ideias, a Câmara Municipal este ano cancelava todos os subsídios aos clubes, naquilo que a bancada do PS defende, pura e simplesmente cancelaria...estamos a falar do regulamento de comparticipação financeira que neste momento passa a ser regulamentada.

A Câmara Municipal vai saber daqui a um ano mas devia ser julgada também nos ciclos olímpicos que são quatro anos, vai saber-se verdadeiramente o que é que tem, com quem conta e quais são as carências efectivas.

Diga-me, se este documento vai ser aprovado hoje, se ele amanhã não pode entrar em vigor.

Só não vai entrar em vigor para clubes que porventura não sabem ler este documento, não querem e nem tão-pouco sabem aquilo que desenvolvem nas suas actividades. Já ouvi um dirigente desportivo dizer que o documento era maçudo, – estamos a falar de anexos de candidatura, só vai precisar de ler uma vez todo este regulamento – isto é como um dirigente ter um actividade federada e não saber que tem que se candidatar à medida do desporto federado. Estamos a falar dum dirigente que tem uma actividade federada, mas depois por engano ou por desconhecimento vai fazer uma candidatura ao desporto formal ou informal. Isto está mais que consagrado no tempo, é legislação que já vem a ser desenvolvida através de decretos-lei por parte governamental desde 1991 e que em boa hora a Câmara Municipal agarrou esta ideia. Pretende tão-somente regulamentar aquilo que já existe e isto não tem a ver que tenha um regulamento na Praça do Mercado, da abertura e do fecho, é regulamentar aquilo que já existe.

Verdadeiramente, outros documentos, como os planos estratégicos que também nunca estarão fechados, hão-de ser realizados atempadamente e para se fazer um plano estratégico tem que de saber com quem conta.

A bancada do PS sabe quantos clubes há em Mirandela? Sabe quantos atletas federados neste momento temos? Sabe o número de m2 por instalações desportivas per capita de acordo com as normas europeias ou da

UNESCO? Estamos a falar da comparticipação financeira que agora os clubes vão ter que inventariar os dados e a Câmara Municipal vai saber através da comparticipação financeira com quem conta, sob pena de muitos clubes ficarem já de lado, sob pena desses clubes, aquilo que já não faziam não têm mais que socorrer-se de subsídios públicos e darmos nova ordem a este exemplo e sobretudo pelos tempos que se avizinham para a frente.

O desporto hoje deixou de ser uma actividade marginal onde foi visto durante muito tempo como vícios do corpo. Hoje já são os vícios da formação onde os paizinhos vêem no desporto uma mais valia na sua formação, dos seus hobbies e dos seus filhos, estamos a falar de gerações vindouras que necessariamente vão entrar neste tipo de regulamento e vão ver maior apoio por parte da Câmara Municipal dos seus técnicos e vão ver acima de tudo políticas equitativas, sob pena de a sorte de uns ser o azar de outros.

Portanto, é basicamente isto: a Câmara Municipal com esta regulamentação quer mais e melhor desporto. Quer mais desporto, quer chegar a maior número de clubes e atletas, mas quer também melhor desporto.

Quer verdadeiramente estar ao lado daqueles que merecem.

A bancada do PSD vai votar favoravelmente este regulamento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Obrigado, o Deputado Luís Sousa tem a palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

A cultura nacional que temos, não apenas os Portugueses, mas penso que deriva duma cultura administrativa um pouco francesa e napoleónica que nos deixaram, dos códigos, dos protocolos, dos regimentos, das regras e mais regras e mais regras.

Como dizia Montesquieu, quando as práticas são moles, é preciso a lei e deste ponto de vista nós estamos de acordo. Tem que haver regulamentação do sector. Faz todo o sentido mas tenho só uma ou duas observações a fazer.

As regulamentações são como tudo, são sempre maçadas e têm sempre ganhadores e perdedores. Já se sabe que há pessoas que vão sempre ficar afectadas negativamente nesse conjunto de regras, outras menos, mas isso é natural, é a regra do jogo.

Há aqui um conjunto de princípios que são enumerados que estou plenamente de acordo, não tenho nada a criticar, excepto que talvez um tempo que aqui é utilizado que francamente não será o mais adequado. Presumo que possa ter sido incorporado à luz de outros regulamentos já existentes, que é nomeadamente o Princípio da Subsidiariedade, que está aqui pouco claro. A subsidiariedade, tanto quanto conheço e o único conceito que eu tenho que é o do art.º 5.º do Tratado da União Europeia não tem propriamente esta interpretação que aqui é dada, penso que associativismo talvez seja o termo mais adequado.

Quando falamos de subsidiariedade falamos mais precisamente num princípio que dita que as decisões devem ser tomadas à escala mais apropriada. Pode ser ao nível da decisão da Câmara como pode ser a nível de decisão da Junta de Freguesia ou eventualmente também este princípio determina que a acção do órgão de decisão, sendo nesta matéria a Câmara, deve ser complementar à acção que desenvolvem as próprias entidades que estão a ser objecto deste regulamento, nomeadamente as associações desportivas.

Isto é uma questão apenas de clarificação do princípio operacional que é aqui mencionado.

Nós aquilo que gostaríamos, independentemente do regime e que tem tudo a ver com a prática administrativa e a implementação desta regulamentação, é que a angariação de fundos por parte destas associações seja tida em conta. O seu dinamismo privado seja tido em conta porque aquilo em que nós vamos estar sempre contra é a ideia de que o apoio financeiro da Câmara deva servir de muleta e não de alavanca. Nós queremos que o apoio financeiro sirva de alavanca. Não queremos subsídio-dependência nas associações, sejam desportivas, recreativas ou quer que seja. Desse ponto de vista, parece-me que lendo o regulamento é isso que se ambiciona, estaremos atentos porque é como eu disse, uma coisa são as regras e a outra são as práticas e nós obviamente estaremos também atentos, saber como é que isto será implementado e quais serão os resultados práticos desta questão.

Há outro ponto que eu não gosto muito da leitura dessa alínea, no art. 67º, n.º 2, que tem a ver com a questão das entidades que beneficiem do apoio municipal, comprometerem-se a participar em actividades de divulgação, acções de formação, lições públicas, debate, promovidos pela Câmara Municipal de Mirandela no âmbito do desporto municipal.

Eu acho que aqui deve vigorar um princípio de colaboração mas esse princípio de colaboração não pode ser uma imposição da Câmara. Cuidado com isso, eu aí sou totalmente contra, estilo do subsídio, mas agora tem que dar a cara pela Câmara aí numa actividade, enfim, fiz aqui uma leitura um pouco seca, sei que às vezes as regras não são tão claras como a gente gostaria mas nós estaremos sempre contra se for esse o sentido e estaremos sempre a favor se for o sentido de colaboração entre a sociedade civil e os órgãos de colaboração.

Deputado Municipal Ricardo Pinto (PS):

Um pouco para desmentir aqui algumas coisas que foram ditas. O Deputado Paulo Pinto diz que não entendeu muito bem a minha intervenção e de facto não devia ter entendido porque eu em momento algum disse que não achava que esta prática deveria ser regulada pela Câmara Municipal e que pelo Partido Socialista se acabavam com os subsídios já agora.

Não foi nada disso que eu disse. Eu disse que existe a necessidade de regular esta prática e acabou por me dar razão, quando me diz que nós daqui a quatro anos vamos ter o levantamento de todas as necessidades e de tudo que existe. Então eu pergunto com base em que, é que este documento foi feito e que garantias é que eu tenho, se não tem essa informação, que este documento espelha a realidade do nosso concelho. Acaba por dizer exactamente aquilo que eu fiz uma ressalva ao dizer que há clubes que chegam à Câmara Municipal a exigir subsídios mas que não têm qualquer prática desportiva e é justamente por isso que no art.º 7.º, salvo o erro, devia constar uma série de coisas porque quando se fala de requisitos para uma prática regular desportiva, que é justamente esse tipo de clubes, olha-se para os requisitos e isto quase parece uma candidatura a uma obra pública e é com estranheza e, por isso eu

acrescento aqui, que justamente para evitar isso que o Deputado acabou de referir que devia ser exigida uma prova da inscrição das equipas nas referidas associações e federações.

Mas tem mais lacunas, não percebo, embora perceba a necessidade de regular esta matéria, que para os apoios e subsídios com carácter regular, não só pelo critério da constituição de um contrato programa e para eventos desportivos, seja obrigado a haver um contrato programa. Não faz sentido se a actividade é regular e se a Câmara subsidia. Essas instituições deviam ter um contrato programa onde se deveriam comprometer com as questões que eu referi, por exemplo de um programa de formação porque numa região como Mirandela onde os patrocínios são poucos a formação é aquilo que vai garantir a sustentabilidade do desporto no concelho.

A minha intervenção não foi no sentido de repudiar esta iniciativa, pelo contrário, eu louvei, mas só pude louvar a intenção porque naquilo que à realidade de Mirandela diz respeito acho que este documento não espelha e por isso julgamos que este documento...ok, faz falta, é para regular situações que já existem, mas estará atrasada a carta desportiva. Vamos aguardar pelo médio prazo como nos prometem.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

Renovo os cumprimentos, apenas só para dizer o seguinte:

A Câmara Municipal gasta (nós fiscalizamos aqui todos os anos) 1.250.000,00 euros em orçamento com o desporto mas não sabemos em que patamar é que nos encontramos. Urge regulamentar tudo isto.

Aqueles que não querem entender isto e para desvalorizar este documento escudam-se na carta desportiva ou num atlas desportivo mas acho que é minimizar aquilo que verdadeiramente estamos a apoiar.

Eu dou como exemplo: desenvolvo uma actividade regularmente conjuntamente com o meu grupo de amigos. Neste momento temos uma viatura e toda a actividade que nós desenvolvemos é paga do nosso bolso porque eu sempre disse aos meus amigos se quisesse comparticipação em relação à nossa actividade junto da Câmara Municipal eu não sei em que medida é que ela seria enquadrada.

Ontem à noite, colegas que tomaram conta deste regulamento, foram ver que estavam na actividade federada e que se juntavam junto do desporto não profissional e que até tinham uma actividade formal e alguns eventos informais e que com as parcerias que já tínhamos estávamos mais uma vez no desporto informal e que estavam prontos.

Tudo o mais, concordo consigo que a carta desportiva, o atlas desportivo venham a caminho, eles já existem mas estão é desactualizados. Se for ao Instituto Nacional de Desporto ou outros departamentos do Ministério de Ordenamento do Território, estão lá os dados todos. Eles estão é desactualizados e não foram convenientemente trabalhados por parte da Câmara Municipal porque também na altura não tinha um gabinete de desporto.

Devemos esta comparticipação financeira à sociedade, 1.250.000,00 euros em desporto e necessariamente tem que ser regulamentado e as pessoas têm que prestar contas à sociedade civil, daquilo que verdadeiramente andam a fazer. Alguém disse na televisão (não fomos nós) que o mundo mudou há relativamente pouco tempo. As competências da Câmara Municipal são cada vez mais e é preciso saber verdadeiramente o que andamos a fazer, sob pena de uns não saberem como trabalhar com a Câmara Municipal, como serem parceiros em políticas desportivas concelhias e sob pena de outros, por maus vícios (não estou a criticá-los) mas por situações instaladas, vinham ano após ano a usufruir de subsídios da Câmara Municipal sem conseguirem justificar porque não têm atletas nem movimento desportivo.

Isto é que não pode continuar, sob pena de a nós enquanto membros da Assembleia Municipal nos comprometerem quanto a isso.

Muito obrigado.

Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):

Senhor Presidente, muito obrigado pela sua tolerância, só para uma pequena observação.

De facto o que o meu companheiro disse é que não estamos contra a regulamentação. Nós achamos a regulamentação muito bem e até gostei de ouvir o que o Deputado Paulo Pinto aqui disse. Eu não saberia dizer melhor, ou seja, a Câmara tem pago ao longo dos anos dinheiro a instituições que não merecem credibilidade. Segundo, a Câmara tem distribuído esse dinheiro sem qualquer critério e é por esse motivo (eu não saberia dizer melhor) que o assunto deve ser regulamentado.

Também não é menos verdade que Mirandela, por força das suas características, por força da sua interioridade, também tem associações desportivas com características muito diferentes. Temos associações com meia dúzia de atletas que movimentam bastante dinheiro para poder movimentar esses atletas e outras com muitos atletas e que proporcionalmente não precisarão de tanto dinheiro por atleta.

São estas questões que em termos de regulamentação e de atribuição dos subsídios, nós achamos que o regulamento fica aquém de. Agora que queremos o regulamento, queremos.

O nosso voto vai nesse sentido. Não vamos votar contra mas o que temos que fazer muito rapidamente a curto prazo, porque o mundo está a mudar a toda a hora e como muda muito e muito rapidamente, rapidamente este regulamento vai ter que ser mudado também.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados, a Mesa vai registar dentro das regras regimentais os períodos dos Senhores Deputados, (não é uma questão de tolerância como disse o Senhor Deputado Miguel Ângelo, é uma questão de regimento) não podendo intervir, não intervém mesmo, acaba-se, porque o que se pede é objectividade sobre o assunto.

Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):

Só para dar conta que a bancada do PS durante este debate mudou de opinião. Primeiro era contra e agora deixaram de ser contra.

Deputado Municipal Ricardo Pinto (PS):

Relativamente a esta dúvida, convido-o depois a ler a intervenção que vai ficar registada em acta e espero que com esta distração toda o Executivo não se esqueça também de me responder às questões feitas relativamente ao significado dos valores de ponderação e a forma como foram alcançados nas tabelas, bem como saber como é que vão ser feitas as contas e como depois vão ser transformados esses valores em unidades monetárias.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então, concedo agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu começo já por essa resposta sem ser objectiva mas com factos concretos, porque na minha vida só há factos concretos.

Eu vou responder com quatro comentários políticos à questão política porque os cientistas do desporto (aqueles que percebem de desporto falaram) e se percebem melhor do que eu, não vou entrar nessa matéria, mas houve aqui na intervenção do Partido Socialista alguns argumentos políticos que gostaria de comentar.

O primeiro é sobre este, dando a entender que os critérios que têm sido seguidos e que agora alguns deles estão plasmados no regulamento não são transparentes e são sectários e até afirmou na respectiva intervenção que alguns são partidários ou de clientela partidária.

Eu queria dizer que os factos falam por si. Eles têm de tal maneira esta subjectividade que diz o Partido Socialista e tiveram ao longo do tempo, foram tão subjectivos como acabou de dizer, nem tiveram transparência, alguns foram discriminários na atribuição de subsídios que até conseguiram criar quadros socialistas para as campanhas eleitorais e para as eleições. Na verdade isto é uma questão partidária, uma questão sem coerência, uma questão levezinha em termos de protecção e de partidarismo permanente.

O segundo comentário é importante porque eu não sabia até agora que o envolvimento das colectividades na elaboração dos regulamentos era um factor negativo.

Eu pensei sempre que o envolvimento das colectividades desportivas dos agentes desportivos no regulamento que as vai regular fosse uma actividade positiva.

E a que seguiu em todos os fóruns ao reunir com estas entidades todas com discussão pública durante 30 dias na Internet para toda a gente que fosse uma questão que tivesse algum sentido, até esta gente que discute hoje, eu pensei que o meu modelo atrasado que eu seguia, que era tão criticado, (é que isto é-se preso por ter cão e por não ter), que é o terceiro argumento político e tem piada, é que antes era porque o Presidente atribuía os subsídios porque tinha o pelouro do desporto como queria, sem critério, sem regulamento, sem nada, sem ninguém saber, só em critérios político-partidários. Agora que há um regulamento que é exaustivo, que chega a ter quase todas as situações previstas que todos podem discutir e contestar, já o regulamento não serve os objectivos, não tem tudo inserido, faltam os critérios e até se chegou ao ponto, que é o quarto argumento e que não leram o documento todo, porque quando o Deputado Jorge Pinto fala que não estão lá inseridos os contratos-programa e está inserido no regulamento todo o contrato programa a estabelecer, se calhar não o leu todo porque a sua vereadora disse na reunião de Câmara que o regulamento era muito extenso e que poucos iam ler, que pelo menos as colectividades não iam ler, passa de um documento tão extenso não haver contratos-programa e não repararem em todos os pormenores.

Isto é verdade, é muito denso, é muito grande, não tem simplex, toda a gente o pode ler e isso pode ser controlado. Quanto mais denso for mais controlado pode ser.

Estes comentários políticos são interessantes porque demonstram onde está a tal tendência, para o Deputado Luís Sousa ficar aliviado e sossegado porque até aqui o desporto em Mirandela ajudou a dar a cara e a aparecer não só aos do PSD mas também aos dos outros partidos.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

É porque uma das questões que foi aqui levantada agora pelo Senhor Presidente da Câmara e eu até me tinha descuidado na leitura do regulamento tem precisamente a ver com o direito de recurso de protesto. Não está cá mencionado e é preciso trabalhar isso no regulamento. Vão fazer o recurso a quem?

Presidente da Câmara Municipal:

O Código do Regulamento Administrativo diz que o recurso hierárquico é sempre ao Presidente da Câmara.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar. Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do ponto 4.8, é o seguinte:

- Nenhum voto contra (zero)
- Abstenções 8 (oito)
- Votos a favor 53 (cinquenta e três)

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 61 membros dos 75 que a compõem, deliberou com 8 abstenções e 53 votos a favor, aprovar por maioria, conforme proposto, a Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Participações à Prática Desportiva no Concelho de Mirandela.

PONTO 4.9 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIROS – TRANSPORTE EM TÁXI – ARTIGO 22º - A.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de Agosto de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a proposta transcrita;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos então ao Ponto 4.9 sobre a Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros – Transporte em Táxi – Artigo 22º - A.

Inscrições por favor. Não há inscrições.

O Senhor Presidente do Executivo quer dar alguma informação sobre esta matéria? Não também.

Vamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração ao Regulamento Municipal do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros – Transporte em Táxi – Artigo 22º-A.

PONTO 4.10- ADESÃO À AGÊNCIA DE ENERGIA DE TRÁS-OS-MONTES.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 30 de Agosto de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a adesão da Câmara Municipal de Mirandela à Agência de Energia de Trás-os-Montes, nos termos da proposta de Estatutos acima transcritos;**
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para a outorga do respectivo contrato de adesão;**
- 3 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal**

Presidente da Assembleia Municipal:

Inscrições para o ponto 4.10 sobre a Adesão à Agência Portuguesa de Energia, um ponto muito importante. Inscrições. Senhor Deputado Luís Sousa pode começar a usar da palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Também sobre esta matéria serei breve porque em várias ocasiões critiquei as acções simbólicas neste domínio pois elas são muito importantes. Também fazem parte do jogo político mas uma matéria que toca os recursos naturais da região, que toca fontes de rendimento para as autarquias sempre na óptica de diversificação da fontes de rendimento que já tínhamos aqui falado que tem a ver também com questões de spillover para a economia em tantos ramos, porque estamos a falar de matéria de energia e não há indústria, não há empresa que exerça a sua actividade sem consumir esse bem essencial, é fundamental este tipo de instrumento e não podemos ficar em acções simbólicas.

Já no passado foi aqui criticada uma associação que depois se veio a saber e foi aqui dito pelo Senhor Presidente da Câmara que nunca tinha saído do papel. Eu tinha essas suspeitas mas enfim quis que ele confirmasse e confirmou e esta parece que começa com o papel mas tem pernas ou pelo menos há aqui uma intenção política dos vários municípios para avançar com esta proposta. Só que isto é uma questão de método como as coisas são trazidas à Assembleia e eu penso que às vezes o método também revela um pouco do interesse político que há em discutir estas matérias ou não.

Uma proposta deste tipo deveria, não digo só para o nosso Município mas para todos os Municípios que poderão vir a estar associados desta agência e que estarão seguramente a discutir tal como nós estamos aqui hoje, a adesão dos seus municípios, ser acompanhada de um plano estratégico porque eu volto à mesma tônica de há pouco. Os regimentos, protocolos, códigos, isso é tudo muito lindo, mas eu gosto é da prática como as coisas são implementadas e a que resultado chegamos, o que é que se ambiciona politicamente com isto. Se viesse acompanhado com um plano estratégico para a dita agência, mais do que as duas ou três linhas que aparecem aqui no preâmbulo, que isto a mim diz-me pouco, isso é que espelhava uma vontade política séria de investir neste novo organismo porque o que mais temos por aí é multiplicação de organismos, voltamos à mesma tônica de sempre. E já sabemos que quando há organismos, há reuniões, quando há reuniões há custos, há senhas de presença, voltamos sempre à mesma história. Para o que é que serve? Qual é o plano estratégico que está por detrás disto não sabemos, qual é o orçamento, obviamente que também ainda não está discutido, nem uma previsão desse orçamento, não foi acompanhado, eu portanto desconheço-o.

Aquilo que mais me preocupa é onde estão os parceiros económicos deste sector na nossa região aqui espelhados nesta proposta e não estão, porque eu chego às receitas (art.º 25.º) e a primeira coisa que eu veja logo é: constituem receitas da associação as participações dos associados. Depois logo na alínea c): os subsídios que lhe

sejam atribuídos pelos seus associados e vamos sempre a ter ao mesmo, os municípios lá se juntam e lá vão financiar esta agência, quando isto o que merecia era uma intervenção da parte dos operadores económicos deste sector que estivessem envolvidos para que gerasse negócio. É isso, queremos, que gere negócio, que gere emprego e que tenha depois também ramificações e spillovers para outras áreas de actividade económica, porque como disse a energia é tudo.

Não votaremos contra porque somos totalmente a favor deste tipo de organismos, desde que não se fiquem no aspecto simbólico. Não queremos outro tigre de papel ou um leão sem dentes mas uma coisa que possa servir a região do ponto de vista da utilização dos recursos energéticos e também na óptica do consumidor para uma melhor e mais eficaz utilização da energia.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP)

Eu estou convencido que a adesão a esta agência traz eficácia aos serviços da Câmara porque senão não se justificava fazer a adesão. Há-de trazer aumento da sua capacidade de conhecimento, aumento da sua capacidade de decisão e aumento da sua eficácia e, como tal, irá fazer reduzir os gastos e a despesa em funções ou pessoas que se calhar não terão qualificação suficiente para isto ou para a terem estarão depreciadas durante o tempo todo.

A preocupação que eu tenho neste momento é que já são muitas as adesões. Foi a Qualifica, foi a não sei quê e eu faço um pedido ao Senhor Presidente no sentido de recomendar ao Executivo que quando for publicado o Relatório de Actividades venha um capítulo sobre o que se passou ao nível dessas adesões, com reflexo para o Município, uma vez que temos que controlar a eficácia do Executivo e o que se passa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo inscrições, o Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Era só para pegar nas palavras do Luís Sousa e dizer-lhe que tem toda a razão quando diz que isto devia chegar aos membros da Assembleia Municipal acompanhada de um plano estratégico até porque ele existe porque a candidatura teve que ser objecto de um plano estratégico porque é uma candidatura comunitária de oito milhões de euros para uma Agência de Energia, que só pode ficar uma em cada Nut e por isso é que teve que haver a Associação dos 15 Municípios da Nut Trás-os-Montes e, portanto, quisesses ou não quisesses outros Municípios ter não podiam porque ela tinha que ter a dimensão e a aprovação dos 15 municípios para poder existir um núcleo da Nut.

Isso dá-lhe a dimensão necessária e suficiente para poder ter sucesso, o que outras não tiveram a nível de associações de municípios porque depois o funcionamento era preciso pagá-lo e não havia massa crítica suficiente para que elas fossem em frente.

Esta surge no âmbito da CIM por um projecto comunitário, em Chaves precisamente, que Chaves já desenvolve um projecto com empresas nesta área e já tem resultados significativos mesmo em termos económicos para as próprias autarquias, portanto, também tem pareceres privados e pareceres públicos e nesse estudo existem essas parcerias.

O que eu vou fazer e estava a combinar agora aqui também com a Câmara, porque nós temos esse estudo, é que ele seja colocado na Internet para poderem consultar tudo o que esta candidatura tinha por trás, porque ela é apresentada agora por todas as Câmaras, pela Nut, para poder ser financiada com oito milhões de Euros e tem um projecto que lhe serve de suporte e tem as respectivas parcerias.

A partir daqui estamos a falar dum projecto com uma dimensão tal que vai trazer mesmo valor acrescentado a todos os 15 municípios, quer na detecção de oportunidades, quer na gestão e sensibilização da própria energia, quer mesmo da criação de eventuais empresas ou investidores em áreas específicas, mas só está num sítio dos 15 municípios e não se multiplica por mais nenhum para ter dimensão suficiente para isso. Nós o que vamos fazer é, uma vez que o estudo existe é colocá-lo na Internet.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então vamos votar. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade:

- 1 – Aprovar a adesão da Câmara Municipal de Mirandela à Agência de Energia de Trás-os-Montes, nos termos da proposta de Estatutos acima transcritos;**
- 2 – Dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal ou ao seu substituto legal para a outorga do respectivo contrato de adesão.**

PONTO 4.11 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMT – MARIA JOÃO MAGALHÃES DA COSTA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 16 de Agosto de 2010 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Ao abrigo da alínea b) do n.º 3 e n.º 5 do art.º 43 do (EBF), na redacção dada pelo Decreto-lei 108/2008, de 26 de Junho bem como portaria n.º 1117/2009, na redacção actual, e porque a requerente Maria João Magalhães da Costa, declara que pretende afectar duradouramente a actividade empresarial, a Câmara Municipal propõem, à Assembleia Municipal que autorize a concessão de isenção de IMT ao requerente sobre a aquisição de fracção autónoma AT, do**

prédio urbano inscrito na Conservatória do Registo Predial de Mirandela sob o n.º 2.242, sito na Rua dos Castanheiros n.º 16, Edifício Editua, Mirandela, local destinado a estabelecimento comercial ou escritórios;

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos ao ponto seguinte, que é o 4.11 sobre o Pedido de Isenção de IMT – Maria João Magalhães da Costa. Inscrições. Não há inscrições? A Mesa, Senhor Presidente, nenhuma informação? Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade:

Ao abrigo da alínea b) do n.º 3 e n.º 5 do art.º 43 do (EBF), na redacção dada pelo Decreto-lei 108/2008, de 26 de Junho bem como portaria n.º 1117/2009, na redacção actual, e porque a requerente Maria João Magalhães da Costa, declara que pretende afectar duradouramente a actividade empresarial, a Câmara Municipal propõem, à Assembleia Municipal que autorize a concessão de isenção de IMT ao requerente sobre a aquisição de fracção autónoma AT, do prédio urbano inscrito na Conservatória do Registo Predial de Mirandela sob o n.º 2.242, sito na Rua dos Castanheiros n.º 16, Edifício Editua, Mirandela, local destinado a estabelecimento comercial ou escritórios.

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

Deputada Municipal Odete Ferrelra:

Eu tinha informado da parte da manhã que havia um assunto que embora pudesse ser colocado no Período de Antes da Ordem do Dia, a nossa bancada entendeu seguir o mais possível tal rigor do Regimento da Assembleia e nesse caso colocámo-lo em Outros assuntos. É a entrada sede do Agrupamento Luciano Cordeiro.

O facto é que a entrada está feita, pelo menos está erguida, não vejo lá nenhum impedimento, eu sou uma leiga, também ainda não fui lá espreitar com olho minucioso, à lupa e estranhámos aquela entrada não estar ainda em funcionamento porque cada vez estamos mais afunilados por força daquele vai e vem de entradas e saídas até uma parte onde estacionávamos os carros, agora nem os podemos estacionar senão levamos multa. Os pais ainda não se habituaram a deixar os filhos em cima e eu já tive uma troca de mimos com um encarregado de educação, que nunca é agradável, precisamente por causa do estacionamento.

É urgente essa abertura da escola. A escola tem vinte e cinco anos. Finalmente tem a entrada feita (pelo menos a mim parece-me que está tudo feito) E era bom que rapidamente pudéssemos ter estacionamento mais ou menos privativo porque um senhor começou a dizer se eu tinha lugar cativo...eu disse, não tenho mas devia ter (foi um à parte). Este é um aspecto.

Outro é que tenho recebido uma série de convites em casa, até os trouxe e que são quase todos idênticos, ou pelo menos há uma série de actividades em que alguns dos convites podiam ser evitados, porque depois também há um problema, um e-mail, dá-me a ideia que em determinados períodos do tempo há demasiadas actividades e nós temos que trabalhar porque até se diz que trabalhamos pouco, portanto, temos que produzir mais e eu não poderei e como eu muita gente não poderá estar em muitas destas actividades. Talvez dosear um pouco ou integrar melhor, espalhar mais no tempo as actividades de cada departamento (eu digo departamento, porque face à reorganização dos serviços camarários) daqui a nada teremos que chamar-lhe outra coisa qualquer.

Essencialmente era isto que tinha para dizer nos Outros Assuntos, mas eu não vos deixo sem ler o poema, mais que não seja para fazer a sua promoção.

Isto tinha muito a ver com a entrada política e sobretudo com a “rentrée scolaire”, com a “entrada escolar”.

Mas a leitura do poema não é descabida, não pode haver políticas desintegradoras, não pode haver interregnos, são recomeços, mas mais que recomeços, reencontros e quando todos nós nos reencontrarmos ou recentramos em questões fundamentais, acho que só melhora as políticas territoriais (sem querer fiz o verso).

Então se me permitem eu tenho-o aqui, posso deixá-lo para quem faz as actas, da outra vez outro poema não ficou muito bem transcrito e assim já fica.

É evidente que foi dedicado para os meus alunos, contudo entendo que a sua leitura pode ser uma visão estratégica em muitos aspectos.

Chamei-lhe reencontro, como podia ser outra coisa qualquer.

Recomeço

ou apenas interregno

é apenas uma questão de tempo.

Semântica temporal

a exigir dialéctica filosofal,

que a olhos,

ainda muito novos,

nada diz.

Recomeço
antes quis,
usar, num reencontro
de olhares imberbes,
ainda infantis.

Tagarellice à toa
lufadas de sopros
contidos
em peitos ansiosos
expectantes,
a um novo ano lectivo!

Professora
e almas de alunos
que pretendo alicerçar
num mundo inconstante
mesmo sendo equidistante
esse mundo, o dela,
será sempre predominante.

Carga pesada, não o parecendo!

Neste reencontro,
Imagino,
estratégias de sonho.
Errado!
O sonho, se o quero,
Tem de ser deles.

Eu apenas deverei
despertar nestes seres
o sonho,
que ainda não sonhei!

Portanto, não podemos pensar demasiado por eles, eles também têm que pensar por si próprios e até à próxima.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra, gostava de chamar a atenção dos Senhores Deputados que, para além dos esforços que temos feito na melhoria do nosso Regimento, nós somos também uma assembleia única neste panorama a nível de Trás-os-Montes ou nacional porque demos entrada à poesia que é sempre bem vinda e ameniza as nossas emoções, de maneira que, julgo que a Mesa está de acordo com as vossas pretensões.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Retomando a prosa, vai ter a palavra o Deputado Rui Sá.

Deputado Municipal Rui Sá (PSD):

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

O assunto que mais me traz e que irei abordar, vou fazê-lo seguidamente a uma resposta que vou tentar dar à professora Odete Ferreira porque também faço parte da Comissão de Pais do mesmo agrupamento e a mim apetece-me perguntar se no primeiro dia de aulas ou na apresentação que o Senhor Presidente do Concelho Executivo fez aos meninos do 6.º Ano a Senhora estaria presente porque o Senhor Presidente do Executivo (assim justificou aos encarregados de educação) do 6.º ano, disse que a entrada estaria pronta e que não entraria em funcionamento no início do ano lectivo porque faltavam os ditos cartões de banda magnética para poder dar aos alunos para eles poderem utilizar e entraria em funcionamento a entrada quando os cartões lhes fossem fornecidos.

Nessa justificação disse ainda que os cartões e o sistema custariam 15.000 euros e que o Ministério se prepararia para dar a todas as escolas e que dessa forma pouparia esses 15.000 euros e que o tempo de interregno seria um mês e meio ou dois meses e caso durasse mais tempo, o Executivo adquiriria e a dita entrada entraria em funcionamento.

Mas o assunto que mais me traz aqui a esta intervenção é o seguinte:

No dia 26 de Julho do corrente ano uma criança da nossa cidade de Mirandela deu entrada no Centro Hospitalar do Nordeste, às dez da manhã, onde lhe teria sido diagnosticada uma apendicite.

Desde as dez da manhã até às quatro da tarde esteve presa no corredor do hospital da nossa unidade hospitalar, sendo depois enviada para a unidade de Bragança numa ambulância com 40º de temperatura, tendo chegado lá mais morta que viva.



Quando chegou a Bragança a cirurgiã teve dificuldade em diagnosticar se se tratava de uma apendicite, dado a infecção ser tão generalizada. Perante esta dúvida da cirurgiã, eu como pai (trata-se de uma filha minha) disse... Senhora Dr.ª, na dúvida, abra. Abriu e efectivamente tratava-se de uma peritonite, uma infecção generalizada.

Isto serve tão só para dizer que efectivamente perdemos a unidade hospitalar da nossa terra, da nossa Mirandela, perdemo-la. Se o Dr. Mário Rafael fosse vivo num quarto de hora teria operado a minha filha e estamos a falar de há 40 anos atrás.

E se isto faz jus ao silêncio que a Câmara Municipal tem feito sobre este assunto e se o Senhor Presidente da Câmara já o justificou, faz também jus à existência dum hospital privado na nossa terra porque desse conselho de administração deste Centro Hospitalar faz parte um elemento que já fez parte dessa bancada parlamentar e que subscreveu uma resposta a uma reclamação que eu fiz na Unidade de Bragança e que me respondeu desta forma: depois do recobro do pós-operatório a minha filha foi enviada para a ala pediátrica, com temperaturas de 30º, não tem climatização, com criança no pós-operatório e eu fiz uma reclamação no dito livro amarelo. Essa reclamação que foi assinada por essa Senhora deputada que já fez parte desse grupo parlamentar, foi-me dito que aquela Unidade Hospitalar tinha sido projectada por uma Senhora Arquitecta, que eu confesso, não sei o nome, deve ser de renome internacional, porque orientou de tal forma aquela unidade hospitalar, aquele edifício, que não precisa de climatização. É esta a justificação dada à minha reclamação.

Esqueceram-se do ar condicionado mas parece que não precisa porque o edifício está orientado de forma a não precisar.

E nós temos na nossa terra uma Unidade Hospitalar com essas coisas todas mas perdemo-la efectivamente.

Mas quando reclamámos a maternidade que se foi embora, eu não vi muitas pessoas desse grupo parlamentar na marcha de protesto que fizemos. Algumas pessoas defenderam-na, também é verdade, mas muitas não a defenderam, estavam até de acordo com a confluência de esforços a bem do Centro Hospitalar e por essas razões e mais algumas é que faz falta o hospital privado.

Esta era uma questão que eu queria colocar.

A segunda questão, que será transversal a todos os Presidentes de Junta de Freguesia e nomeadamente às Juntas de Freguesia rurais, é um problema que a mim, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, me apoquento muito. Eu tenho seguramente uma dúzia de pessoas na minha freguesia – velhinhos com mais de 70 anos – que não sei o que lhes hei-de fazer. Deficientes a quem a Segurança Social não dá resposta, pessoas que partem uma perna com 80 anos, vão para a Unidade Hospitalar de Bragança onde são operadas e são depois enviadas para a de Macedo de Cavaleiros e depois são enviadas para casa com um andarilho, que não têm ninguém na família que tome conta delas.

A Segurança Social tem a situação identificada e que diz ao Presidente da Junta que a Senhora foi para casa com total autonomia. Eu pergunto se uma pessoa com 80 anos, que se vale de um andarilho para andar, tem autonomia para ser mandada para casa, para poder fazer a sua higiene pessoal, comida e tudo o resto.

A juntar a essas situações, tenho pessoas que precisam de cuidados médicos no local porque ainda não estão assim tão incapacitadas que tenham necessidade de ir para um lar ou outras unidades, porque também não há lugar.

A Segurança Social teima em não se entender connosco Presidentes de Junta, porque eu tenho necessidade de frequentemente recorrer por escrito e algumas ao Ministério Público para que situações destas se resolvam e é muito mau que a Segurança Social não se articule com os Presidentes de Junta, com as IPSS existentes no concelho, por forma a todos podermos dar uma resposta em tempo a estas pessoas.

Estou a falar de pessoas que toda a vida trabalharam para que nós hoje aqui possamos estar e que hoje são deixadas ao abandono.

Há algumas a quem a família não lhe liga aquilo que devia ligar, mas outras não a têm e nós temos a obrigação moral de as não deixarmos morrer como de animais se tratasse, desculpem-me a expressão, mas é isto mesmo que eu tenho que dizer.

Não sei se será a melhor resposta o Senhor Presidente promover uma reunião do CLAS - Conselho Local de Acção Social - ou qualquer outro grupo de trabalho para que todos juntos consigamos identificar estes problemas e de uma forma célere consigamos dar resposta a estas pessoas porque se assim não for chegaremos tarde certamente.

Era este o meu contributo, boa tarde a todos.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal, são duas questões, uma delas própria, a outra é mais de estrutura desta Assembleia.

A primeira vem na sequência da leitura da acta do Executivo, na reunião de 30 de Agosto. Fiquei a saber que há algumas freguesias que não fazem parte do SMAM e fiquei um pouco preocupado se não cabe à Câmara assegurar pelo menos a qualidade dos serviços que são prestados. Não é pela Câmara mas em defesa de todos os municípios se não deveria ser a Câmara a responsabilizar-se por controlar a água que essas entidades fazem. São três freguesias, não sei, não quero alterar, mas fiquei preocupado com isso.

A outra questão que queria levantar, (sinceramente não sei como) porque a Lei das Autarquias Locais no art.º 47, n.º 2, quando define que as empresas participadas, etc. e cuja prestação de contas deve ser presente à Assembleia Municipal, não é só para se ver, é para apreciação e nas actas ou nas agendas, não vejo nenhum ponto onde tenham sido apreciadas essas contas. Não sei como é que se vai resolver esse problema jurídico mas se já foram apreciadas eu gostaria que me esclarecessem.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não sei se o Senhor Deputado Faustino querará referir nominalmente as freguesias para habilitar o Executivo a dar-lhe alguma resposta.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

As freguesias são: Romeu, Navalho e Franco.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Boa tarde Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a minha última intervenção neste assunto oportuno de interesses para o município.

Antes que o Senhor Presidente se ausente da Mesa, eu queria só relembrar-lhe que ficou da parte do Senhor Presidente da Mesa este compromisso. Dado o chumbo por esta Assembleia da constituição da comissão de segurança que de manhã aqui foi proposta ficou o compromisso do Senhor Presidente da Mesa perante esta Assembleia, de no prazo de 30 dias estar em acção a respectiva comissão de segurança. Espero que assim seja e vou ficar atento Senhor Presidente, porque isto leva-me a outro assunto. É que essa comissão foi chumbada, a Assembleia é soberana, assim o deliberou, assim eu o aceito, o que não queira dizer às vezes somos vencidos, mas não ficamos convencidos.

Quando se falava num maior e melhor policiamento da cidade e que diz respeito principalmente a quem reside aqui e está aqui permanentemente todos os dias, somos confrontados, porque há um escasso contingente, porque só são 40 homens e deviam ser 55, como o Senhor Presidente na última Assembleia falou para ver se conseguimos todos a que tenhamos lá um comissário, porque não temos comissário em Mirandela, é bom que se diga, temos um comandante de esquadra, que é coisa diferente.

Também quando me dizem que para segurança dos cidadãos somente dispõem de dois elementos para durante o período nocturno poderem fazer a ronda à cidade. Que segurança é que nós temos? Estes assuntos e estes pontos, para muita gente parecem pequeninos, mas não, fazem muito ferimento e só a quem batem à porta e depois de nos baterem à porta é que lhes damos o devido valor.

Infelizmente parece que há pessoas que não valorizam as coisas mas se um dia há o reverso da moeda e as coisas lhes batem a elas à porta certamente aí já se vão queixar com razão.

Portanto, vamos ficar atentos a esta reprovação que houve de manhã. Não fomos nós que a votamos mas sim os elementos na esmagadora maioria do PSD. Não nos peçam depois responsabilidades futuras nesse campo se as coisas falharem. Isto era para o Senhor Presidente da Mesa.

Agora, queria também através da Mesa, dirigir-me ao Executivo Municipal. Eu durante a semana procurei nos Serviços Técnicos da Câmara o Senhor Vice-Presidente e Vereador Senhor Eng.º Branco, que tem a ver com um assunto muito concreto, um ofício que foi escrito por uma moradora (já falámos aqui em velhinhos noutra vertente e pessoas debilitadas e desamparadas) que a Câmara tem conhecimento, que a Junta de Freguesia, o senhor Deputado Rui Magalhães, por inerência também membro desta Assembleia, Secretário e Presidente de Junta de Freguesia tem conhecimento para quem primeiro foi encaminhado, foi o ano passado no Inverno.

São pessoas que residem no lugar da Quinta da Maravilha onde até hoje ninguém pôs um pingão de alcatrão ou um paralelo onde quer que seja, onde ninguém colocou energia eléctrica àquela gente, não fosse embora na minha qualidade de cidadão, a minha persistência junto da EDP e outros organismos, para hoje ou há algum tempo, terem luz eléctrica porque senão ainda andavam lá com a luz da candeia.

Nesse ofício pedia-se por intermédio da Junta de Freguesia ou por sua meação e seu encaminhamento que se protelasse o acesso a essas pessoas que são pessoas de idade avançada, pessoas doentes, debilitadas que têm dificuldades em transportes, porque o caminho é de terra batida. Na altura houve uma intervenção por parte da Junta de Freguesia que remediou temporariamente o assunto mandando lá uma máquina retroescavadora mas foi-me dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia que o assunto iria ser encaminhado para a Câmara Municipal, nomeadamente para o Senhor Eng.º Branco.

O tempo vai avançando, como nada se sabe e como estamos em tempo de austeridade e contenção e depois de feito um levantamento, a despesa seja assim tão onerosa, para valer àquela gente que está ali muito isolada.

Mas pior do que isso é aquilo que mais me apoquentou e ontem entrou o Outono e após o Outono nós sabemos o decréscimo que os dias têm, o Inverno e as noites de nevoeiro e gelo. É que para as pessoas que ali habitam, à noite na rua não há pontos de luz na rua e o que se pediu também foi pontos de luz, isto é, a corrente de alimentação está lá, está tudo preparado para serem colocados 8 pontos de luz. Esteve lá o Senhor Presidente da Junta e a questão é esta: é assim tão difícil, é assim tão oneroso, que não tenhamos meia dúzia de euros, não será bem isso, mas pouco mais, Senhor Vice-Presidente para resolvermos antes de entrar este agreste Inverno que se avizinha, àquela gente idosa que ao menor deslize precisa de ajuda, por exemplo liga-se para o INEM e até é difícil identificar o local sem luz. Ó Senhor Vice-Presidente, já que o não vou fazer no seu gabinete, porque me foi dito por um funcionário duas vezes nesta semana que o Senhor pura e simplesmente não estava, ou seja fui enganado, porque hoje por acaso encontro-o aqui, felizmente e parece-me de boa saúde, mas fui enganado porque me disseram que o Senhor Vice-Presidente não estava para ninguém e eu pressupus que não estaria aqui na Assembleia. Portanto, fui enganado porque hoje encontra-se aqui na Assembleia.

Senhor Vice-Presidente, só para lhe dizer e para lhe solicitar a sua melhor atenção e dedicação neste assunto de forma a resolver e a colmatar e em primeiro lugar esse ponto, de levar os pontos de luz na rua às pessoas.

Também há aqui outro assunto pertinente, já o coloquei uma vez nesta Assembleia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que tem a ver com as altas temperaturas que goza a nossa cidade, por isso é que ela tem o título de capital da terra quente.

Hoje volto a relembrar-lhe esta situação dos fontanários públicos e históricos como é o chafariz do Largo de S. Miguel e os tanques, que não sei há quanto tempo dali não escorre pinga de água. Eu perguntei em determinado tempo porquê e o Senhor Presidente disse-me...isso não pode ser, até porque há um protocolo (e como Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados tem obrigação de o saber) celebrado com os Serviços Municipalizados no qual assumiam determinado número de m³ de água por mês e que essa quota só terminaria quando eles fossem esgotados, se isso não estivesse a acontecer, iriam ver o que se passava para fazer o levantamento e até

hoje as torneiras continuam secas. O Verão foi muito quente, houve aí muita gente na nossa cidade a querer refrescar o rosto, só o podendo fazer comprando uma garrafinha de água.

Capital da terra quente no Verão já nós sabemos, mas não somos capital das torneiras secas.

Outro assunto pertinente que tem a ver com o Parque do Império.

Quando foi da realização do Jetski e das festas de Nossa Senhora do Amparo, das pessoas que pagaram as suas taxas, que pagaram os seus alugueres para poder instalar os seus quiosques ou os seus mini cafés, queixaram-se que as casas de banho que existem no Parque do Império, a partir de determinada hora, encerravam. As pessoas precisavam de ir à casa de banho e tinham que recorrer aos cafés, a ponto de os proprietários ficarem importunados com a situação.

O alerta era para que futuramente haja ponderação no sentido de haver prolongamento do horário dessas casas de banho públicas para essas pessoas que têm lá as suas barraquitas. Assim como o Parque de Merendas, muita gente vem de fora, muitos autocarros se encaminham para o Parque de Merendas, às vezes não sabem por onde hão-de entrar, pois a sinalização é um pouco duvidosa. Eu vi lá há dias (não sou polícia nem sou fiscal da Câmara, mas o espaço é público e é para ser partilhado com todos) não sei se era o burrinho do cigano, andavam lá uns poucos a pastar. Por exemplo, a Câmara Municipal de Vila Real tem o Complexo de Codeçais onde também tem um parque de merendas para as pessoas poderem fazer ali o seu lanche, têm lá uns grelhadores para as pessoas assarem um peixe, uma carne e no nosso Parque de Merendas não se passa nada disso, também seria de ver esta situação para nosso benefício e de quem nos visita.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Magalhães, lembro aos Senhores Deputados o dever que todos temos de sermos menos descritivos e mais objectivos e sintéticos.

Deputado Municipal Rui Magalhães:

Tal como é meu timbre, neste Ponto da Ordem do Dia vou ser sintético, não direi telegráfico, mas quase.

Não vou responder, falarei pessoalmente com o Deputado Carlos Fraga, penso que não é o local certo para lhe responder a esse nível. A única coisa que eu posso dizer é que essa situação mereceu, e ele sabe bem, da nossa parte alguma preocupação e fizemos aquilo que nós devíamos e que podíamos fazer, tendo em conta as nossas competências e as nossas capacidades financeiras de intervenção.

Permitam-me então só rapidamente referir três questões:

Em primeiro lugar convidar os Deputados municipais a visitar no próximo fim-de-semana o Parque Aventura, uma organização da Liga dos Combatentes, para quem goste de desportos radicais ou para quem goste de assistir outros a praticar desportos radicais. Vai ser no Parque Dr. José Gama e de certeza que vai valer a pena.

Outra referência para o Ano Europeu das Actividades do Voluntariado que Promovam uma Cidadania Activa. Sendo a cidadania activa um elemento chave do reforço da coesão social e da consolidação da democracia, o Conselho da União Europeia instituiu o ano de 2011 como o ano europeu das actividades do voluntariado que promovam uma cidadania activa.

Esta é claramente uma oportunidade para mostrar que o voluntariado é uma dimensão fundamental da cidadania activa e da democracia, convocando e valorizando valores essenciais como a solidariedade e a não discriminação.

Penso que será uma boa oportunidade para as instituições, para o Município e porque não para as freguesias, para desenvolverem actividades que reforcem o voluntariado que cada vez é mais necessário.

Falando em voluntariado, queria também aqui informar e realçar o trabalho excelente que está a ser produzido por um grupo de voluntárias onde se destaca a D. Angélica Pinheiro, que vão desenvolver uma nova campanha de dádiva de sangue que se chama "Um Sorriso pela Vida de Sangue".

Vai ser no dia 14 de Outubro, das 10h às 18h e vai desta vez ocorrer em três locais de recolha disponíveis: Quartel dos Bombeiros Voluntários, IPB, Centro Cultural e na zona industrial no ninho de empresas.

Podem dar sangue todas as pessoas que tenham entre 18 e 65 anos, com mais de 50 Kgs de peso.

Dizer também, a título de curiosidade que as mulheres podem doar sangue de quatro em quatro meses e os homens podem doar sangue de três em três meses.

Não custa nada, se puderem, no dia 14 de Outubro, dirijam-se a um destes locais de recolha de sangue e experimentem dar sangue, para quem nunca o fez. Em relação aos outros, provavelmente já se habituaram e já dão este contributo há algum tempo.

É só, muito obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Tem a palavra o Deputado Baltazar Aguiar.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Senhor Presidente, Senhores Deputados, telegraficamente, dois assuntos:

Na Zona Industrial, sempre que é preciso colocar o correio é necessário deslocarmo-nos ao centro da cidade.

Há nove meses que está pronto o marco do correio por acção da Associação Industrial ou de um dos membros da Associação Comercial e Industrial e em nove meses a Câmara não conseguiu dizer onde localizar esse marco.

Eu diria que não é má vontade contra a Zona Industrial mas diria que é um bocado de incompetência de quem tutela estas questões. Estar nove meses para localizar o marco do correio, transformando a vida de todos aqueles que trabalham na Zona Industrial é demais e ultrapassa quaisquer limites.

Ponto número dois, eu vou meter a foice em seara alheia e está aqui quem sabe da poda, vou-me meter com a ciclovía. Eu sou praticante, praticante não, aprendiz de praticante, vamos dizer assim, e noutra dia disse, deixa-me lá experimentar a ciclovía e fui para a ciclovía fazer o meu trajecto de manutenção. Não tive nenhum acidente, porque sou

aprendiz, ando devagarinho e, por outro lado, ia com muito cuidado, porque se, por um lado, é entendível que no primeiro troço face às obras da A4 as coisas não estejam bem, já no segundo troço, desde garrafas, vidros partidos, até ao fim da ciclovia, junto da ponte de Chelas que termina a 90º e em funil, eu não sei quem é que fez aquilo, não sei se mais uma vez não estamos na presença daquilo que parece ser prática da Câmara Municipal, o que importa é dizer que temos uma ciclovia, não importa é se alguém lá vai andar, não importa a manutenção, não importam as condições da ciclovia.

Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:

Tem a palavra o Deputado Paulo Pontes.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Boa tarde a todos, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores.

Prometi a mim mesmo que hoje não iria intervir e inclusivamente já me tinham perguntado e disse que hoje não falava.

Já tirei algumas conclusões nesta Assembleia. A primeira é que já estou aqui há alguns anos, por vontade das pessoas e esta é uma das Assembleias mais longas em que eu já estive, o que quer dizer que não sei se já estamos sob o novo regimento ou se ainda é pelo antigo mas se é pelo novo afinal ainda não foi restritivo de tempos e toda a gente conversou e falou aquilo que quis.

A segunda razão e era essa a principal porque aqui vim e pedi a palavra é a seguinte:

Neste momento e o Senhor Deputado representante do CDS/PP disse que são três Juntas de Freguesia que neste momento têm o controle e que fazem a distribuição da água. É verdade sim senhor. Quando eu vim para aqui havia para aí 20 freguesias, o que quer dizer que dessas 20 (talvez até fossem mais) não há uma junta de freguesia que tenha sido obrigada a entregar a água aos Serviços Municipalizados. Todas as juntas de freguesia entregaram a água, uma de cada vez, conforme entenderam, por livre vontade. Primeira conclusão: podem não comungar comigo mas é um serviço que não interessa ao Presidente da Junta. Se todos a entregam é porque se calhar dá trabalho a mais ou algum problema tem para eles não a quererem.

Segundo, quero deixar aqui uma palavra de agradecimento em meu nome pessoal e em nome de todas as pessoas da minha freguesia e se calhar em todas as freguesias das restantes duas por estar tão preocupado com a saúde pública no que diz respeito à qualidade da água, que são as pessoas da minha aldeia que a bebem.

Mas fica uma interrogação. Não sei se está preocupado pelas pessoas do Franco ou se está preocupado (não me leve a mal) porque era também uma das pessoas que passava para baixo e para cima e que parava no Franco para ir lá buscar água de graça (é que agora deixaram de lá ir buscar água de graça) e entendiam que a água do Franco (falo do Franco) era a melhor água de todo o Trás-os-Montes. Inclusivamente um ex. Presidente de Câmara, o Dr. José Gama, posso citá-lo, segundo ouvia dizer, não bebia água doutro sítio senão do Franco.

Relativamente à qualidade da água, a Câmara não tem nada que ir fazer análises ao Franco mas pode ir fazê-las e faço aqui um desafio a si e à própria Câmara. Vamos fazer uma análise à água do Franco, do Romeu e do Navalho por um laboratório isento e ver onde está a melhor qualidade da água.

Garanto-lhe que a melhor qualidade da água está no Franco e não em Mirandela. Mas mais, nós não estamos fora da lei, não pense Senhor Dr. que estamos fora da lei. Estamos dentro da lei. Estamos inscritos no IRAR, temos um técnico responsável pela água e somos obrigados a afixar mensalmente as análises da água.

A qualidade de água do Franco pode ter a certeza que está vigiadíssima. Nunca tive uma análise em que dissesse naquele parâmetro que estava imprópria para consumo humano. Todos os parâmetros dizem que está própria para consumo humano.

Portanto, em relação à água do Franco fique descansado, pode dormir hoje descansadinho que ninguém vai morrer no Franco com problemas de ingestão de água. Dizem também que a água do Franco auxilia muito uma boa digestão.

Presidente da Assembleia Municipal:

Senhores Deputados, não há resposta imediata e há que respeitar as figuras regimentais como elas foram aprovadas. Vamos seguir a sequência dos Senhores deputados que estão inscritos e o Senhor Deputado Faustino, depois na parte final pede na figura que entender, na defesa da honra ou pede à Mesa para usar a palavra. Tem que ser assim, peça desculpa. O Deputado Luís Sousa, faça favor.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP/Independente):

Hoje de manhã já tinha referido por causa da intervenção noutros assuntos de interesse relativamente à ordem honorífica a atribuir a Nuno Santos, eu até podia ter dito isto sem vir aqui ao microfone e depois tratar disto pessoalmente com o Senhor Secretário. Eu gostaria de saber se é necessário apresentar uma proposta ou se partimos daqui dum acordo de gentleman, avançamos com essa ideia, penso que há receptividade também da Câmara Municipal, aquilo que discutimos aqui hoje de manhã, é que uma pessoa com o gabarito internacional que tem, com tão tenra idade, acho que merecia ser homenageado e se pudesse ser extensível ao tal jovem de matemática acho que sim porque estas são duas as áreas onde Portugal infelizmente não bate nenhum record, antes pelo contrário, se o bate é pela negativa, e portanto, temos aqui dois bons exemplos que devíamos enfatizar.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais inscrições, então agora o Senhor Deputado Faustino pede a palavra? Sob que forma?

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Senhor Presidente é o direito de resposta.

É apenas para dizer que eu não estou, não conheço, não sei, estou apenas preocupado com os princípios e nem ponho em dúvida a qualidade de água do Franco, se é tão boa se calhar o vinho também é bom...o que eu digo é que a Câmara, na minha opinião, devia assegurar uma responsabilidade supervisora de controlo da água que é servida aos municípios.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Senhor Deputado, sob que forma pede a palavra, é para outros interesses do Município?

O que a Mesa pede aos Senhores Deputados é que se integram nas figuras regimentais, símbolo de boa disciplina e de bom andamento dos trabalhos.

Senhor Deputado, faz favor de usar da palavra na figura que entender.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Eu tenho a certeza absoluta que afinal não era a preocupação da qualidade de vida do Franco que estava presente na sua mente mas eu vou-lhe dizer mais uma coisa e eu espero estar cá para ver e espero que o senhor também esteja cá para ver.

Quero ver se daqui a mais um, dois, três, quatro ou cinco anos o seu discurso vai ser sempre o mesmo, que é para sermos coerentes. Quero ver se daqui a um, dois, três, quatro ou cinco anos não se vai aqui juntar a outras bancadas ou outros elementos na defesa da água do Franco.

Mais uma vez lhe digo que a qualidade da água do Franco está assegurada, se calhar pelo mesmo Laboratório que assegura a qualidade da água da Câmara Municipal de Mirandela ou dos Serviços Municipalizados.

Daqui a uns anos eu também estarei aqui para defender a água do Franco. Não sei se me percebeu se não mas eu sei o que estou a dizer.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos continuar, vejo que não há mais inscrições.

O Senhor Presidente quer fazer o favor de informar.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado a todos, eu vou responder às questões em termos concretos também e rapidamente.

De uma forma rápida, dizer à deputada Odete Ferreira que já foi dada a resposta, a porta está pronta, custou 140.000,00 euros à Câmara Municipal. É importante dizer-lhe este valor. Falta a parte de articulação dos cartões como foi dito e isso agora será resolvido entre a DREN e o Conselho Executivo para que a porta possa funcionar.

Ao Deputado Rui Sá, sobre a questão dos idosos, dizer-lhe que não vale a pena fazer nenhuma proposta no CLAS nem nenhuma reunião porque já assistiu a duas pelo menos onde essa questão foi posta à Segurança Social directamente e a resposta que obtivemos continua a ser a mesma. Não tem meios financeiros para fazer face a essas situações. Não vale a pena estar a repetir reuniões para ouvir o mesmo discurso. Que alguma coisa há-de ter que ser feita, há-de.

Dizer ao Dr. Faustino que as freguesias estão obrigadas aos mesmos procedimentos da Câmara Municipal e de certeza absoluta, como já ouvimos, eles têm cautelas nessas situações.

Em relação à preocupação que colocou das contas, eu expliquei da outra vez que nós tínhamos, por um engano ou um esquecimento, não mandado no Relatório de Contas de Gestão que foi aqui aprovado as duas sociedades anónimas que temos (Cachão e Metro Ligeiro de Mirandela). Eu disse nessa altura que não houve essa aprovação na globalidade porque elas não vinham lá inseridas. Mandei depois aos membros da Assembleia Municipal mas na Câmara elas estavam inseridas no Plano Global das Contas e são aprovadas na globalidade. Depois, se a apreciação de cada vereador quer lá deixar especificamente ou não, é uma prerrogativa de cada vereador, não entenderam assim, mas estavam incluídas no Relatório Geral de Contas que foi à Câmara Municipal.

À Assembleia não veio, eu reconheci aqui o erro. Mandei-vos separadamente, elas não foram apreciadas aqui, é verdade, mas foram apreciadas na Câmara Municipal.

Quanto ao Senhor Fraga, dizer-lhe que não foi enganado. O Senhor Eng.º Branco só chegou ontem do estrangeiro. Hoje está aqui. Não foi enganado. Ele esteve toda a semana fora, é verdade, e não estava no gabinete.

Ficam aqui os dois problemas. Acho que são urgentes, um deles acho que se consegue resolver facilmente, que é a questão da luz, nós vamos ver como está e ainda bem que trouxe essa questão aqui.

O outro, penso que é mais complicado, tem outros procedimentos, não vai ser tão rápido.

Em relação às casas de banho do Parque do Império, é para lhe dizer que por acaso na Festa, a Comissão de Festas podia ter pedido especificamente essa função porque nessa altura é gerido esse espaço todo pela Confraria. A Câmara não tem lá nenhuma intervenção e não houve essa lembrança de pedido pela parte da comissão de festas porque no conjunto geral não pode ser porque nós temos 21 casas de banho espalhadas pela cidade e se tiverem esse trabalho nocturno são muitos funcionários que não podemos de alguma forma ter em todos os períodos do dia mas na festa e naquele local podia ser perfeitamente resolúvel. Não houve articulação entre as duas entidades que geriam o parque naquela altura.

O Parque das Merendas, é verdade que já lá estão os bancos, grelhadores é um exemplo, pode ser outra coisa qualquer que também faça falta.

Se calhar os burros que viu lá a pastar é para incentivar o turismo. Os de Miranda usam muito essa situação mas ali normalmente está um acampamento cigano que deixa fugir os burros e é preciso estar sempre com cautela permanente porque senão andam lá sempre.

Ao Eng.º Baltazar, dizer que foi a primeira vez que ouvi e perguntei ao Executivo e também foi a primeira vez que ouviu que havia o marco do correio já instalado no Zona Industrial.

Pronto, fica já resolvido, a Dr.ª Júlia ajudou-nos a resolver o problema. Eu comunico já aos CTT, fica no CACE. Quanto à ciclovia, eu vou falar com o Arquitecto Henrique Pereira. Ele é o autor da ciclovia e vai ter que me explicar como é que a traçou e projectou para ficar desta forma.

Em relação ao Paulo, eu não me pronuncio sobre a qualidade da água do Franco mas sei que é muito boa. Se beberam lá estes ilustres todos é evidente que é boa e tem qualidade. Eu já lá passei duas vezes, já a bebi e não morri, portanto, atesto que ela não é tão má como parece.

E com esta nota de humor eu já me despeço desta Assembleia, desejando a todos um bom fim-de-semana.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Terminámos este Período de Interesses para o Município, falta o Período Aberto ao Público. Está algum Senhor Município que queira usar da palavra? Faça o favor de vir junto dos microfones, identifica-se e usa da palavra. E seja bem-vindo.

Município António Manuel Pires:

Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

O que me traz aqui hoje é derivado ao gás natural. Há cinco anos que o gás foi instalado em Mirandela só que ainda falta em muitas ruas e há pessoas de uma certa idade, de 70 anos e mais, que não são capazes de ir buscar uma garrafa de gás do carro para a rua, muito menos de a levar do carro para casa.

Então como há tantas ruas que necessitam desse gás, vinha aqui pedir a suas excelências, especialmente ao Senhor Presidente da Câmara para que tivesse a dignidade de fazer alguma coisa por todas essas pessoas. Também há muitos restaurantes, por exemplo, aqui nesta rua de baixo, há um restaurante muito bonito até que necessita de gás natural e anda com garrafas, podendo haver uma explosão. É um risco grande não só aqui como nas outras ruas igualmente.

Era isto que eu vinha aqui a pedir para que a Câmara Municipal fizesse qualquer coisa para que todas as pessoas fossem servidas pelo gás natural. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Julgo que o Senhor Presidente poderá dar alguma informação que lhe seja útil. O Senhor Presidente acha oportuno dar alguma informação?

Presidente da Câmara Municipal:

Sim, o que eu posso fazer, o que a Câmara pode fazer é falar com a empresa e tentar saber quais são as prioridades que estão neste momento e tentar apressar essas prioridades. A empresa é que faz a instalação do gás natural. Nós podemos é tentar fazer pressão para que ande mais rapidamente. Vamos fazê-lo com toda a certeza.

Presidente da Assembleia Municipal

O senhor deixa uma indicação da rua e nós transmitimos.

Presidente da Câmara Municipal:

Nós sabemos quais são as que ainda estão por cumprir porque eles entregam o plano na Câmara cada vez que fazem uma rua.

Presidente da Assembleia Municipal:

Chegámos ao fim dos nossos serviços, bom fim-de-semana para todos e aviso os Senhores Deputados que na próxima sessão trocamos os nossos lugares que ocupamos habitualmente, de acordo com aquelas regras que não sendo universais, são pelo menos da tradição europeia.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezassete horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

Mirandela, 24 de Setembro de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

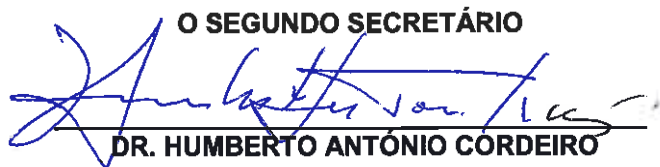
DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO



DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO